SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 24ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

09/07/2015
QUINTA-FEIRA
às 10 horas e 30 minutos

Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: VAGO

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/07/2015.

24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**PLS 237/2013** - Não Terminativo -	**SEN. ANTONIO ANASTASIA**	9
2	**MSF 35/2015** - Não Terminativo -	**SEN. ANA AMÉLIA**	29
3	**MSF 41/2015** - Não Terminativo -	**SEN. JOSÉ AGRIPINO**	144

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(76 titulares e 76 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)					
Jorge Viana(PT)	AC	(61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE	(61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)	AC	(61) 3303-6366 e 3303-6367	2 José Pimentel(PT)	CE	(61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)	AC	(61) 3303-6366 e 3303-6367	3 José Pimentel(PT)	CE	(61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)	AC	(61) 3303-6366 e 3303-6367	4 José Pimentel(PT)	CE	(61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ	(61) 3303-6427	5 Telmário Mota(PDT)	RR	(61) 3303-6315
Lindbergh Farias(PT)	RJ	(61) 3303-6427	6 Telmário Mota(PDT)	RR	(61) 3303-6315
Lindbergh Farias(PT)	RJ	(61) 3303-6427	7 Telmário Mota(PDT)	RR	(61) 3303-6315
Lindbergh Farias(PT)	RJ	(61) 3303-6427	8 Telmário Mota(PDT)	RR	(61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR	(61) 3303-6271	9 Delcídio do Amaral(PT)	MS	(61) 3303-2452 a 3303 2457
Gleisi Hoffmann(PT)	PR	(61) 3303-6271	10 Delcídio do Amaral(PT)	MS	(61) 3303-2452 a 3303 2457
Gleisi Hoffmann(PT)	PR	(61) 3303-6271	11 Delcídio do Amaral(PT)	MS	(61) 3303-2452 a 3303 2457
Gleisi Hoffmann(PT)	PR	(61) 3303-6271	12 Delcídio do Amaral(PT)	MS	(61) 3303-2452 a 3303 2457
Lasier Martins(PDT)	RS	(61) 3303-2323	13 Humberto Costa(PT)	PE	(61) 3303-6285 / 6286
Lasier Martins(PDT)	RS	(61) 3303-2323	14 Humberto Costa(PT)	PE	(61) 3303-6285 / 6286
Lasier Martins(PDT)	RS	(61) 3303-2323	15 Humberto Costa(PT)	PE	(61) 3303-6285 / 6286
Lasier Martins(PDT)	RS	(61) 3303-2323	16 Humberto Costa(PT)	PE	(61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PDT)	DF	(61) 3303-2281	17 VAGO(16)		
Cristovam Buarque(PDT)	DF	(61) 3303-2281	18 VAGO(16)		
Cristovam Buarque(PDT)	DF	(61) 3303-2281	19 VAGO(16)		
Cristovam Buarque(PDT)	DF	(61) 3303-2281	20 VAGO(16)		
Ana Amélia(PP)	RS	(61) 3303 6083	21 Benedito de Lira(PP)(13)	AL	(61) 3303-6148 / 6151
Ana Amélia(PP)	RS	(61) 3303 6083	22 Benedito de Lira(PP)(13)	AL	(61) 3303-6148 / 6151
Ana Amélia(PP)	RS	(61) 3303 6083	23 Benedito de Lira(PP)(13)	AL	(61) 3303-6148 / 6151
Ana Amélia(PP)	RS	(61) 3303 6083	24 Benedito de Lira(PP)(13)	AL	(61) 3303-6148 / 6151
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)					
Edison Lobão(PMDB)	MA	(61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA	(061) 3303-6352 / 6349
Edison Lobão(PMDB)	MA	(61) 3303-2311 a 2313	2 João Alberto Souza(PMDB)	MA	(061) 3303-6352 / 6349
Edison Lobão(PMDB)	MA	(61) 3303-2311 a 2313	3 João Alberto Souza(PMDB)	MA	(061) 3303-6352 / 6349
Edison Lobão(PMDB)	MA	(61) 3303-2311 a 2313	4 João Alberto Souza(PMDB)	MA	(061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR	(61) 3303-6623/6624	5 Raimundo Lira(PMDB)	PB	(61) 3303.6747
Roberto Requião(PMDB)	PR	(61) 3303-6623/6624	6 Raimundo Lira(PMDB)	PB	(61) 3303.6747
Roberto Requião(PMDB)	PR	(61) 3303-6623/6624	7 Raimundo Lira(PMDB)	PB	(61) 3303.6747
Roberto Requião(PMDB)	PR	(61) 3303-6623/6624	8 Raimundo Lira(PMDB)	PB	(61) 3303.6747
Sérgio Petecão(PSD)(17)(18)	AC	(61) 3303-6706 a 6713	9 Valdir Raupp(PMDB)	RO	(61) 3303-2252/2253
Sérgio Petecão(PSD)(17)(18)	AC	(61) 3303-6706 a 6713	10 Valdir Raupp(PMDB)	RO	(61) 3303-2252/2253
Sérgio Petecão(PSD)(17)(18)	AC	(61) 3303-6706 a 6713	11 Valdir Raupp(PMDB)	RO	(61) 3303-2252/2253
Sérgio Petecão(PSD)(17)(18)	AC	(61) 3303-6706 a 6713	12 Valdir Raupp(PMDB)	RO	(61) 3303-2252/2253
Eunício Oliveira(PMDB)	CE	(61) 3303-6245	13 Romero Jucá(PMDB)	RR	(61) 3303-2112 / 3303-2115
Eunício Oliveira(PMDB)	CE	(61) 3303-6245	14 Romero Jucá(PMDB)	RR	(61) 3303-2112 / 3303-2115
Eunício Oliveira(PMDB)	CE	(61) 3303-6245	15 Romero Jucá(PMDB)	RR	(61) 3303-2112 / 3303-2115
Eunício Oliveira(PMDB)	CE	(61) 3303-6245	16 Romero Jucá(PMDB)	RR	(61) 3303-2112 / 3303-2115

Ricardo Ferraço(PMDB)	ES	(61) 3303-6590	17	Hélio José(PSD)	DF	(61) 3303-6640/6645/6646
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES	(61) 3303-6590	18	Hélio José(PSD)	DF	(61) 3303-6640/6645/6646
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES	(61) 3303-6590	19	Hélio José(PSD)	DF	(61) 3303-6640/6645/6646
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES	(61) 3303-6590	20	Hélio José(PSD)	DF	(61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)						
José Agripino(DEM)	RN	(61) 3303-2361 a 2366	1	Ronaldo Caiado(DEM)	GO	(61) 3303-6439 e 6440
José Agripino(DEM)	RN	(61) 3303-2361 a 2366	2	Ronaldo Caiado(DEM)	GO	(61) 3303-6439 e 6440
José Agripino(DEM)	RN	(61) 3303-2361 a 2366	3	Ronaldo Caiado(DEM)	GO	(61) 3303-6439 e 6440
José Agripino(DEM)	RN	(61) 3303-2361 a 2366	4	Ronaldo Caiado(DEM)	GO	(61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP	(61) 3303-6063/6064	5	Flexa Ribeiro(PSDB)	PA	(61) 3303-2342
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP	(61) 3303-6063/6064	6	Flexa Ribeiro(PSDB)	PA	(61) 3303-2342
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP	(61) 3303-6063/6064	7	Flexa Ribeiro(PSDB)	PA	(61) 3303-2342
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP	(61) 3303-6063/6064	8	Flexa Ribeiro(PSDB)	PA	(61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE	(61) 3303-4502/4503	9	José Serra(PSDB)	SP	(61) 3303-6651 e 6655
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE	(61) 3303-4502/4503	10	José Serra(PSDB)	SP	(61) 3303-6651 e 6655
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE	(61) 3303-4502/4503	11	José Serra(PSDB)	SP	(61) 3303-6651 e 6655
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE	(61) 3303-4502/4503	12	José Serra(PSDB)	SP	(61) 3303-6651 e 6655
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC	(61) 3303-6529	13	Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)	MG	(61) 3303-5717
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC	(61) 3303-6529	14	Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)	MG	(61) 3303-5717
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC	(61) 3303-6529	15	Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)	MG	(61) 3303-5717
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC	(61) 3303-6529	16	Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)	MG	(61) 3303-5717
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)						
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE	(61) 3303-2182	1	João Capiberibe(PSB)	AP	(61) 3303-9011/3303-9014
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE	(61) 3303-2182	2	João Capiberibe(PSB)	AP	(61) 3303-9011/3303-9014
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE	(61) 3303-2182	3	João Capiberibe(PSB)	AP	(61) 3303-9011/3303-9014
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE	(61) 3303-2182	4	João Capiberibe(PSB)	AP	(61) 3303-9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM	(61) 3303-6726	5	Lídice da Mata(PSB)	BA	(61) 3303-6408
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM	(61) 3303-6726	6	Lídice da Mata(PSB)	BA	(61) 3303-6408
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM	(61) 3303-6726	7	Lídice da Mata(PSB)	BA	(61) 3303-6408
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM	(61) 3303-6726	8	Lídice da Mata(PSB)	BA	(61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)						
Eduardo Amorim(PSC)	SE	(61) 3303 6205 a 3303 6211	1	Marcelo Crivella(PRB)	RJ	(61) 3303-5225/5730
Eduardo Amorim(PSC)	SE	(61) 3303 6205 a 3303 6211	2	Marcelo Crivella(PRB)	RJ	(61) 3303-5225/5730
Eduardo Amorim(PSC)	SE	(61) 3303 6205 a 3303 6211	3	Marcelo Crivella(PRB)	RJ	(61) 3303-5225/5730
Eduardo Amorim(PSC)	SE	(61) 3303 6205 a 3303 6211	4	Marcelo Crivella(PRB)	RJ	(61) 3303-5225/5730
Magno Malta(PR)	ES	(61) 3303-4161/5867	5	Wellington Fagundes(PR)	MT	(61) 3303-6213 a 6219
Magno Malta(PR)	ES	(61) 3303-4161/5867	6	Wellington Fagundes(PR)	MT	(61) 3303-6213 a 6219
Magno Malta(PR)	ES	(61) 3303-4161/5867	7	Wellington Fagundes(PR)	MT	(61) 3303-6213 a 6219
Magno Malta(PR)	ES	(61) 3303-4161/5867	8	Wellington Fagundes(PR)	MT	(61) 3303-6213 a 6219

(1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

(2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

(3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

(4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

(5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

(6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

(7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

(8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

(9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

(10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

(11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
(12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
(13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
(14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
(15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
(16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
(17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
(18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
SECRETÁRIO(A): ALEXANDRE BASTOS DE MELO
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

Em 9 de julho de 2015
(quinta-feira)
às 10h30

PAUTA

24ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2013

- Não Terminativo -

Define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1 - Em 02/07/2015, foi lido o relatório e concedia vista coletiva.

2 - A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Textos da pauta:

Relatório **(CRE)**
Avulso da matéria
Parecer aprovado na comissão **(CDH)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2015

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Observações:

1 - Em 18/06/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório **(CRE)**
Avulso da matéria
Anexos **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2015

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro

de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: É o que cabe aduzir no âmbito deste Relatório.

Observações:

1 - Em 11/06/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório **(CRE)**
Relatório **(CRE)**
Avulso da matéria

1

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013, que *define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*.

RELATOR: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 237, de 2013, que define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei de Anistia).

Em síntese, a proposição legislativa em exame tem como objetivo excluir do âmbito de incidência da Lei de Anistia os crimes cometidos por agente públicos, militares ou civis, contra pessoas que, de qualquer forma, se opunham ao regime de governo então vigente no período por ela abrangido, afastando ainda a ocorrência da prescrição em tais casos.

Na justificação, o autor da proposição, ilustre Senador Randolfe Rodrigues, afirma que *"a Lei de Anistia necessita de revisão que retire do seu alcance os crimes cometidos por agente públicos que atuavam na repressão aos movimentos populares contra o regime militar"*. Ademais, o referido autor ressalta acerca da necessidade de *"promover sua adequação aos princípios fundamentais que inspiram a Constituição de*

1988 e o sistema de tratados internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário".

O PLS foi encaminhado, primeiramente, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), tendo recebido parecer favorável pela sua aprovação.

Não foram apresentadas emendas ao PLS.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o *direito penal* está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do § 1° do art. 61, da Carta Magna.

No mérito, o PLS nº 237, de 2013, pretende revisar a Lei nº 6.683, de 1979, também chamada de "Lei de Anistia", buscando excluir de sua incidência os crimes cometidos pela repressão política da ditadura e, passados mais de trinta anos, afastar a ocorrência da prescrição em tais casos.

No âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, entendemos que a questão da revisão da Lei da Anistia já foi eloquentemente resolvida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153-DF, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil:

(...)

3. Conceito e definição de "crime político" pela Lei n. 6.683/79. São crimes conexos aos crimes políticos "os crimes de qualquer natureza relacionados com os crimes políticos ou praticados por motivação política"; podem ser de "qualquer natureza", mas [i] hão de terem estado relacionados com os crimes políticos ou [ii] hão de terem sido praticados por motivação política; são crimes outros que não políticos; são crimes comuns, porém [i] relacionados com os crimes políticos ou [ii] praticados por motivação política. A expressão crimes conexos a crimes políticos conota sentido a ser sindicado no momento histórico da sanção da lei. A chamada Lei de anistia diz com uma conexão *sui generis*, própria ao momento histórico da transição para a democracia. Ignora, no contexto da Lei n. 6.683/79, o sentido ou os sentidos correntes, na doutrina, da chamada conexão criminal; refere o que "se procurou", segundo a inicial, vale dizer, estender a anistia criminal de natureza política aos agentes do Estado encarregados da repressão.

4. **A lei estendeu a conexão aos crimes praticados pelos agentes do Estado contra os que lutavam contra o Estado de exceção; daí o caráter bilateral da anistia, ampla e geral, que somente não foi irrestrita porque não abrangia os já condenados --- e com sentença transitada em julgado, qual o Supremo assentou --- pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal**.

5. O significado válido dos textos é variável no tempo e no espaço, histórica e culturalmente. A interpretação do direito não é mera dedução dele, mas sim processo de contínua adaptação de seus textos normativos à realidade e seus conflitos. Mas essa afirmação aplica-se exclusivamente à interpretação das leis dotadas de generalidade e abstração, leis que constituem preceito primário, no sentido de que se impõem por força própria, autônoma. Não àquelas, designadas leis-medida (Massnahmegesetze), que disciplinam diretamente determinados interesses, mostrando-se imediatas e concretas, e consubstanciam, em si mesmas, um ato administrativo especial. **No caso das leis-medida interpreta-se, em conjunto com o seu texto, a realidade no e do momento histórico no qual ela foi editada, não a realidade atual. É a realidade histórico-social da migração da ditadura para a democracia política, da transição conciliada de 1979, que há de ser ponderada para que possamos discernir o significado da expressão crimes conexos na Lei n. 6.683. É da anistia de então que estamos a cogitar, não da anistia tal e qual uns e outros hoje a concebem, senão qual foi na época conquistada.** Exatamente aquela na qual, como afirma inicial, "se procurou" [sic] estender a anistia criminal de natureza política aos agentes do Estado encarregados da repressão. **A chamada Lei da anistia veicula uma decisão política assumida naquele momento --- o momento da transição conciliada de 1979. A Lei n. 6.683 é uma lei-medida, não uma regra para o futuro, dotada de abstração e**

> **generalidade. Há de ser interpretada a partir da realidade no momento em que foi conquistada.** (STF – ADPF nº 153 – j. 29.04.2010 – p. 05.08.2010, ementa, p. 2-3 – destacou-se).

Naquela oportunidade, em voto extenso, lido em mais de três horas, o Ministro Eros Grau, relator da matéria, rejeitou cada um dos argumentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em longa digressão histórica, o Ministro - homem sabidamente de esquerda, preso nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, por advogar em defesa de opositores do regime - esclareceu que não se pode simplesmente ignorar o processo histórico pelo qual se conquistou a anistia. Segundo ele, *"Reduzir a nada essa luta é tripudiar contra os que, com assombro e coragem, na hora certa, lutaram pela anistia*".

O Ministro Eros Grau também esclareceu que a Lei de Anistia não pode ser encarada como uma lei qualquer, por se tratar de "[...] *uma lei-medida, não uma regra para o futuro. É preciso ser interpretada segundo o momento em que foi editada."*. Esse argumento, aliás, está nos votos de outros Ministros.

Nesse sentido, colhe-se expressamente do voto do Min. Celso de Mello que *"é tão intensa a* ***intangibilidade de uma lei de anistia*** *[...], que, uma vez editada, [...]* ***os efeitos jurídicos que dela emanam não podem ser suprimidos por legislação superveniente****"* (p. 184 a 186 – destacou-se). Até porque, *"mantida íntegra a Lei de Anistia de 1979,* ***produziu ela [...] todos os efeitos que lhe eram inerentes, de tal modo que, ainda que considerada incompatível com a Constituição superveniente, já teria irradiado (e esgotado) toda a sua carga eficacial desde o instante mesmo em que veio a lume****"* (p. 197 – destacou-se).

Também o Min. Cezar Peluso foi categórico: *"Na lição de Aníbal Bruno, a anistia é a forma de indulgência estatal mais enérgica e de mais amplas consequências jurídicas [...]. Daí porque, '**uma vez concedida, não pode ser revogada**'"* (p. 249-250).

Entretanto, o argumento definitivo lançado pelo Ministro Eros em seu voto, é que os termos da Lei de Anistia foram confirmados, anos mais tarde, pela Constituição na Emenda Constitucional 26, de 1985.

Essa emenda convocava a Assembleia Nacional Constituinte e ratificava, em seu art. 4º, os efeitos da Lei de Anistia, nos seguintes termos:

> **Art. 4º É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.**
>
> § 1º **É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.**
>
> § 2º A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no "caput" deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.
>
> (...) (destacou-se)

A referida EC, já na fase de transição para a democracia, convocou a Assembleia Nacional Constituinte que elaborou, aprovou e promulgou a Constituição de 1988. Ou seja, foi essa emenda, esse ato normativo, que serviu como ponto de partida para a elaboração da atual Constituição da República.

Para Eros, o parágrafo 1º do artigo 4º da emenda mencionada ratificou expressamente o artigo 1º da Lei 6.683/1979. Isso significa que a anistia prevista na lei foi incorporada à Constituição daquela época,

esvaziando os argumentos no sentido de que, embora fruto de um pacto social, a lei de 1979 teria sido aprovada por um Congresso ilegítimo, formado por senadores nomeados pelo regime e sancionada por um general não eleito pelo povo.

Ocorre que, como dito, o Congresso Nacional de 1985 inseriu no mesmo texto a convocação da constituinte e suas condições de realização, tendo a anistia como um dos pressupostos de possibilidade da construção da nova ordem constitucional.

É dizer, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista político, essa revisão total correspondeu a modelo intermediário entre poder constituinte e poder de reforma, disciplinada juridicamente, de modo a ampliar os seus limites, substituição legítima de uma ordem constitucional por outra. Aqui, existiu identidade entre poder constituinte e constituído. Houve legítimo processo constituinte sob a roupagem de um processo de revisão.

A Emenda Constitucional nº 26, de 1985, portanto, apesar de não possuir natureza própria de emenda da atual Constituição, mas sim de ato político, representa o rompimento definitivo com a Constituição do regime anterior. Dessa forma, a anistia para os crimes cometidos pela repressão política da ditadura consistiu em um dos pilares para a construção da nova ordem constitucional advinda com a Constituição Federal de 1988.

Nesse aspecto, é importante destacar trecho, de caráter conclusivo, do voto do Ministro Gilmar Mendes: *"Enfim, a EC n° 26/85 incorporou a anistia como um dos fundamentos da nova ordem constitucional que se construía à época,* ***fato que torna praticamente***

impensável qualquer modificação de seus contornos originais que não repercuta nas próprias bases de nossa Constituição e, portanto, de toda a vida político-institucional pós-1988*.”*.

Diante dessas considerações, temos por inviável a propositura de projeto de lei para alterar o conceito de crime conexo para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, razão pela qual sugerimos a rejeição do PLS 237, de 2013.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 237, DE 2013

Define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Não se incluem entre os crimes conexos, definidos no art. 1º, § 1º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, aqueles cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas que, de qualquer forma, se opunham ao regime de governo vigente no período por ela abrangido.

Art. 2º A prescrição, bem como qualquer outra causa de extinção da punibilidade, não é aplicável aos crimes a que se refere o art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observando-se seus efeitos a partir da data da promulgação da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153, em 29 de abril de 2010, entendeu que a expressão "crimes

conexos", empregada no caput e no § 1º do art. 1º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, Lei da Anistia, abrigava os crimes comuns, praticados por agentes públicos, civis e militares, contra os oponentes do regime então vigente. Fundamentou essa posição com o argumento da impossibilidade de fazer o sistema internacional de direitos humanos e mesmo o inciso XLIII do art. 5º da Carta de 1988, que declara o crime de tortura inafiançável e insusceptível de graça e anistia, retroagirem em seus efeitos a 1979. Nas palavras do relator, Ministro Eros Grau, um novo entendimento do significado e abrangência da expressão "crimes conexos" só poderia advir de uma revisão da Lei da Anistia, a ser promovida pelo Poder Legislativo.

Esse o objetivo do presente projeto de lei: revisar a Lei da Anistia, de maneira a promover sua adequação aos princípios fundamentais que inspiram a Constituição de 1988 e o sistema de tratados internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

No que se refere à compatibilidade entre a Lei da Anistia e a Constituição, cabe assinalar o princípio, evidente, da supremacia da Constituição sobre a legislação anterior e da consequente caducidade de toda norma anterior que ofenda algum de seus princípios fundamentais no momento mesmo de sua promulgação. Sob esse ponto de vista, portanto, parece claro que a Lei da Anistia necessita de revisão que retire do seu alcance os crimes cometidos por agentes públicos que atuavam na repressão aos movimentos populares contra o regime militar.

No que respeita ao sistema internacional de direitos humanos, é preciso lembrar o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 24 de novembro de 2010, posterior, portanto, à mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou:

"As disposições da Lei de Anistia brasileira, que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos, são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana, ocorridos no Brasil."

A decisão da Corte prossegue recusando o recurso à prescrição, à irretroatividade da lei penal, à coisa julgada e mecanismos outros similares em seus efeitos de exclusão de responsabilidade e indicando como caminho obrigatório a investigação, a responsabilização e a punição dos culpados.

3

É necessário lembrar que as decisões da Corte vão além de uma simples recomendação e que, na condição de membro, o Brasil tem responsabilidade por seu cumprimento.

Iniciativa legislativa semelhante foi tomada pela ilustre Deputada Luiza Erundina na Câmara dos Deputados.

Adequar a Lei da Anistia à Carta de 1988 e ao sistema internacional de direitos humanos é tarefa urgente do Poder Legislativo brasileiro. Solicito, por essa razão, o apoio de meus pares ao presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
PSOL/AP

4

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.

Concede anistia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art. 2º (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º - Os requerimentos serão processados e instituídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los.

§ 2º - O despacho decisório será proferido nos centos e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º - No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o Militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º - O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbabilidade do servidor.

§ 5º - (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Arts. 4º e 5º (Revogados pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministro Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano

§ 1º - Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º - O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerente e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º - Se os documentos apresentados pelo requerente constituirem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º - Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º A conhecida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em grave ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, haja sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º Os anistiados, em relação as infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares

incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10.Os servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11.Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12.Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13.O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14.Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15.Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, de 19/06/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 13049/2013

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOÃO CAPIBERIBE

CDH - SF
PLS Nº 237 de 2013
Fls. 6

PARECER Nº , DE 2014

SF/14788.37049-69

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, que *define o crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.*

RELATOR: Senador **JOÃO CAPIBERIBE**

Página: 1/5 08/04/2014 19:23:01
71a099305552e7457768c51159f6b5f9e19fbcd8

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 237, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, tem por finalidade excluir da anistia concedida pela Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia), os crimes cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra opositores do governo, no período por ela abrangido. Pretende, ainda, declarar extinta, retroativamente, a prescritibilidade desses crimes.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento na impossibilidade de punir crimes cometidos por agentes do governo ditatorial sem alterar a Lei de Anistia. Considera injusta a falta de punição a esses crimes, que feriram direitos humanos fundamentais. Ressalta, também, que a Constituição de 1988 torna o crime de tortura inafiançável e insusceptível de graça e anistia. Argumenta, igualmente, que a anistia aos agentes públicos criminosos não teria sido recepcionada pela Constituição de 1988, devido à incompatibilidade entre a lei que a instituiu e a Carta Magna, mas pondera que, conforme entendimento do Supremo Tribunal

CDH - SF
PLS nº 237 de 2013
Fls. 7

Federal, a declaração dessa incompatibilidade só poderia advir de revisão legal promovida pelo Legislativo.

O PLS nº 237, de 2013, foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Até o momento, não foram oferecidas emendas ao projeto.

SF/14788.37049-69

II – ANÁLISE

Conforme dispõe o art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias pertinentes à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Na essência do PLS nº 237, de 2013, está a relação entre a defesa dos direitos humanos, a rejeição à violência e à repressão política e a construção do Estado Democrático de Direito.

A repressão durante a ditadura civil-militar perseguiu, cassou, torturou, matou e forçou o exílio de milhares de opositores, reprimindo direitos fundamentais legítimos de toda a sociedade. Em nome de uma causa, fosse ela boa ou má, a violência política foi admitida e praticada pelo Estado. Por trás da repressão violenta, estava a mesma razão que justificava o autoritarismo político, as cassações e o exílio, ou seja, o não reconhecimento do direito fundamental dos adversários de existir e de se manifestar livremente.

71a09930552e7457768c5115 9f6b5f9e19fbcd8 Página: 2/5 08/04/2014 19:23:01

CDH - SF
PLS Nº 237/2013
Fls. 8

De fato, como sustenta o autor da proposição ora examinada, a anistia aos agentes públicos que tenham cometido crimes políticos ou conexos como estes, contra opositores dos governos de então, fere nosso senso de justiça e nega a primazia dos direitos humanos reconhecida na Constituição Cidadã.

Diversos países que emergiram de períodos ditatoriais levaram a cabo a responsabilização daqueles que tenham cometido crimes em nome do Estado. No Brasil, contudo, disseminou-se o discurso de que a anistia seria a condição necessária para que o país pudesse avançar rumo à redemocratização e à reconciliação.

De fato, no final da década de 1970, ainda em posição de força, mas politicamente moribunda, a ditadura foi forçada a aceitar a progressiva abertura política. Porém, a própria premissa de que a anistia seria condição para a redemocratização pacífica atesta que essa lei nada mais era do que um pacto leonino entre a ditadura e a sociedade. Trazia implícita e mal disfarçada, a ameaça de resistência violenta, de continuação da repressão, de prolongamento do regime antagônico ao Estado Democrático de Direito. Portanto, não houve na negociação da anistia igualdade de posições entre a sociedade, refém de um regime repressivo, e seus carcereiros. A ditadura aproveitou-se da força de que ainda lhe restava para impor uma anistia que lhe desse cobertura a sua retirada de cena, assegurando a impunidade de seus agentes mais impiedosos.

Hoje, importa para o País e para toda a humanidade que os crimes contra os direitos humanos sejam punidos, para que a impunidade não estimule a sobrevivência da cultura da tortura e da aniquilação violenta dos adversários políticos.

Esse o objetivo do presente projeto de lei: revisar a Lei da Anistia, de maneira a promover sua adequação aos princípios fundamentais que inspiram a Constituição de 1988 e o sistema de tratados internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

SF/14788.37049-69
71a099305552e7457768c5115916b5f9e19fbcd8 Página: 3/5 08/04/2014 19:23:01

Em suma, a Lei da Anistia permitiu acelerar a redemocratização, mas foi injustamente imposta e teve um alto custo, que ainda hoje pagamos. A persistência dos embates ideológicos em torno dos fatos trágicos e lamentáveis ocorridos durante a ditadura militar impedem, de certo modo, que aprendamos lições importantes sobre esse passado, e isso ocorre, em parte, porque muitos torturadores ainda podem se apresentar como defensores da ordem, e não como criminosos, pois jamais foram julgados. É somente nessa condição, absolutamente bizarra, que uma pessoa pode admitir a prática de crimes atrozes e andar livremente, de cabeça erguida, protegida pela lei.

A impunidade da tortura, da repressão policial violenta, da intolerância política e do desrespeito aos direitos humanos, de modo geral, são cadáveres insepultos da Ditadura, assim como o são os dissidentes ainda desaparecidos.

In fine, no que diz respeito ao sistema internacional de direitos humanos, é preciso lembrar o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 24 de novembro de 2010, posterior, portanto, à mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou: "As disposições da Lei de Anistia brasileira, que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos, são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana, ocorridos no Brasil."

A decisão da Corte prossegue recusando o recurso à prescrição, à irretroatividade da lei penal, à coisa julgada e mecanismos outros similares em seus efeitos de exclusão de responsabilidade e indicando como caminho obrigatório a investigação, a responsabilização e a punição dos culpados.

CDH - SF
PLS Nº 237 de 2013
Fls. 9

SF/14788.37049-69

71a0993055552e7457768c51159f6b5f9e19fbcd8 Página: 4/5 08/04/2014 19:23:01

É necessário lembrar que as decisões da Corte vão além de uma simples recomendação e que, na condição de membro, o Brasil tem responsabilidade por seu cumprimento.

SF/14788.37049-69

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013.

Sala da Comissão, 9 DE ABRIL DE 2014

SENADORA ANA RITA , Presidente

, Relator

CDH - SF
PLS 237/2013
Fls. 10

Página: 5/5 08/04/2014 19:23:01
71a09930552e7457768c51159f6b5f9e19fbcd8

SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 22ª REUNIÃO, DE 09/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Ana Rita (PT) (PRESIDENTA)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (RELATOR)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lídice da Mata (PSB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO

CDH - SF
PLS Nº 237/2013
Fls. 16

2

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Presidencial nº 35, de 2015 (Mensagem nº 184, de 28/5/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

2

Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, o diplomata em apreço nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 11 de dezembro de 1963.

Completou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD), em 1986, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), em 1988 e o Curso de Altos Estudos (CAE), ambos também do Instituto Rio Branco, em 2007, quando apresentou a tese "Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro.". É pós-graduado em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris (2001).

Iniciou a carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1987. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1994; a Primeiro-Secretário em 1999; a Conselheiro, em 2003 e a Ministro de Segunda Classe, em 2007, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Assessor Especial e Porta-Voz da Presidência da República, de 2011 a 2012, e de Assessor Especial da Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, de 2012 até o presente momento.

No Exterior serviu na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, de 1992 a 1995; na Embaixada em Assunção, de 1995 a 1996; na Embaixada em Paris, de 2000 a 2003 e na Embaixada em Buenos Aires, de 2006 a 2009.

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, como a delegação brasileira à IX Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano, em 2014, entre outras.

O diplomata em apreço recebeu as seguintes condecorações: Medalha Santos Dumont, Brasil (1990); Ordem do Mérito Naval, Brasil, no grau de Oficial (1990); *Ordre du Mérite*, França, no grau de Cavaleiro (1998); Ordem de Rio Branco, Brasil, no grau de Grande Oficial (2010) e Medalha da Vitória, Brasil (2011).

Além do currículo do indicado, o Itamaraty encaminhou a esta Casa documento informativo sobre a República de Moçambique, o Reino da Suazilândia e sobre a República de Madagascar, das quais extraímos os dados que seguem.

A República de Moçambique conta com população de cerca de 25,8 milhões de habitantes e seu Produto Interno Bruto (PIB) é da ordem de US$ 16,590 bilhões, segundo dados de 2014 fornecidos pelo FMI - Fundo Monetário Internacional. No que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, cabe destacar que o Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 15 de novembro de 1975, no mesmo ano de sua proclamação.

A partir de 2000, iniciou-se uma série de visitas de alto nível, que intensificaram o relacionamento entre os dois países, sendo que o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Moçambique em três ocasiões, em 2003, 2008 e 2010.

Quando da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em julho de 2012, o Vice-Presidente Michel Temer esteve em Maputo para participar de encontros no âmbito da CPLP, tendo também cumprido extensa agenda bilateral. Em 2013, a Presidente Dilma Rousseff encontrou-se com seu homólogo moçambicano às margens da V Cúpula dos BRICS, que teve lugar em Durban.

No tocante à cooperação entre os dois países, Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação - ABC. A cooperação bilateral envolve projetos como o “Projeto da Universidade Aberta em Moçambique” e a “Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos”. Há também diversos outros projetos nas áreas de saúde e educação; desenvolvimento urbano, previdência social, entre outros.

No âmbito dos projetos regionais, cabe destacar o programa regional de fortalecimento do setor algodoeiro em Moçambique e Malauí, desenvolvido com recursos originários da resolução do contencioso Brasil contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC).

4

Há também programas trilaterais, desenvolvidos com organismos multilaterais ou com outros países, como o apoio ao desenvolvimento do programa de alimentação escolar do país, implementado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), bem como outros programas desenvolvidos em parceria com os Estados unidos, Alemanha e Japão.

Cabe destaque para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). O PEC-PG oferece bolsas de estudo para estrangeiros de países em desenvolvimento no Brasil para a formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* oferecidos no sistema educacional brasileiro. Entre os países participantes do PEC-PG, Moçambique submete o maior número de candidaturas. Desde 2005, 260 moçambicanos foram contemplados.

No que diz respeito à comunidade brasileira vivendo em Moçambique, ela vem crescendo em função da intensificação das atividades das empresas brasileira instaladas naquele país. O Ministério das Relações Exteriores estima que cerca de 3.500 brasileiros vivem em Moçambique. Eles se concentram na capital, Maputo, em Tete, em torno da mineração da Vale, em Moatize, e, mais recentemente, em Nacala, em função das obras no Aeroporto de Nacala, executadas pela Odebrecht. Cabe destacar que além do Aeroporto, há três outros projetos em Moçambique com financiamento oficial brasileiro aprovado: Transportes Públicos Maputo-Matola - BRT; Zona Franca Industrial de Nacala e Barragem de Moamba Major. O Programa Mais Alimentos Internacional também conta com financiamento oficial brasileiro aprovado.

Na África os principais parceiros de Moçambique são a África do Sul, que ocupa posição de destaque nas relações diplomáticas e econômicas daquele país; e o Zimbábue, parceiro e aliado histórico de Moçambique.

Membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique confere prioridade à organização, que é sempre citada como critério de preferência em apoios a candidaturas brasileiras em foros internacionais. Ademais da CPLP, Moçambique valoriza as suas relações com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

No que diz respeito à economia e ao comércio moçambicanos, é importante destacar que em 2014 o país cresceu 8,3%, e prevê-se que continuará a crescer em ritmo acelerado, oferecendo interessante oportunidade para investimentos brasileiros no setor de produção e transmissão de energia. Encontra-se entre os países de maior potencial energético da África.

Entre os setores da indústria em que se estima ter havido maior crescimento em 2014 e que, portanto poderão significar oportunidade para investimentos brasileiros, estão: fabricação de cimento; fabricação de produtos metálicos, máquinas e equipamentos; indústrias alimentares e de bebidas; indústria do tabaco; fabricação de mobiliário; indústria metalúrgica de base, entre outras.

No tocante ao comércio bilateral, o País foi o 15º destino das exportações moçambicanas. Em 2014, Moçambique exportou para o Brasil, principalmente combustíveis e tabaco e sucedâneos. Importou do Brasil carnes, obras de ferro ou aço, máquinas elétricas e mecânicas, e farelo de soja, entre outros. O intercâmbio comercial entre o Brasil e Moçambique alcançou, em 2014, o montante de US$ 74 milhões, com saldo favorável ao Brasil da ordem de US$ 53.654 milhões.

O Reino da Suazilândia conta com cerca de 1,25 milhões de habitantes. Embora já tenha havido visitas de delegações suazis em nível ministerial ao Brasil, ainda não se registrou a presença de mandatários brasileiros em visita oficial à Suazilândia.

Em junho de 2014, por ocasião da apresentação de credenciais da então Embaixadora do Brasil em Mbabane ao Rei Mswati III, esse manifestou interesse em estabelecer cooperação com o Brasil nos setores de turismo e esportes, tendo mencionado a possibilidade de treinamento de técnicos de futebol suazis no Brasil.

Entretanto, nenhum projeto de cooperação está em andamento, encontrando-se o Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2008 por Brasil e Suazilândia ainda em processo de ratificação. Não obstante, está prevista a realização de visita de estudos ao Brasil de missão do Ministério dos Recursos Naturais e Energia para conhecer a experiência brasileira no

processo de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e aspectos comerciais relativos a biocombustíveis.

Em matéria de política externa a Suazilândia mantém bom relacionamento com a África do Sul, Estados Unidos e Taiwan, um dos principais investidores no país. É membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU).

O intercâmbio bilateral entre o Brasil e a Suazilândia cresceu 12,4% entre 2005 e 2014. Contudo, em comparação com o ano de 2013 as trocas sofreram forte retração em 2014, da ordem de 53,3%. O recuo deveu-se principalmente pela diminuição das exportações brasileiras para aquele mercado. No primeiro bimestre deste ano, o déficit brasileiro foi de US$ 19 mil, ante superávit de US$ 143 mil, ocorrido no mesmo bimestre do ano de 2014. O Brasil exporta para a Suazilândia químicos inorgânicos, calçados, instrumentos de precisão, cerâmicos e máquinas mecânicas e importa açúcar, máquinas mecânicas, instrumentos de precisão e máquinas elétricas.

Segundo informa o documento encaminhado pelo Itamaraty, não há registro de brasileiros na Suazilândia, assim como não há registro de investimentos brasileiros, segundo o Banco Central.

A República de Madagascar conta com 22,9 milhões de habitantes e PIB de US$ 11,188 bilhões. As relações diplomáticas entre o Brasil e Madagascar foram estabelecidas em 1996. Em 2008, delegação de seis profissionais de saúde de Madagascar participou de treinamento em saúde materno-infantil no Brasil.

Posteriormente, a crise política vivida por Madagascar impediu a concretização de outro projeto de cooperação, programado para ocorrer em 2009.

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar ou de empréstimos e financiamentos oficiais brasileiros. No que diz respeito ao comércio bilateral, as trocas evoluíram de US$ 12,7 milhões para US$ 24,6 milhões entre 2005 e 2014. O saldo comercial é tradicionalmente favorável

ao Brasil, com superávits de US$ 31,0 milhões (2012); US$ 17,3 milhões (2013); e US$ 23,3 milhões (2014).

O Brasil vende açúcar, farelo de soja, pneus novos de borracha, caramelos, confeitos, dropes, pastilhas e tratores para Madagascar e compra vestuário, produtos químicos orgânicos, óleos essenciais e resinoides, pedras preciosas e obras de couro.

A informação enviada pelo Itamaraty aponta oportunidades para as exportações brasileiras em diversos segmentos, tais como: arroz, medicamentos, açúcar, automóveis para transporte de mercadorias, barras de ferro ou de aço, óleo de dendê, torneiras e válvulas para canalizações, massas alimentícias, óleo de soja e preparações alimentícias para animais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 35, DE 2015

(Nº 184/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Os méritos do Senhor Rodrigo de Lima Baena Soares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

00001.001680/2015-63

EM nº 00193/2015 MRE

Brasília, 6 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES*
CPF.: 342.835.101-06
ID.: 7630 MRE

1963	Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1986	CPCD - IRBr
1988	CAD - IRBr
2001	Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris/FR
2007	CAE - IRBr, Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro.
Cargos:	
1987	Terceiro-Secretário
1994	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1988-90	Secretaria de Controle Interno, assessor
1990-92	Presidência da República, Oficial de Gabinete
1992-95	Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1995-96	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
1996-2000	Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
2000-03	Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
2003-06	Presidência da República, Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa adjunto
2006-09	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2009-11	Presidência da República, Assessor Especial
2011-12	Presidência da República, Porta-Voz
2012-	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor Especial
2013	III Diálogo Político-Estratégico Brasil-Canadá, Chefe de delegação
2013	Comissão Mista da Indústria de Defesa, Representante do Itamaraty
2013	X Diálogo Político-Estratégico Brasil-EUA, Chefe de delegação
2013	IV Diálogo Estratégico Brasil-França, Chefe de Delegação
2014	IX Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-americano, Chefe de delegação
Condecorações:	
1990	Medalha Santos Dumont, Brasil
1990	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1991	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial
1998	Ordre du Mérite, França, Cavaleiro

2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2013	Medalha da Vitória, Brasil
Publicação:	
2011	Política Externa e Mídia, in Politica Externa,v 20, número 2

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

Moçambique

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Moçambique

GENTÍLICO	moçambicano
CAPITAL	Maputo
ÁREA	799.380 km²
POPULAÇÃO	25,8 milhões
IDIOMAS	português (oficial), emakhuwa (26,1%), xichangana (11,3%), entre outros.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	católicos (28,4%), protestantes (27,7%), muçulmanos (17,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia da República; Parlamento unicameral, composto por 250 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	PR Filipe Jacinto Nyusi (desde jan/2015)
CHEFE DE GOVERNO	PM Carlos Agostinho do Rosário (desde jan/2015)
CHANCELER	Oldemiro Balói (desde mar/2008)
PIB	US$ 16,590 bilhões (2014, FMI)
PIB PPP	US$ 29,757 bilhões (2014, FMI)
PIB *per capita*	US$ 626 (2014, FMI)
PIB PPP *per capita*	US$ 1.123 (2014, FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (estimado, 2014); 7,4% (2013); 7,1% (2012); 7,4% (2011); 7,1% (2010)
IDH (2013)	0,327 (185º entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	50,7 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO	56,1% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	22,5% (PNUD, relatório de 2013)
UNIDADE MONETÁRIA	Metical
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Manuel Tomás Lubisse (desde jan/2013)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Cerca de 3.500 cidadãos brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Moçambique	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	**35.228**	**27.300**	**32.389**	**110.240**	**42.380**	**85.277**	**146.459**	**148.561**	**74.068**
Exportações	35.212	27.300	32.387	108.118	40.377	81.183	122.309	123.852	63.861
Importações	16	0	2	2.122	2.002	4.094	24.150	24.709	10.207
Saldo	**35.196**	**27.300**	**32.385**	**105.995**	**38.375**	**77.089**	**98.159**	**99.143**	53.654

Informação elaborada em 05/03/2015, pelo TS João Marcelo Costa Melo, revisada pelo Conselheiro Pedro Escosteguy Cardoso.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Filipe Jacinto Nyusi

Presidente da República

Nascido em 9/2/1959, na província de Cabo Delgado, Filipe Jacinto Nyusi formou-se em Engenharia Mecânica (na antiga Tchecoslováquia) e Administração (Universidade de Manchester, Inglaterra). Foi diretor-executivo da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa pública que gere os sistemas ferroviário e portuário do país, havendo sido indicado para o conselho diretor da companhia em 1995.

Foi presidente (1993-2002) do Clube Ferroviário de Nampula, time da primeira divisão do futebol moçambicano. Exerceu ainda a função de leitor na Universidade de Pedagogia de Nampula, ademais de ser membro do Comitê Nacional dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, organização dedicada à preservação e ao estudo da memória da luta anticolonial moçambicana.

Foi indicado para Ministro da Defesa em 2008. Em 2012, foi eleito para o Comitê Central da Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique. Em março de 2014, foi escolhido – com o apoio do Presidente Armando Guebuza- candidato da Frelimo à presidência de Moçambique nas eleições gerais de outubro.

Eleito em outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015.

Carlos Agostinho do Rosário
Primeiro-Ministro

Nasceu em 26/10/1954, na cidade de Maxixe, província de Inhambane. É filho de Agostinho Juisse e Rosa Sechene. Graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (Maputo), possui Mestrado em Economia aplicada na área de Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural (Universidade de Londres).

Até o momento de sua designação para Primeiro-Ministro, ocupava o cargo de Embaixador de Moçambique na Indonésia, Timor-Leste, Malásia, Tailândia e Cingapura. Anteriormente, foi Embaixador na Índia, Ministro da Agricultura e Governador da Província da Zambézia.

Tomou posse em janeiro de 2015.

Oldemiro Balói

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Nasceu em 9/4/1955, em Maputo. É cristão membro da igreja presbiteriana.

É graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e Mestre em Economia Financeira pela Universidade de Londres. Personalidade de grande destaque no cenário político moçambicano, foi Ministro da Indústria, Comércio e Turismo; Vice-Ministro da Cooperação; Coordenador da Comissão Nacional do Programa de Emergência; e Diretor do Gabinete de Cooperação dos Programas de Importação.

A partir de 2003, exerceu a função de Administrador Executivo do Banco Internacional de Moçambique. Cumulativamente, foi Presidente da SADC Banking Association e Vice-Presidente da Associação Moçambicana de Bancos.

Assumiu a Pasta dos Negócios Estrangeiros em 2008 e foi reconduzido ao cargo em janeiro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 15 de novembro de 1975, mesmo ano de sua proclamação. Em 1976, foi criada a Embaixada do Brasil em Maputo. Em 1980, o Chanceler Saraiva Guerreiro visitou Moçambique e, em 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília.

A partir de 2000, iniciou-se uma série de visitas de alto nível, que intensificaram o relacionamento entre os dois países. O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Moçambique três vezes (2003, 2008 e 2010). Foram realizadas visitas presidenciais moçambicanas ao Brasil em 2001, 2004 (Joaquim Chissano), 2007 e 2009 (Armando Guebuza).

Mais recentemente, os Chanceleres dos dois países encontraram-se em jun/11, por ocasião da vinda ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Oldemiro Balói. Em out/11, a Presidenta Dilma Rousseff realizou visita oficial a Maputo e participou das cerimônias de celebração dos 25 anos de falecimento de Samora Machel (um dos grandes líderes na luta pela independência moçambicana).

Em abr/12, o então Primeiro-Ministro moçambicano Aires Ali veio ao Brasil, acompanhado de comitiva integrada pelo Ministro do Turismo e os Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Educação, da Administração Estatal e da Agricultura.

Por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (jul/2012), o Vice-Presidente Michel Temer realizou visita a Maputo. Além de participar de encontros no âmbito da CPLP, Temer ocupou-se de intensa agenda bilateral, que incluiu cerimônia de finalização das obras e lançamento da fase de operação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos.

Em 2013, a Presidenta Dilma Rousseff encontrou-se com seu homólogo moçambicano às margens da V Cúpula dos BRICS, que teve lugar em Durban. No mesmo ano, o então Chanceler Antonio Patriota manteve encontro com o Ministro Oldemiro Balói em Maputo, à margem de Cúpula Ministerial da CPLP.

Em agosto de 2014, Filipe Nyusi, então candidato à Presidência de Moçambique, realizou visita ao Brasil. Conforme o próprio Nyusi, sua visita cumpria o papel de apresentar sua candidatura às autoridades políticas brasileiras e de trazer mensagem de confiança aos parceiros políticos e empresariais, afirmando que não haveria alterações na ideologia e agenda política do país. Durante os encontros que manteve, afirmou que priorizaria o desenvolvimento econômico, como forma de reduzir a pobreza e promover o bem-estar da população. Disse, nesse contexto, que especial enfoque seria dado à agricultura, setor que acredita ser capaz de gerar elevado número de empregos. Para tanto, desejaria o fortalecimento do vínculo com o Brasil no sentido da mecanização e absorção de novas tecnologias pelo campo, como forma de aumentar a produtividade agrícola moçambicana e, em consequência, a produção de mais alimentos para a população.

Cooperação

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da ABC, cobrindo áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e incluindo algumas das iniciativas de cooperação de maior vulto já lançadas pelo Brasil. A cooperação bilateral envolve projetos estruturantes tais como o “Projeto da Universidade Aberta em Moçambique” e a "Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos". Além de diversos outros projetos nas áreas de saúde e educação, a pauta bilateral conta, também, com projetos relacionados ao desenvolvimento urbano; à constituição de sistema de previdência social no país; à implantação de centro de formação profissional; à implementação de sistema de arquivos históricos e à formação de magistrados.

No âmbito dos **projetos regionais**, cabe citar programa regional de fortalecimento do setor algodoeiro em Moçambique e Malauí, ação desenvolvida com recursos originários da resolução do contencioso Brasil/EUA na Organização Mundial do Comércio.

Na pauta **trilateral** com organismos multilaterais, cabe destaque ao projeto de apoio ao desenvolvimento do programa nacional de alimentação escolar do país, implementado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Com o PMA e FAO, entre 2011 e 2014 o Brasil contribuiu para a implementação, em Moçambique, de plano piloto do projeto "PAA África - Purchase from Africans for Africa". O objetivo é promover programas de compras locais de alimentos para cooperação alimentar por meio de projetos conjuntamente concebidos e executados, com o engajamento da sociedade civil, dos Governos e das Nações Unidas. Trata-se de compromisso assumido em 2010 durante o Diálogo Brasil - África.

As ações trilaterais com países desenvolvidos, sob a coordenação da ABC, incluem iniciativas conjuntas com os governos da Alemanha, dos Estados Unidos, da Itália e do Japão.

Com a Alemanha, destacam-se projetos de apoio ao fortalecimento do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) e da gestão de risco de calamidades. Com a Itália, projeto conjunto prevê ações de regularização e urbanização integrada no bairro de Chamanculo "C", em Maputo. A ABC coordena igualmente a execução de dois projetos em parceria com o governo dos EUA, um dos quais apoia o Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique. O outro projeto conjunto, executado pela EMBRAPA, tem por objetivo fortalecer as capacidades estratégicas de produção e distribuição de produtos agroalimentares em Moçambique. Cabe registar que, no final de 2014, foi encerrado projeto conjunto com os EUA de apoio ao desenvolvimento da Plataforma para a Inovação Agropecuária, orientado ao sistema nacional de pesquisa moçambicana. O ProSavana, desenvolvido em conjunto com o Governo japonês, visa a contribuir para o desenvolvimento agrícola e rural na região do Corredor de Nacala.

Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos - Inaugurada em jul/2012, quando da visita do Sr. Vice-Presidente a Maputo (IX Cúpula da CPLP),

a fábrica reveste-se de especial relevância política para o Governo brasileiro. Beneficia-se da transferência de tecnologia de Farmanguinhos e da capacitação técnica fornecida pela ABC. O Governo brasileiro já investiu US$ 12 milhões no projeto, e a Vale Moçambique US$ 4,25 milhões.

UAB MOÇAMBIQUE - EM 2010, FORAM IMPLANTADOS TRÊS POLOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE. AS AULAS DOS QUATRO PRIMEIROS CURSOS DE GRADUAÇÃO (PEDAGOGIA, MATEMÁTICA, BIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) COMEÇARAM EM MARÇO DE 2011, NAS CIDADES DE MAPUTO, BEIRA E LICHINGA, ATENDENDO A CERCA DE 600 ESTUDANTES. SÃO PARCEIRAS DO PROJETO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E A UNILAB. EM 2013, ACORDOU-SE A EXPANSÃO DO PROGRAMA COM A CRIAÇÃO DE SEIS NOVOS POLOS.

ProSavana - Inspirado no PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), o ProSavana é resultado de parceria entre os Governos brasileiro, moçambicano e japonês, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do Corredor de Nacala, implantando-se, na região, agricultura competitiva, socialmente inclusiva e ambientalmente responsável. O programa está alicerçado em três projetos. O ProSAVANA-PI está voltado para o fortalecimento da capacidade de pesquisa e de difusão de soluções tecnológicas disponibilizadas nos Centros Zonais de Investigação Agrária Nordeste e Noroeste. O ProSAVANA – Plano Diretor visa à elaboração de estudos para formulação de um plano diretor orientado ao desenvolvimento da agricultura que contribua para o desenvolvimento econômico e social através da promoção de investimentos em sistemas produtivos sustentáveis e da redução da pobreza no Corredor de Nacala. O ProSAVANA-Extensão tem o objetivo de incrementar a capacidade das instituições moçambicanas de extensão rural.

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) - O PEC-G oferece vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia. Entre 2005 e 2015, 116 estudantes moçambicanos fizeram uso do programa. O PEC-PG oferece bolsas de estudo para estrangeiros de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) oferecidos no Sistema Educacional Brasileiro. Entre os países africanos

participantes do PEC-PG, Moçambique submete o maior número de candidaturas. Desde 2005, 260 moçambicanos foram contemplados.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira em Moçambique cresceu sensivelmente, nos últimos anos, especificamente como resultado da intensificação das atividades das empresas brasileiras instaladas naquele país. Os brasileiros são hoje cerca de 3500 pessoas, a grande maioria cadastrada na Embaixada. Estimando-se casos de brasileiros não cadastrados, residentes em locais distantes e sem qualquer contato com o Posto, esse número pode chegar a cerca de 5 mil. Os maiores núcleos de brasileiros em Moçambique encontram-se na capital Maputo, em Tete (em torno da mineração da Vale, em Moatize), e, mais recentemente, em Nacala (em função das obras no Aeroporto de Nacala, executadas pela Odebrecht). Trata-se de uma comunidade diversa, em termos de formação acadêmica, perfil profissional, tipo de atividade exercida, poder aquisitivo e identidades sociais, regionais e religiosas. Em consequência do crescimento e da dimensão da comunidade brasileira instalada, temporária ou permanentemente, em Moçambique, é intensa a atividade no setor consular da Embaixada em Maputo.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Moçambique é um tradicional e importante beneficiário do sistema brasileiro de créditos oficiais às exportações. Atualmente, há quatro projetos em Moçambique com financiamento oficial brasileiro aprovado: Aeroporto de Nacala; Transportes Públicos Maputo-Matola - BRT; Zona Franca Industrial de Nacala; e Barragem de Moamba Major. O Programa Mais Alimentos Internacional também conta com financiamento oficial brasileiro aprovado.

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. No entanto, o país viu-se mergulhado em guerra civil que opôs a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) ao Governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) até 1992, quando se assinou Acordo de Paz.

O fato de o Acordo de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu prestígio internacional ao país. A realização de eleições multipartidárias (1994, 1999, 2004 e 2009) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; a crescente liberdade de expressão, religiosa e de associação; e o satisfatório desempenho da economia moçambicana

consolidaram a posição de Moçambique como país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Apesar desse cenário positivo, permaneciam desentendimentos entre a FRELIMO e a RENAMO (maior partido de oposição) em torno de temas considerados sensíveis por esta: reintegração de oficiais desmobilizados do exército, despartidarização do aparelho estatal e reforma da Comissão Nacional de Eleições. Com o objetivo de forçar o Governo de Moçambique a abrir negociação sobre os referidos temas, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, aquartelou-se, em out/2012, em antiga base militar do partido, no Distrito de Gorongosa, Província de Sofala.

Em dez/2012, o Governo aceitou instituir mecanismo de diálogo com a RENAMO, formando-se comissão de alto nível, chefiada pelo Ministro da Agricultura. As reuniões, porém, vinham sucessivamente terminando em impasse. As divergências acabaram ganhando contornos belicosos, tendo a RENAMO adotado estratégia de ataques pontuais a estradas e postos policiais. Os enfrentamentos atingiram seu ápice em out/2013. Em resposta a ataques da RENAMO, forças governamentais cercaram e tomaram a base daquele partido na Gorongosa.

Interrompido desde então, as partes retomaram, em jan/2014, o diálogo político. Em mar/2014, chegou-se a acordo sobre legislação eleitoral, que amplia a Comissão Nacional de Eleições e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (de modo que suas direções sejam compostas por integrantes da FRELIMO, RENAMO e MDM). Em ago/14, Governo e RENAMO concluíram três instrumentos com vistas a pôr termo às diferenças entre as partes e conduzir à cessação das hostilidades (memorando de entendimento, garantias de implementação dos consensos alcançados e termos de referência dos observadores internacionais). Os Chefes das Delegações para as negociações – José Pacheco (Governo) e Saimone Macuaine (RENAMO) – assinaram, em 24/8, declaração de cessação de hostilidades militares, o que abriu caminho para a implementação dos instrumentos consensuados, ratificados em set/2014.

Em out/2014, realizaram-se as eleições presidenciais e legislativas em Moçambique. O candidato da FRELIMO (partido governista), o ex-Ministro da Defesa Filipe Nyusi sagrou-se vencedor com 57% dos votos. Afonso Dhlakama, candidato do principal partido opositor (RENAMO), foi o segundo com 37%. O novo presidente tomou posse em janeiro de 2015. Oldemiro Baloi continua como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, cargo que ocupa desde 2008.

Os resultados foram contestados pela RENAMO, e Dhlakama iniciou périplo pelas províncias do centro-norte do país para convencer a população local da ocorrência de fraudes eleitorais e propor a formação de um "governo de gestão" de forma a garantir que o país "não seja governado por aqueles que roubaram votos ou aqueles que se beneficiaram de votos roubados". Anunciou, ainda, que os deputados eleitos do partido (89 ao todo) não tomariam posse.

O cenário politicamente adverso, porém, foi revertido já em fevereiro, tendo o PR Filipe Nyusi se avistado por duas vezes com Dhlakama. A realização das duas reuniões é considerada vitória política do Presidente Nyusi. Vinte e três dias após tomar posse e prometer, em seu discurso inaugural, orientar-se pelo diálogo e pela inclusão, Nyusi logrou não apenas que Dhlakama interrompesse seu périplo pelo norte de Moçambique e se deslocasse a Maputo para encontrá-lo, mas, também, que o Presidente da RENAMO anunciasse, ao contrário do que havia afirmado nos últimos dias, que os deputados do partido tomariam posse (o que, de fato, ocorreu naquele mesmo mês).

Registre-se, por fim, que, apesar do anterior cenário de enfrentamentos pontuais entre o Governo e a RENAMO, sempre se considerou remota a possibilidade de retorno à guerra civil em Moçambique. Ademais, a expectativa é a de que o país não venha a conhecer maiores turbulências políticas ou econômicas proximamente. Por um lado, a vitória da FRELIMO nas eleições de outubro permite inferir que não haverá mudanças institucionais profundas no futuro próximo. Por outro lado, o crescimento do PIB do país, em torno de 7% desde 2008, deverá manter-se no mesmo patamar pelos próximos anos, o que certamente ajuda a manter o cenário de estabilidade.

Poder legislativo

A Assembleia da República (unicameral), conta com 250 parlamentares, eleitos por mandatos de 5 anos, em eleições diretas realizadas concomitantemente com as eleições presidenciais (as próximas serão em 2019).

POLÍTICA EXTERNA

No âmbito regional, Moçambique se projeta pelo apoio que prestou à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e contra o *apartheid* sul-africano, bem como por sua experiência em reconstrução pós-conflito.

Destaca-se, entre os objetivos da política externa moçambicana, o estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação de um Programa de Governo para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

As mais importantes iniciativas em política externa estão, assim, voltadas para a promoção de investimentos e a manutenção das ajudas diretas que permitam ao Estado moçambicano manter o equilíbrio orçamentário e os investimentos sociais. São também buscadas formas de favorecer a transferência de tecnologias, a capacitação e a formação especializada de quadros.

África

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, a dependência econômica

acentuada de Moçambique em relação a seu vizinho determinou a elevação da África do Sul a principal parceiro de Moçambique no contexto africano.

O Zimbábue é parceiro e aliado histórico de Moçambique. A estabilidade política e desenvolvimento do vizinho interessa a Maputo. Dificuldades econômicas no país vizinho em anos recentes provocaram a redução da utilização do corredor da Beira, por onde são escoadas as exportações zimbabuanas, provocando perda de receitas para Moçambique.

À semelhança do Zimbábue, o Maláui também depende de Moçambique para o escoamento de seu comércio exterior, fazendo da questão fronteiriça e do acesso ao oceano via portos moçambicanos tema central da relação bilateral. Nesse contexto, a conexão ferroviária do Corredor de Nacala (projeto do qual a VALE participa como sócia majoritária) representa contribuição importante para a integração entre os dois países. O projeto prevê a construção de ferrovia ligando as minas de carvão de Moatize, no norte de Moçambique, ao Porto de Nacala, naquele país, passando pelo território do Maláui.

Países desenvolvidos

Os principais parceiros internacionais de Moçambique estão agrupados nos chamados Parceiros de Apoio Programático (PAP), ou G-19, responsáveis pelo apoio direto ao orçamento moçambicano. Integram o grupo: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Países Baixos, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Comissão Europeia. Estados Unidos, Japão, FMI e PNUD são observadores.

Estados Unidos e Japão, embora não façam parte do G-19 (não praticam doações orçamentárias diretas), estão entre os principais provedores de cooperação a Moçambique. Os EUA são o maior colaborador individual de Moçambique. Já o montante da doação japonesa rivaliza com o orçamento de cooperação dos principais membros do G-19.

CPLP

Moçambique é membro fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A organização é tratada com prioridade pelo Governo moçambicano e sempre citada como critério de preferência de Moçambique em apoios a candidaturas brasileiras em foros internacionais. O Embaixador moçambicano Murade Isaac Miguigy Murargy assumiu a função de Secretário-Executivo da CPLP em set/2012. Murargy era, até o momento de sua eleição para o referido cargo, Embaixador de Moçambique em Brasília.

SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral é a organização regional de maior importância para Moçambique. O país exerceu a presidência

rotativa da SADC entre 2012 e 2013 e participa ativamente do encaminhamento das questões regionais na Organização. O ex-Presidente Joaquim Chissano cumpriu, recentemente, a função de mediador da Organização para Madagascar, na etapa final da longa crise política (2009-2014) naquele país, encerrada com o retorno à normalidade constitucional em 2014.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a economia moçambicana registrou crescimento sustentado. No triênio 2011-2013, as taxas de crescimento foram superiores a 7% a.a. Dados do FMI mostram que, em 2014, o país cresceu 8,3%, tendo o PIB nominal atingido US$ 16,590 bilhões. O PIB *per capita* ainda é considerado baixo, limitando-se a US$ 626. A última estimativa do FMI mostra que o país continuará crescendo em ritmo acelerado no biênio 2015-2016, em torno de 8,2% a.a. A economia é fortemente baseada em recursos minerais, cuja exploração é estimulada por meio de vultosos fluxos de investimentos estrangeiros. A recente aprovação de cinco leis que criaram um novo marco regulatório para os setores de mineração e petrolífero deverá contribuir para sustentar as significativas taxas de expansão no médio e longo prazo.

Moçambique é hoje considerado, do ponto-de-vista econômico, país relativamente estável, apesar da vulnerabilidade que há nos setores de alimentos e emprego. Essas vulnerabilidades atingem de forma mais aguda as camadas empobrecidas das periferias urbanas, em condição de insegurança alimentar, desemprego e exclusão social.

O principal desafio econômico tem sido, portanto, o de disseminar a toda a sociedade os benefícios do alto crescimento econômico havido nas últimas décadas. A necessidade de inclusão e de políticas que redistribuam a riqueza, em particular aquela gerada por projetos extrativistas em curso no país – responsáveis pelas taxas excepcionais de crescimento – tem sido apontada como ponto fundamental para o desenvolvimento sustentável do país e a estabilidade social.

Moçambique tem sido importante destino de investimentos. Fortes investimentos externos, sobretudo no setor de mineração, contribuíram para contrabalançar os efeitos adversos da crise internacional, dinâmica que tende a manter-se em função das recentes descobertas de grandes reservas de gás natural no Norte do país, na bacia do rio Rovuma.

Há importante oportunidade para investimentos brasileiros no setor de produção e transmissão de energia. Moçambique está entre os países de maior potencial energético da África. Ainda assim, calcula-se que apenas 22% da população moçambicana tenha acesso a energia elétrica e, dos 128 distritos do país, 22 ainda não são servidos de energia elétrica. Fontes de energia não-renováveis e renováveis, juntas, podem chegar a um potencial de 18.000 MW.

O país tem o segundo maior potencial de produção de energia hidrelétrica da região austral do continente africano e conta com vastas reservas de carvão e promissoras reservas de gás natural. Moçambique tem, também, grande potencial inexplorado de energia renovável (eólica, solar e biomassa).

Entre os setores da indústria em que se estima ter havido maior crescimento em 2014 e que, portanto, poderão significar oportunidade para investimentos brasileiros, estão: fabricação de cimento (11,9%); fabricação de produtos metálicos, máquinas e equipamentos (10,9%); indústrias alimentares e de bebidas (9,8%); indústria do tabaco (8,9%); fabricação de mobiliário e outras indústrias transformadoras (7,9%); indústria metalúrgica de base (3,3%); fabricação de produtos químicos (1,1%); fabricação de artigos de borracha e material plástico (0,9%); fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (0,6%); edição, impressão e reprodução (0,4%); fabricação de papel, cartão e seus artigos (0,2%); fabricação de têxteis (0,1%); indústria de vestuário (0,1%); e fabricação de calçados (0,1%).

A produção de alimentos e bebidas foi influenciada pelo aumento do beneficiamento de cereais e da produção de óleos, de produtos de pastelaria e de alimentos para animais. Previa-se, também, em 2014, investimentos para a implantação de novas fábricas de processamento de arroz, de algodão e de milho e para a produção de óleo de soja, de cerveja e de refrigerantes.

Há ainda grandes oportunidades no setor de infraestrutura e logística em Moçambique. O país é escoadouro natural da produção mineral e agrícola da África meridional, tanto por conta de seus rios, que fluem no sentido interior-litoral, quanto pela existência de "portos naturais" na costa moçambicana (Maputo, Beira e Nacala). De acordo com avaliações recentes sobre as perspectivas de crescimento econômico da África Austral, o potencial esgotamento da capacidade portuária da África do Sul (Durban, o maior "hub" marítimo do Oceano Índico, é porto urbano, com sérias limitações à sua expansão) torna Moçambique a alternativa estratégica vital da região. Nesse sentido, projetos de infraestrutura que potencializem as vantagens logísticas naturais do território moçambicano podem ser considerados altamente atrativos.

Comércio

Entre 2004 e 2013, as exportações de bens de Moçambique registraram expansão de 168%, passando de US$ 1,504 bilhão para US$ 4,024 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2014, as vendas externas cresceram 9,1% sobre a base homóloga de 2013, atingindo US$ 3,260 bilhões. Os principais mercados de destino das exportações, no acumulado até setembro de 2014, foram: Países Baixos (25,1% do total); África do Sul (19,2%); Cingapura (9,1%); Índia (8,5%); China (5,3%); Reino Unido (3,7%); Zimbábue (2,9%). O Brasil foi o 15º destino, com margem de 1,1% no total. Em relação à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais produtos da pauta moçambicana, no acumulado até setembro de 2014: alumínio (28,3% do total); combustíveis e lubrificantes (27,8%); produtos diversos da indústria química (12,2%); tabaco e sucedâneos (4,9%); minérios (4,1%); madeira (2,8%); algodão (2,4%); frutas (2,3%); açúcar (2,0%).

Ao longo dos dez anos compreendidos entre 2004 e 2013, as importações cresceram 396% passando de US$ 2,035 bilhões, no primeiro ano da série histórica, para o nível de US$ 10,099 bilhões em 2013. No acumulado de janeiro a setembro

de 2014, os principais fornecedores de Moçambique foram: África do Sul (31,2% de participação); Bareine (7,7%); China (7,3%); Países Baixos (6,8%); Portugal (4,7%); Emirados Árabes (4,5%); Índia (3,1%). O Brasil ocupou a 16ª posição, com margem de 1,0% no total adquirido por Moçambique. Ainda com relação ao acumulado de 2014, foram os seguintes os principais produtos da importação global do país: combustíveis e lubrificantes (18,1% do total); máquinas e aparelhos mecânicos (14,0%); veículos e autopeças (9,7%); máquinas e instrumentos elétricos (7,9%); alumínio (7,2%); cereais (4,6%); obras de ferro fundido, ferro ou aço (4,4%).

A balança comercial de Moçambique é estruturalmente deficitária. Nessas condições, em 2013, o déficit em transações comerciais de bens sofreu deterioração, atingindo o valor de US$ 6,075 bilhões. No acumulado até setembro de 2014, as importações excederam as exportações mais uma vez e, assim, o déficit moçambicano foi de US$ 3,132 bilhões.

Comércio exterior bilateral

De 2005 a 2014, o **comércio bilateral entre o Brasil e Moçambique** cresceu 162%, evoluindo de US$ 28,3 milhões, para US$ 74,1 milhões. Em 2014, o intercâmbio registrou, todavia, forte retração de 50,1% em comparação a 2013. No período analisado, as trocas comerciais refletiram basicamente os valores das exportações, uma vez que as importações brasileiras originárias de Moçambique tiveram pouca representatividade. Os resultados da balança comercial entre os dois países são, portanto, tradicionalmente favoráveis ao Brasil, e, no último triênio os superávits foram de US$ 98,1 milhões (2012); US$ 99,1 milhões (2013); e US$ 53,6 milhões (2014). O superávit em 2014 foi, contudo, 45,9% inferior ao apurado no ano anterior. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as trocas somaram US$ 21,3 milhões, uma expansão de 141,6% em relação a igual período de 2014.

Entre 2005 e 2014 as **exportações** brasileiras para Moçambique cresceram 126%, evoluindo de US$ 28,2 milhões, em 2005, para US$ 63,9 milhões, em 2014. Em 2014, todavia, as vendas experimentaram forte retração de 48,4%, em comparação ao ano anterior, que pode ser explicada pela descontinuidade nos embarques de locomotivas e de trigo em grão. No primeiro bimestre de 2015 as exportações cresceram 200,2% em relação ao mesmo período de 2014. Os principais produtos exportados no ano de 2014 foram: *(i)* carnes de frango (valor de US$ 11,5 milhões, equivalentes a 18,0% do total); *(ii)* talas de junção de ferro e aço (valor de US$ 5,4 milhões; ou 9,1%); *(iii)* transformadores de potência superior a 650 kva (valor de US$ 3,1 milhões; ou 4,8%); *(iv)* material fixo para vias férreas (valor de US$ 2,7 milhões; ou 4,3%); *(v)* farinhas, pós ou "pellets" de carnes, impróprios para alimentação humana (valor de US$ 2,4 milhões; ou 3,8%).

Entre 2005 e 2008 as **importações** brasileiras originárias de Moçambique mostraram-se muito discretas, não ultrapassando o patamar de US$ 20 mil. De 2009 a 2014, entretanto, as compras cresceram 381,0%, passando de US$ 2,1 milhões, no ano de 2009, para US$ 10,2 milhões em 2014. Os melhores

desempenhos das importações ocorreram nos anos de 2012 e 2013, quando alcançaram o valor de US$ 24,2 milhões, e de US$ 24,7 milhões, respectivamente. Em 2014 as compras decresceram 58,7% em relação ao ano anterior em decorrência do recuo nas aquisições de carvão mineral/hulha betuminosa. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as importações sofreram forte retração de 67,7% em relação ao primeiro bimestre do ano anterior. Os principais produtos importados em 2014 foram: *(i)* carvão mineral/hulha betuminosa (valor de US$ 8,3 milhões; equivalentes a 80,9% do total); *(ii)* tabaco não manufaturado do tipo "Burley" (valor de US$ 1,9 milhões; ou 18,8%); *(iii)* pedras preciosas/semipreciosas, em bruto, serradas (valor de US$ 32,0 mil; ou 0,3% do total).

O **cruzamento estatístico** entre a pauta exportadora brasileira e importadora de Moçambique em 2013 (fonte: *TradeMap/UNCTAD, últimos dados anuais disponíveis),* identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local são os seguintes: *(i)* alumínio em forma bruta; *(ii)* veículos para transporte de mercadorias; *(iii)* arroz; *(iv)* medicamentos; *v)* telefones celulares; *(vi)* tratores rodoviários; *(vii)* óleo de dendê; *(viii)* construções de ferro ou aço; *(ix)* óleo de soja em bruto; *(x)* partes para guindastes, bulldozers e máquinas niveladoras.

Investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é marcante e tende a continuar crescendo. As principais empresas brasileiras atuantes em Moçambique são: Vale, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Fidens e Eletrobrás.

Dentre os projetos, destaca-se o da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (na região de Tete, no centro-oeste de Moçambique). A CAMARGO CORRÊA, a ELETROBRAS e a estatal moçambicana EDM (Eletricidade de Moçambique) formaram o consórcio HMNK para construir e operar a hidrelétrica de Mphanda Nkuwa.

Vale – presente em Moçambique desde 2004. O foco principal de seus investimentos no país gira em torno da exploração de uma das maiores reservas carboníferas do mundo (Moatize), cujo investimento total (incluindo projetos de infraestrutura no âmbito do Corredor de Nacala - ferrovia ligando Moatize ao Porto da vila de Nacala-a-Velha), chegará a cerca de US$ 10 bilhões nos próximos anos.

Camargo Corrêa – tem interesse na construção da usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa. Após a aquisição da CIMENTOS DE PORTUGAL, passou a controlar a CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE e a CIMENTOS DE NACALA, dominando o mercado moçambicano de cimento. A empresa é também parceira da Vale no projeto de desenvolvimento do Corredor de Nacala.

Odebrecht – responsável pelo projeto de conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional – inaugurado em dez/2014 –e por obras de

infraestrutura urbana na Zona Franca de Nacala. Deverá construir, ainda, 30 km de linhas viárias de alta velocidade ("Bus Rapid Transit - BRT"), que passarão pelas cidades de Maputo, Matola, Boane e Marracuene. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize.

Andrade Gutierrez e Fidens – Consórcio formado pelas duas empresas brasileiras construirá a represa de Moamba Major. O Grupo Andrade Gutierrez, por intermédio da construtora portuguesa Zagope, também é responsável por obras de rodovias em Moçambique.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1962	Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane.
1974	Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca.
1975	Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único. Samora Machel é o Presidente da República.
1976	A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia.
1977	A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista.
1980	Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul.
1984	O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades.
1986	PR Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano.
1989	A FRELIMO abandona o marxismo.
1990	O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO.
1992	PR Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhaklama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ).
1994	Chissano é reeleito.
1995	Moçambique se torna membro da *Commonwealth*.

Dez/99	Chissano derrota Dhaklama nas eleições presidenciais.
Jun/02	Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004.
Fev/05	Guebuza vence Afonso Dhlakhama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar.
Jul/06	Banco Mundial cancela a maioria da dívida de Moçambique.
Fev/07	PR Hu Jintao visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura.
Out/09	Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito.
Out/12	O líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, aquartela-se em antiga base militar do partido
Dez/2012	Governo aceita instituir mecanismo de diálogo com a RENAMO, porém diálogo esbarra em impasses.
Out/2013	Enfrentamentos entre a RENAMO e o governo atingem seu ápice.
Jan/2014	Retomada do diálogo político entre governo e RENAMO.
Ago/2014	Governo e RENAMO assinam declaração de cessação de hostilidades.
Out/2014	Realizam-se eleições presidenciais e legislativas em Moçambique.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez).
Jan/76	Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo.
Jun/80	Visita do Ministro Saraiva Guerreiro a cinco países africanos, incluindo Moçambique.
Jan/98	Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil.
Jul/00	Visita oficial do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP).
Jun/01	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul,

	em Assunção.
Ago/02	Visita do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP).
Mar/03	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Nov/03	Visita oficial do ex-Presidente Lula a Maputo. Assinado o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos.
Ago-set/04	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US$ 280 milhões.
Mar/05	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Set/07	Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência.
Set/08	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/08	Visita do ex-Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África.
Jul/09	Visita do PR Guebuza ao Brasil.
Dez/09	Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US$ 300 milhões.
Jun/10	V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Nov/10	Visita do ex-PR Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.
Jun/11	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/11	Visita da PR Dilma Rousseff a Maputo.
Abr/12	Visita do PM Aires Ali ao Brasil.
Jul/12	Visita do VPR Michel Temer a Maputo, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
Mar/2013	Presidenta Dilma Rousseff encontra-se com seu homólogo moçambicano às margens da V Cúpula dos BRICS, em Durban.
Ago/2014	Filipe Nyusi, então candidato à Presidência de Moçambique, realiza visita ao Brasil.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

TÍTULO	EM VIGOR DESDE
Comunicado à Imprensa sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas.	14/11/1975
Acordo Geral de Cooperação	15/09/1981
Acordo de Cooperação Cultural	01/06/1989
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas.	31/08/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação	27/06/2014

ATOS BILATERAIS AINDA NÃO EM VIGOR

TÍTULO	ASSINADO EM	NOTA BRASILEIRA DE RATIFIAÇÃO
Protocolo Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Campo da Meteorologia	01/06/1989	15/08/1990
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	01/06/1989	20/12/1990
Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	01/06/1989	13/12/1990
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	01/06/1989	13/12/1990
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária	05/11/2003	11/10/2007
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	06/07/2007	20/10/2009
Acordo de Extradição	06/07/2007	15/01/2010
Acordo para a Instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África	04/09/2008	13/05/2014
Acordo Entre o Governo da República Federativa	26/03/2009	28/10/2011

do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique	17/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional

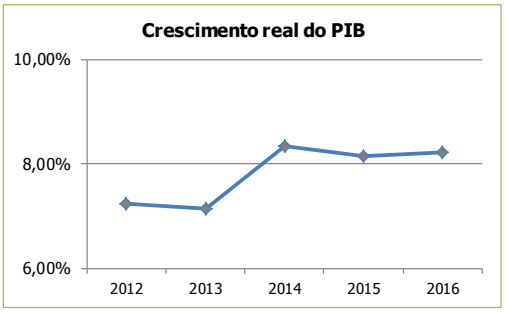
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

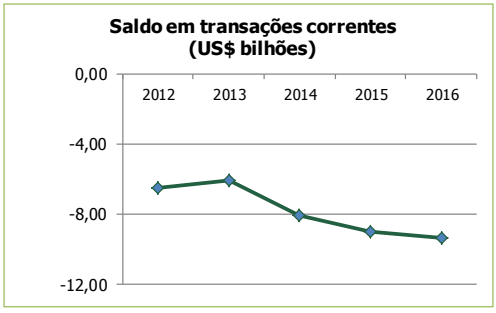
Principais Indicadores Socioeconômicos de Moçambique

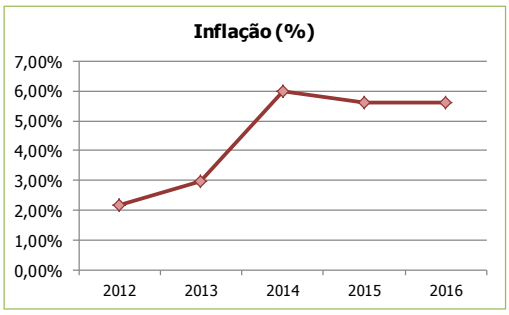
Indicador	2012	2013	2014(1)	2015(1)	2016(1)
Crescimento real (%)	7,25%	7,15%	8,34%	8,16%	8,23%
PIB nominal (US$ bilhões)	14,29	15,31	16,59	18,60	20,68
PIB nominal "per capita" (US$)	567	593	626	686	744
PIB PPP (US$ bilhões)	24,84	27,01	29,76	32,78	36,15
PIB PPP "per capita" (US$)	986	1.046	1.123	1.209	1.300
População (milhões de habitantes)	25,20	25,83	26,49	27,12	27,81
Inflação (%)	2,18%	2,96%	6,00%	5,60%	5,60%
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-6,48	-6,05	-8,04	-8,97	-9,30
Dívida externa (US$ bilhões)	4,88	6,89	8,22	8,97	10,70
Câmbio (MT / US$)	29,80	30,10	33,60	34,05	34,64
Origem do PIB (2013 estimativa)					
Agricultura			28,7%		
Indústria			24,9%		
Serviços			46,4%		

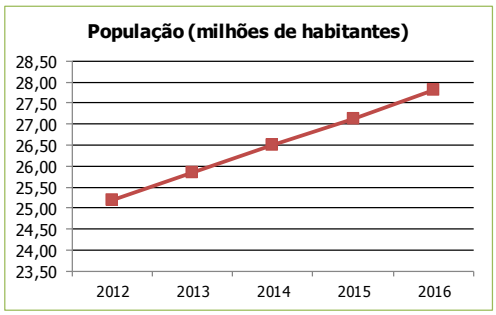
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.









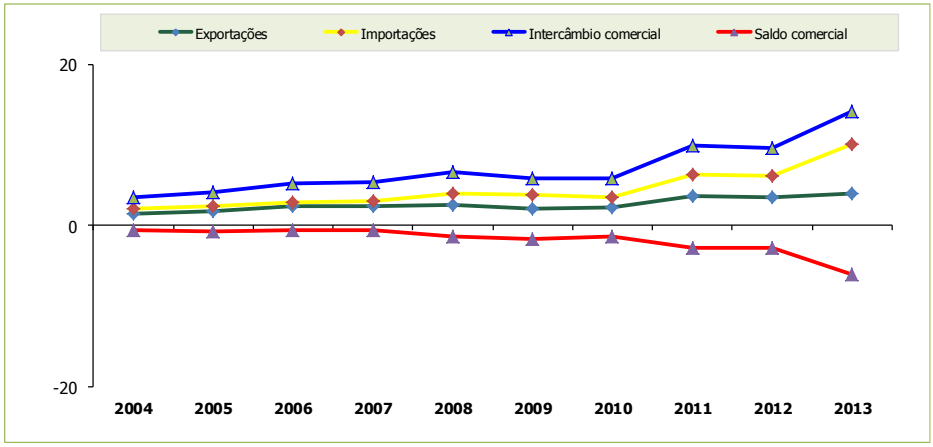
Evolução do Comércio Exterior de Moçambique
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	1,50	44,1%	2,03	16,1%	3,54	26,5%	-0,53
2005	1,75	16,1%	2,41	18,4%	4,15	17,4%	-0,66
2006	2,38	36,4%	2,87	19,1%	5,25	26,4%	-0,49
2007	2,41	1,3%	3,05	6,3%	5,46	4,0%	-0,64
2008	2,65	10,0%	4,01	31,4%	6,66	22,0%	-1,35
2009	2,15	-19,1%	3,76	-6,1%	5,91	-11,3%	-1,62
2010	2,24	49,2%	3,56	75,2%	5,81	64,1%	-1,32
2011	3,60	60,7%	6,31	76,9%	9,91	70,6%	-2,70
2012	3,47	-3,7%	6,18	-2,0%	9,65	-2,7%	-2,71
2013	4,02	16,0%	10,10	63,5%	14,12	46,4%	-6,08
2014(jan-set)(1)	3,26	9,1%	6,39	-15,8%	9,7	-7,9%	-3,13
Var. % 2004-2013	**167,6%**	**--**	**396,4%**	**--**	**299,1%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

(n.c.) Dado não calculado.



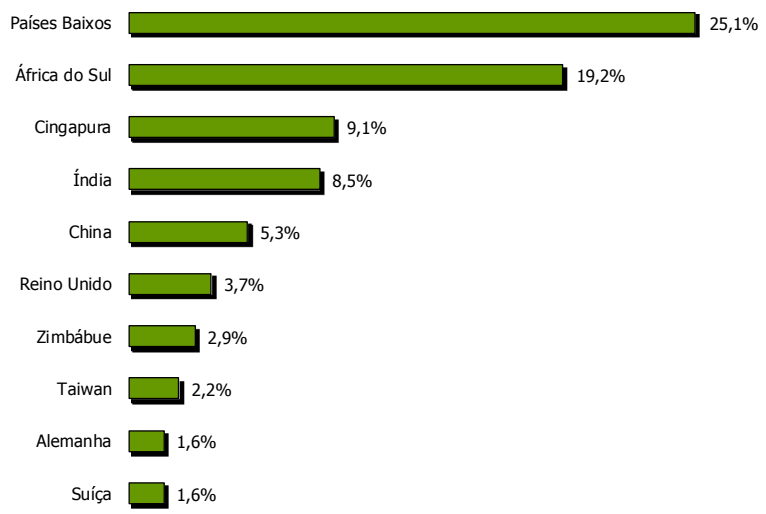
Direção das Exportações de Moçambique
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)(1)	Part.% no total
Países Baixos	819	25,1%
África do Sul	627	19,2%
Cingapura	297	9,1%
Índia	276	8,5%
China	172	5,3%
Reino Unido	120	3,7%
Zimbábue	96	2,9%
Taiwan	73	2,2%
Alemanha	51	1,6%
Suíça	51	1,6%
...		
Brasil (15ª posição)	***37***	***1,1%***
Subtotal	**2.619**	**80,3%**
Outros países	**641**	**19,7%**
Total	**3.260**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais destinos das exportações



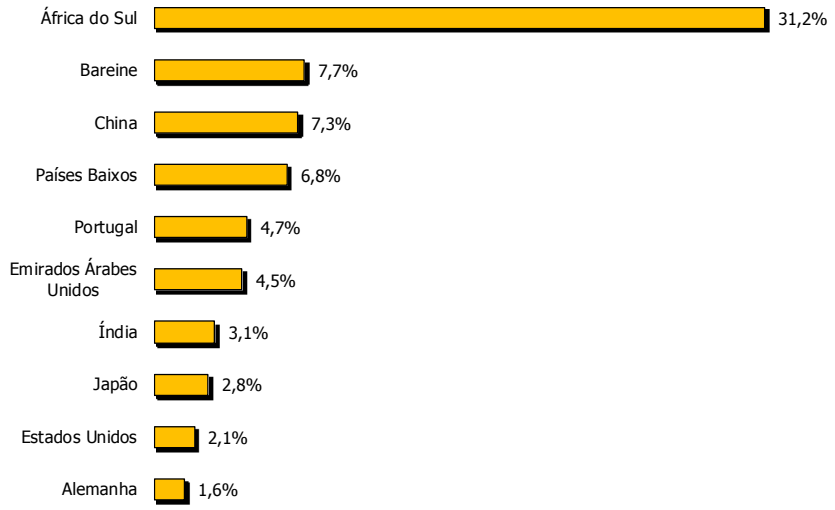
Origem das Importações de Moçambique
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)(1)	Part.% no total
África do Sul	2.164	31,2%
Bareine	533	7,7%
China	509	7,3%
Países Baixos	472	6,8%
Portugal	329	4,7%
Emirados Árabes Unidos	313	4,5%
Índia	216	3,1%
Japão	193	2,8%
Estados Unidos	143	2,1%
Alemanha	108	1,6%
...		
Brasil (16ª posição)	***70***	***1,0%***
Subtotal	**5.050**	**72,9%**
Outros países	**1.882**	**27,1%**
Total	**6.932**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Moçambique
US$ milhões

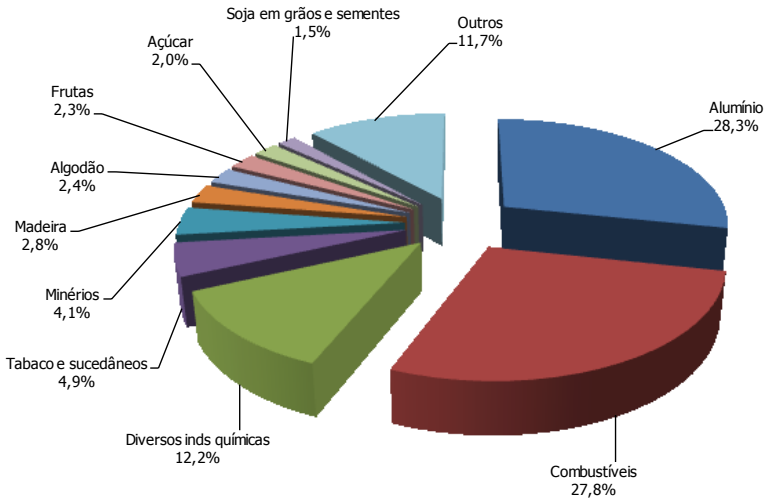
Descrição	2014 (jan-set)(1)	Part.% no total
Alumínio	922	28,3%
Combustíveis	907	27,8%
Diversos inds químicas	396	12,2%
Tabaco e sucedâneos	160	4,9%
Minérios	135	4,1%
Madeira	91	2,8%
Algodão	78	2,4%
Frutas	74	2,3%
Açúcar	66	2,0%
Soja em grãos e sementes	50	1,5%
Subtotal	**2.879**	**88,3%**
Outros	**380**	**11,7%**
Total	**3.259**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



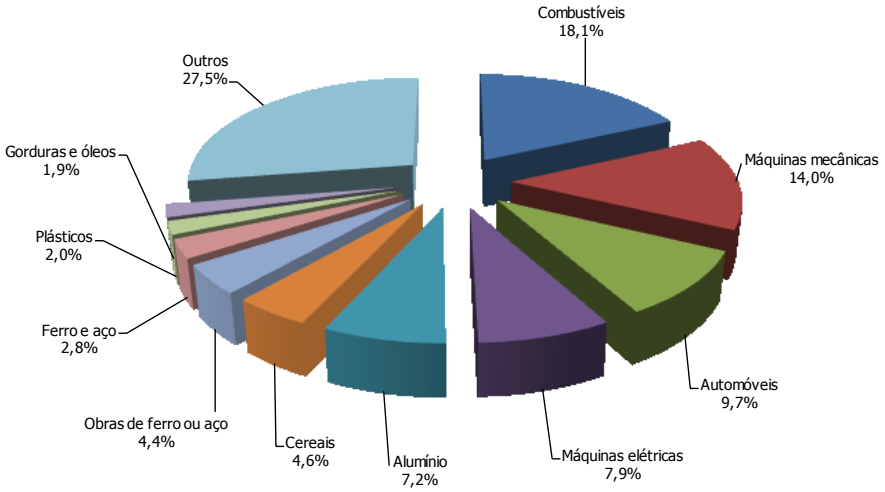
Composição das importações de Moçambique
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)(1)	Part.% no total
Combustíveis	1.159	18,1%
Máquinas mecânicas	892	14,0%
Automóveis	622	9,7%
Máquinas elétricas	504	7,9%
Alumínio	460	7,2%
Cereais	293	4,6%
Obras de ferro ou aço	279	4,4%
Ferro e aço	179	2,8%
Plásticos	126	2,0%
Gorduras e óleos	123	1,9%
Subtotal	**4.637**	**72,5%**
Outros	**1.755**	**27,5%**
Total	**6.392**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

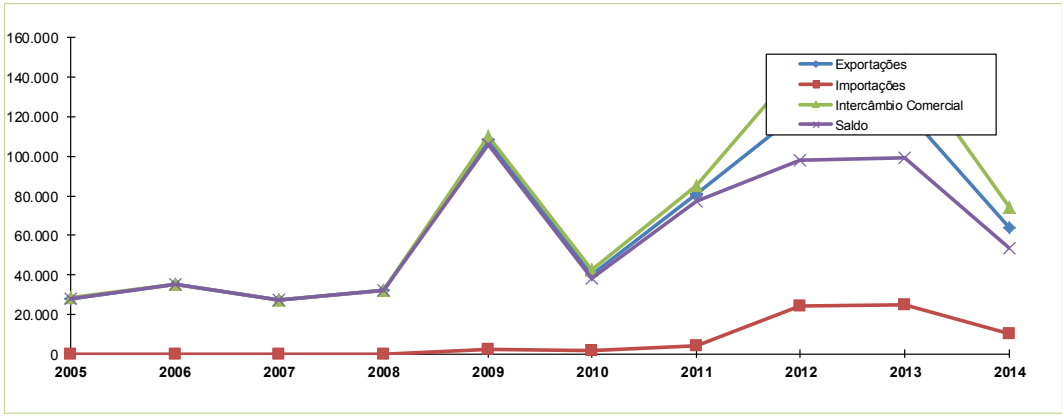
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Moçambique
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	28.245	21,2%	***0,02%***	20	41,2%	***0,00%***	28.266	21,2%	***0,01%***	28.225
2006	35.212	24,7%	***0,03%***	16	-21,3%	***0,00%***	35.228	24,6%	***0,02%***	35.196
2007	27.300	-22,5%	***0,02%***	0	-99,8%	***0,00%***	27.300	-22,5%	***0,01%***	27.300
2008	32.387	18,6%	***0,02%***	2	(+)	***0,00%***	32.389	18,6%	***0,01%***	32.385
2009	108.118	233,8%	***0,07%***	2.122	(+)	***0,00%***	110.241	240,4%	***0,04%***	105.996
2010	40.378	-62,7%	***0,02%***	2.003	-5,7%	***0,00%***	42.380	-61,6%	***0,01%***	38.375
2011	81.184	101,1%	***0,03%***	4.094	104,5%	***0,04%***	85.278	101,2%	***0,02%***	77.089
2012	122.309	50,7%	***0,05%***	24.150	489,8%	***0,01%***	146.460	71,7%	***0,03%***	98.159
2013	123.852	1,3%	***0,05%***	24.709	2,3%	***0,01%***	148.561	1,4%	***0,03%***	99.143
2014	63.861	-48,4%	***0,03%***	10.207	-58,7%	***0,00%***	74.068	-50,1%	***0,02%***	53.654
2015 (jan-fev)	20.641	200,2%	**0,08%**	623	-67,7%	**0,00%**	21.264	141,6%	**0,04%**	20.019
Var. % 2005-2014	**126,1%**		**--**	**50149,0%**		**--**	**162,0%**		**--**	**n.c.**

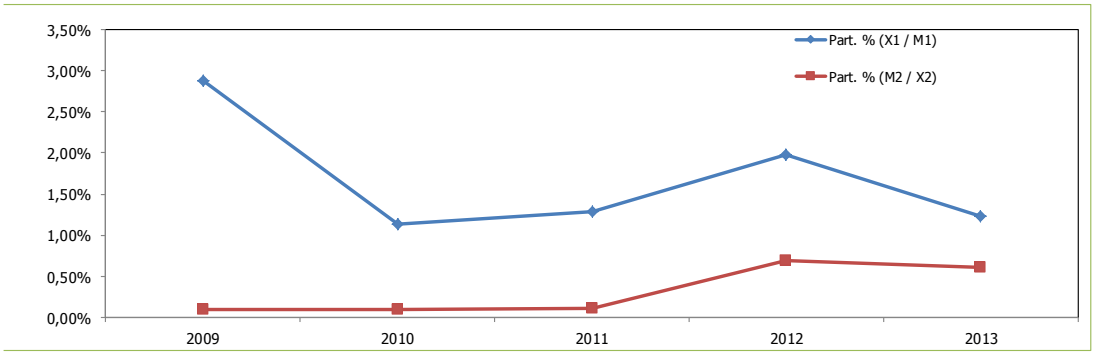
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado.



Part. % do Brasil no Comércio de Moçambique
US$ mil

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Moçambique (X1)	108.118	40.378	81.184	122.309	123.852	**14,6%**
Importações totais de Moçambique (M1)	3.764.207	3.564.230	6.305.647	6.177.210	10.099.147	**168,3%**
Part. % (X1 / M1)	**2,87%**	**1,13%**	**1,29%**	**1,98%**	**1,23%**	**-57,3%**
Importações do Brasil originárias de Moçambique (M2)	2.122	2.003	4.094	24.150	24.709	**1064,1%**
Exportações totais de Moçambique (X2)	2.147.169	2.243.069	3.604.118	3.469.852	4.023.719	**87,4%**
Part. % (M2 / X2)	**0,10%**	**0,09%**	**0,11%**	**0,70%**	**0,61%**	**521,2%**

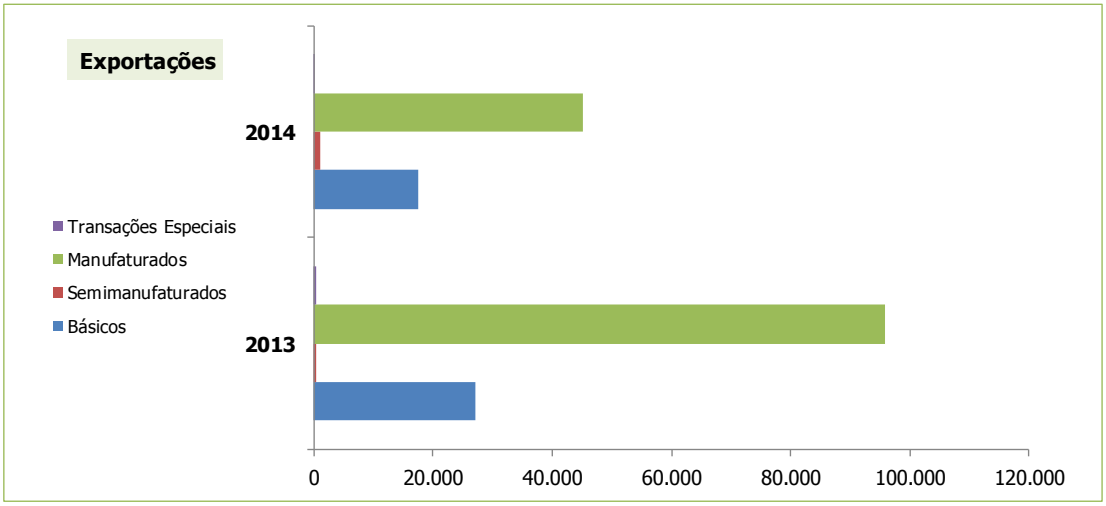
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

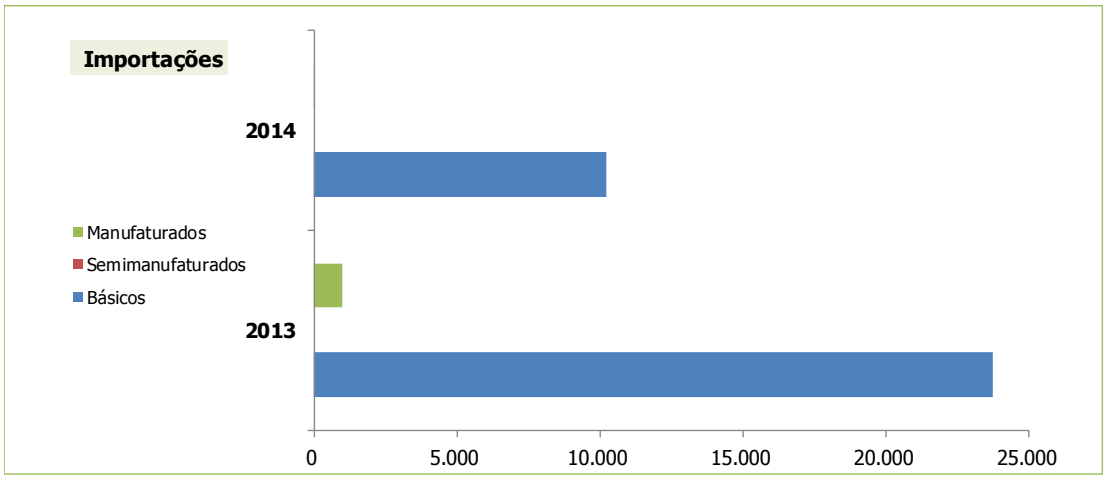


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





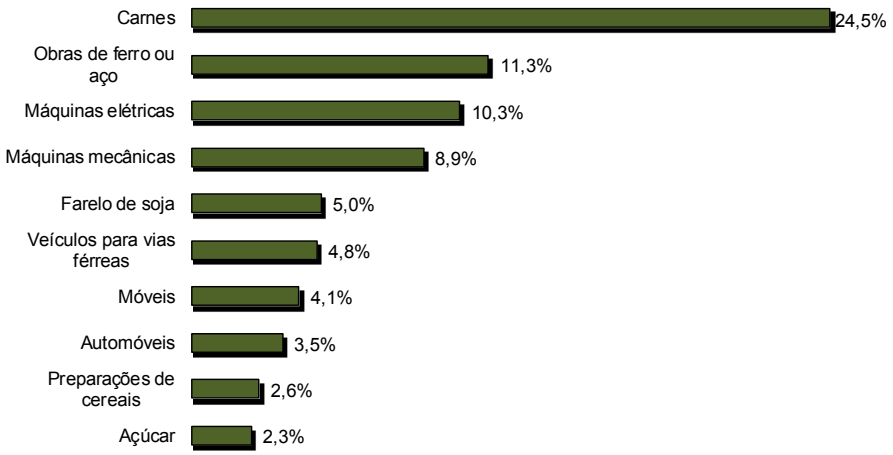
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Composição das exportações brasileiras para Moçambique
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	11.140	9,1%	14.895	12,0%	15.615	24,5%
Obras de ferro ou aço	949	0,8%	9.379	7,6%	7.241	11,3%
Máquinas elétricas	3.000	2,5%	7.471	6,0%	6.549	10,3%
Máquinas mecânicas	5.979	4,9%	10.350	8,4%	5.673	8,9%
Farelo de soja	2.634	2,2%	3.058	2,5%	3.171	5,0%
Veículos para vias férreas	721	0,6%	35.550	28,7%	3.070	4,8%
Móveis	8.147	6,7%	3.019	2,4%	2.634	4,1%
Automóveis	5.537	4,5%	3.804	3,1%	2.230	3,5%
Preparações de cereais	3.657	3,0%	1.787	1,4%	1.660	2,6%
Açúcar	485	0,4%	1.006	0,8%	1.464	2,3%
Subtotal	**42.249**	**34,5%**	**90.319**	**72,9%**	**49.307**	**77,2%**
Outros produtos	**80.060**	**65,5%**	**33.533**	**27,1%**	**14.554**	**22,8%**
Total	**122.309**	**100,0%**	**123.852**	**100,0%**	**63.861**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

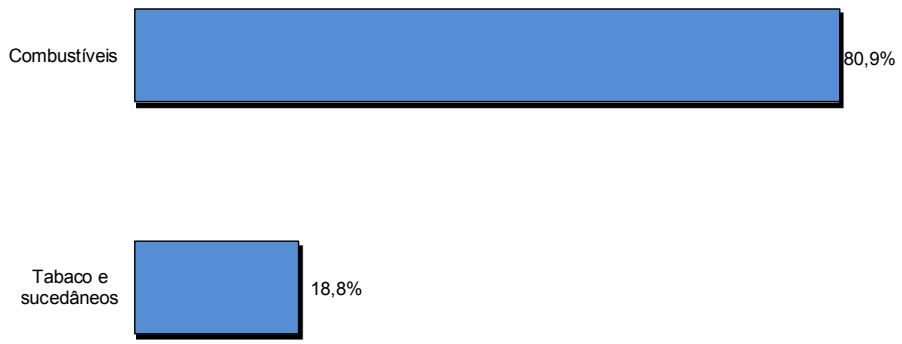


Composição das importações brasileiras originárias do Moçambique
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	21.262	88,0%	23.667	95,8%	8.255	80,9%
Tabaco e sucedâneos	1.902	7,9%	19	0,1%	1.919	18,8%
Subtotal	**23.164**	**95,9%**	**23.686**	**95,9%**	**10.174**	**99,7%**
Outros produtos	**986**	**4,1%**	**1.023**	**4,1%**	**33**	**0,3%**
Total	**24.150**	**100,0%**	**24.709**	**100,0%**	**10.207**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

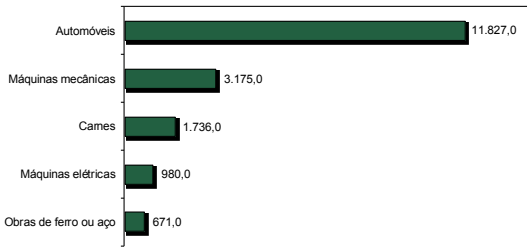
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

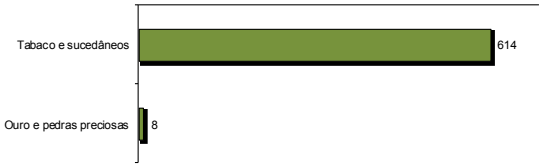
DESCRIÇÃO	2014 (jan-fev)	Part. % no total	2015 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Automóveis	111	1,6%	11.827	57,3%
Máquinas mecânicas	1.715	24,9%	3.175	15,4%
Carnes	467	6,8%	1.736	8,4%
Máquinas elétricas	1.794	26,1%	980	4,7%
Obras de ferro ou aço	111	1,6%	671	3,3%
Subtotal	**4.198**	**61,1%**	**18.389**	**89,1%**
Outros produtos	**2.677**	**38,9%**	**2.252**	**10,9%**
Total	**6.875**	**100,0%**	**20.641**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

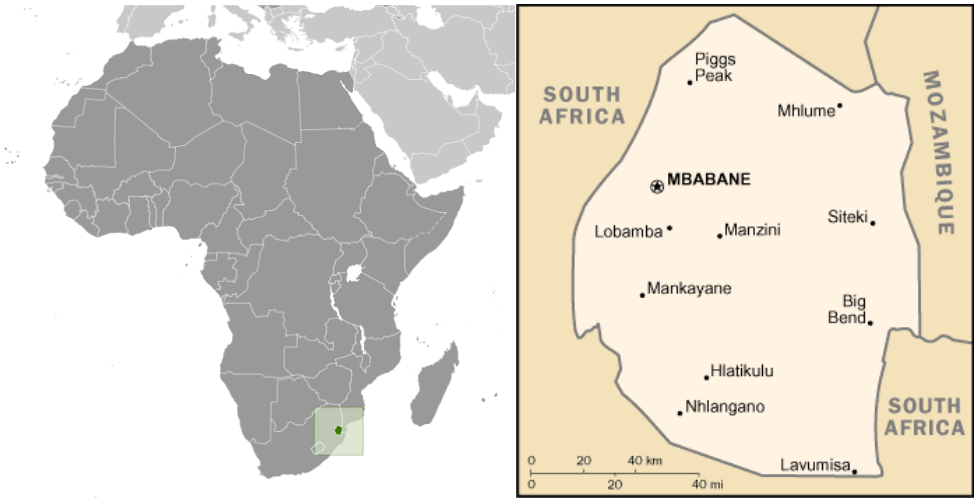
Importações				
Tabaco e sucedâneos	1.919	99,6%	614	98,6%
Ouro e pedras preciosas	7	0,4%	8,2	1,3%
Subtotal	**1.926**	**100,0%**	**622**	**99,9%**
Outros produtos	**1**	**0,0%**	**0**	**0,1%**
Total	**1.926,6**	**100,0%**	**623**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

SUAZILÂNDIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE SUAZILÂNDIA	
NOME OFICIAL:	Reino da Suazilândia
GENTÍLICO:	suázi
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.364 km^2
POPULAÇÃO (2013, BM):	1,25 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e suázi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Sionismo cristão (40%); catolicismo (20%); islamismo (10%); outras (30%, incluindo anglicanismo, *baha'i*, metodista, mórmon, judaísmo).
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia absoluta
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, consistindo em Assembleia Nacional (65 assentos, sendo 55 eleitos e 10 indicados pelo Rei) e Senado (30 assentos, sendo 10 indicados pela Assembleia Nacional e 20 indicados pelo Rei).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25 de abril de 1986)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Barnabas Sibusiso Dlamini (desde 4 de novembro de 2008)
CHANCELER:	Mgwagwa Gamedze (desde 4 de novembro de 2013)
PIB:	US$ 3,842 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PPP:	US$ 8,672 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB *PER CAPITA*:	US$ 3.475 (2014, FMI Est.)
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 7.843 (2014, FMI Est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,1% (2014); 2,7% (2013); 1,8% (2012); -0,6% (2011)
IDH (2013):	0,530 (148ª posição entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	49,0 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	87,8% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	28,2% (PNUD, relatório de 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Abednego Ntshangase (Embaixador residente em Washington – cumulativamente com Brasília)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há cidadãos brasileiros registrados

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUAZILÂNDIA (US$ mil, FOB – fonte: MDIC)

Brasil → Suazilândia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	**549**	**970**	**2.233**	**2.434**	**22.749**	**20.994**	**4.386**	**1.895**	**885**
Exportações	317	545	2.055	873	2.988	3.604	695	1.362	526
Importações	232	424	178	1.560	19.761	17.390	3.691	532	358
Saldo	85	120	1.877	-687	-16.773	-13.786	-2.995	830	167

Informação elaborada em 5 de março de 2015, pelo TS João Marcelo Costa Melo. Revisada pelo Conselheiro Pedro Escosteguy Cardoso.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Mswati III

Nascido **Makhosetive** ("Rei das Nações") em 19 de abril de 1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25 de abril de 1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos. Possui 15 esposas.

SIBUSISO BARNABAS DLAMINI
PRIMEIRO MINISTRO

Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Nomeado novamente Primeiro-Ministro em 2008, foi reconduzido ao cargo em 2008.

CHIEF MGWAGWA GAMEDZE
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Ex-Ministro da Justiça e de Assuntos Constitucionais e Ex-Ministro do Interior, assumiu a chancelaria em 4 de novembro de 2013.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará. Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília. Em 2012, o Rei Mswati III participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

No contexto da cooperação humanitária internacional, em 2012 o Brasil realizou doação de mil toneladas de arroz, com valor estimado em US$ 470 mil. Esta ação decorreu do fato de a Suazilândia ser um país em situação de insegurança alimentar e nutricional, beneficiado por doações de alimentos do governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), que estão previstas na Lei 12.429, sancionada em 20/06/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos.

Em junho de 2014, a Embaixadora do Brasil em Maputo apresentou suas cartas credenciais ao Rei Mswati III. Na ocasião, o Rei Mswati III manifestou interesse em estabelecer cooperação com o Brasil nos setores de turismo e esportes, tendo mencionado a possibilidade de treinamento de técnicos de futebol suázis no Brasil.

Cooperação Técnica

Embora haja possibilidade de cooperação em diversas áreas, nenhum projeto está ainda em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia foi assinado em 25/01/2008 e encontra-se em processo de ratificação. O Governo da Suazilândia tem solicitado cooperação brasileira nas áreas de saúde, educação e agricultura – os quais, eventualmente, poderiam vir a ser objeto de projetos de cooperação desenvolvidos sob o abrigo do aludido Acordo.

Na área de saúde, há interesse suázi especialmente em projetos de combate ao HIV/AIDS, que contemplem tanto aquisição e produção de medicamentos anti-retrovirais quanto capacitação em gestão, elaboração de

políticas públicas e formação de funcionários. A esse respeito, missão de técnicos brasileiros foi enviada a Mbabane em fevereiro de 2006 com o objetivo de verificar as possibilidades de cooperação na área, mas a iniciativa não teve desdobramentos. Em julho de 2011, o Governo suázi solicitou novamente visitas oficiais para marcar o início das discussões sobre cooperação técnica com o Governo Brasileiro para o combate ao HIV/AIDS, por meio da Fundação Oswaldo Cruz. Em outubro de 2011, foi realizada missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por ocasião de visita a outros países vizinhos, porém não houve continuidade.

Biocombustíveis

A Suazilândia pretende instituir mistura de 10% de etanol da gasolina em nível nacional, após ter concluído com êxito projeto piloto envolvendo o Governo e a Real Corporação de Açúcar da Suazilândia (RSSC). A medida visaria a diminuir a dependência do país de importação de combustível da África do Sul e a reduzir emissões de CO2 de combustíveis fósseis.

A pedido do Ministério dos Recursos Naturais e Energia do Reino da Suazilândia, está prevista a realização de visita de estudos ao Brasil sobre produção e mistura de etanol, no próximo mês de junho. O objetivo da missão é conhecer a experiência brasileira no processo de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e em aspectos comerciais relativos a biocombustíveis. Interessariam à missão encontros com órgãos governamentais e também do setor privado, incluindo, se possível, visitas de campo a produtores. A agenda para a missão incluirá encontros com instituições governamentais e visitas a usinas produtoras de biocombustíveis.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, baniu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1986, ascendeu ao trono o Rei Mswati III – aos 18 anos de idade -, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

A cada cinco anos, realizam-se eleições parlamentares. Segundo o sistema suázi, conhecido como "tinkhundla system", 55 candidatos à Assembleia Nacional são nomeados por cada tribo ("chiefdom") para representar cada um dos 55 distritos administrativos ("tinkhundla"). Após as nomeações, os candidatos são eleitos por voto direto em dois turnos eleitorais (na tribo e, posteriormente, em cada um dos 55 distritos administrativos). Completam a Assembleia Nacional 10 candidatos nomeados pelo Rei. Além da Assembleia Nacional, há um Senado no país, composto por 30 membros, dos quais nenhum é eleito diretamente: 20 são indicados pelo Rei e 10 são escolhidos pela Assembleia Nacional.

Após longo processo de negociação, foi promulgada, em 2006, a nova Constituição do país que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal.

Em 2008, foram realizadas as primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes, e a missão observadora da SADC considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental da bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio presidencial. Uma das vítimas era membro da People´s United Democratic Movement (PUDEMO), a outra da

Swaziland Solidarity Network (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

Em resposta, o Governo Suázi aprovou legislação antiterror, o Swaziland Suppression of Terrorism Act (SSTA), que dá ao Governo o poder de deter, por até sete dias, em regime incomunicável, ou de expulsar do país sem julgamento, pessoas suspeitas de terrorismo.

Em setembro de 2013, realizaram-se novas eleições parlamentares. O pleito transcorreu sem incidentes e em "ambiente tranquilo e pacífico", segundo relatório da missão observadora da União Africana. Os resultados eleitorais explicitaram a vontade popular de renovação das lideranças: 44 deputados, incluindo seis ministros, foram derrotados em seus distritos.

Essa significativa renovação na Assembleia Nacional pode ser em parte explicada pela situação econômica da Suazilândia. A redução das receitas provenientes da União Aduaneira da África Austral (SACU) – em particular entre 2009 e 2012 – e das exportações de açúcar provocaram desemprego (em torno de 40%, em 2013), desaceleração econômica e déficits orçamentários anuais na faixa de 8% do PIB.

A despeito da renovação na composição da Assembleia Nacional, a oposição tem se tornado crescentemente vocal na defesa de reformas políticas, em particular no que diz respeito à adoção de um sistema multipartidário.

A missão observadora da União Africana às eleições de 2013 reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento da democracia no país e instou o governo suázi a garantir os direitos de liberdade de expressão e de livre associação, em conformidade com o direito internacional e com os princípios que devem reger eleições democráticas em países da União Africana.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino da Suazilândia possui relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (a Suazilândia é um dos três países africanos a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia de que o Estado suázi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não possuindo o país qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Cuba).

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional da Suazilândia, graças à forte dependência da economia suázi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suázis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suázi, uma vez que a Suazilândia adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand). Politicamente, a África do Sul tem manifestado preocupação com a estabilidade do vizinho, em face de crescentes contestações ao sistema político, tendo condicionado empréstimo concedido em 2011 – em momento de grave crise fiscal provocada pela redução das receitas provenientes da SACU – ao compromisso suázi com a ampliação do diálogo com a oposição e com a promoção gradual de abertura política do país.

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o governo americano possui programas de apoio às pequenas e médias

empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

O momento atual, no entanto, aponta para uma inflexão. Em 2014, os EUA condicionaram a renovação do acesso preferencial da Suazilândia ao mercado estadunidense oferecido ao amparo do "US African Growth and Opportunity Act" (AGOA) a emendas nas esferas laboral e de direitos humanos. Embora o parlamento suázi tenha atualizado legislação laboral do país, em novembro de 2014, a ausência de avanços no campo dos direitos humanos levou à suspensão da Suazilândia do AGOA a partir de janeiro de 2015.

Taiwan

O Reino da Suazilândia é um dos 23 países a manterem relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, o qual vinha buscando aproveitar-se do benefício que a Suazilândia disfrutava no âmbito do AGOA. Esses investimentos atingiram seu ápice em 2002, quando as empresas taiwanesas chegaram a empregar mais de 35 mil pessoas. Nesse contexto, a suspensão da Suazilândia do AGOA já começa a se fazer sentir, tendo a empresa taiwanesa de têxteis Tex Ray (a maior do país) anunciado, no final de 2014, decisão de demitir 5750 de seus 6000 funcionários.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que a Suazilândia permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a sua união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpre ainda mencionar que, em 2010, o Reino da Suazilândia manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. O Governo da Suazilândia, porém, não deu continuidade ao processo de negociação.

ECONOMIA

Panorama Econômico

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

Devido à paridade do lilangeni ao rand sul-africano, a livre movimentação de fundos no âmbito da Área Monetária Comum (CMA) implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a RAS.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da CMA restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. No período de 2009 – 2012, uma rápida redução das receitas alfandegárias oriundas da SACU produziu déficits anuais na faixa de 8%. Posteriormente, o nível das receitas alfandegárias da SACU recuperou-se, representando hoje cerca de 50% da renda do país.

Nos últimos três anos, a economia do Reino da Suazilândia cresceu em ritmo lento nos últimos três anos. Em 2014, os dados do FMI mostram que a Suazilândia alcançou crescimento de 2,1%, índice que elevou o PIB nominal do país ao nível de US$ 3,842 bilhões e o PIB *per capita* a US$ 3,475 mil. Entre os pilares da economia estão agricultura e a indústria agroalimentar. O setor agrícola, que abriga 70% da força de trabalho, carece, porém, de ganhos de competitividade e de escala. Na visão do FMI, o Reino deverá continuar mantendo taxas positivas de expansão. O crescimento projetado para o atual biênio 2015-2016 é de cerca de 2% a.a. Avanços mais substantivos nos marcos regulatórios e reformas estruturais são esperados, de modo a criar condições mais adequadas para o crescimento econômico sustentado.

Agricultura

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real da Suzilândia é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, chegando a registrar índice negativo de -0,6% em 2011, seguido por alguma recuperação nos anos subsequentes (1,8% em 2012; 2,7% em 2013 e 2,1% em 2014).

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 7,5% em 2011, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente o têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 47,7% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 44,8%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, com grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical foi planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob o AGOA com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão.

Indústria

Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA, hoje comprometido pela suspensão da Suazilândia do programa.

Comércio Bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-AliceWeb, entre 2005 e 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e a Suazilândia cresceu 12,4% de US$ 788 mil, para US$ 885 mil. Mesmo diante desse crescimento, em 2014, as trocas registraram forte retração de 53,3% em comparação com o ano de 2013. O recuo do comércio em 2014 deveu-se, principalmente, pela diminuição das exportações brasileiras para esse mercado (-61,4%). Em 2010, 2011 e 2012, o Brasil experimentou os piores déficits com a Suazilândia: US$ 16,8 milhões; US$ 13,8 milhões; e US$ 2,9 milhões, respectivamente. De outra perspectiva, os superávits foram de US$ 831 mil (2013); e de US$ 168 mil (2014). De janeiro a fevereiro de 2015 não foram registradas exportações brasileiras e, por conseguinte, o intercâmbio se limitou ao valor das importações. Assim, a corrente de comércio limitou-se a US$ 19,0 mil, com uma diminuição de 91,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro bimestre deste ano, o déficit brasileiro com o país foi de US$ 19 mil, ante o superávit de US$ 143 mil, ocorrido no mesmo bimestre do ano de 2014.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para a Suazilândia cresceram 10,8% de US$ 475,0 mil, em 2005, para US$ 527,0 mil em 2014. Em 2014, as vendas registraram retração de 61,4%, em relação ao ano de 2013. Esse recuo pode ser explicado, basicamente, pela descontinuidade nas vendas de motocompressores herméticos para frigoríficos (valor em 2013 foi de US$ 579,0 mil). Entre janeiro e fevereiro de 2015, não houve registro de exportações. Os principais produtos exportados em 2014 foram: *(i)* ácidos fosfóricos (valor de US$ 437,0 mil, equivalentes a 82,9% do total); *(ii)* calçados (US$ 44,0 mil; ou 8,4%); *(iii)* instrumentos para controle da temperatura (US$ 23,0 mil; ou 4,4%); *(iv)* ladrilhos de cerâmica (US$ 21,0 mil; ou 3,9%); e *(v)* semeadores-adubadores (US$ 5,0 mil; ou 0,9% do total).

Ainda segundo dados do AliceWeb, nos últimos dez anos as importações brasileiras originárias da Suazilândia cresceram 14,9%, de US$ 312,0 mil, em 2005, para US$ 359,0 mil, em 2014. As compras tiveram seu melhor desempenho nos anos de 2010 (US$ 19,8 milhões); 2011 (US$ 17,4 milhões); e 2012 (US$ 3,7 milhões). A esse respeito, tem-se como causa da elevação as compras de processadores, controladores e circuitos integrados digitais naqueles anos. Em 2014, as importações decresceram 32,6% em relação a 2013, tendo em vista a descontinuidade nas aquisições de partes e acessórios para bancos de ensaio, e de dispositivos para banheiros ou cozinhas. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as importações se limitaram a US$ 19,0 mil, uma retração de 57,4% comparativamente a igual período do ano anterior. Os principais produtos adquiridos em 2014 foram: *i)* máquinas-ferramentas para trabalhar madeira e cortiça (valor de US$ 201,0 mil, equivalentes a 55,9% do total); *ii)* açúcar (US$ 124,0 mil; ou 34,5%); *iii)* partes e acessórios para instrumentos de análise (US$ 10,0 mil; ou 2,8%); e *iv)* instrumentos e aparelhos para medida/controle de nível (US$ 8,0 mil; ou 2,2%); *(v)* cristais piezoelétricos montados (US$ 6,0 mil; ou 1,7%).

O Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2010, é um instrumento que, quando em vigor, deverá contribuir para o incremento das trocas comerciais entre Brasil e Suazilândia.

Investimentos

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros diretos na Suazilândia, tampouco de capitais oriundos da Suazilândia no Brasil. Em junho de 2015, o Ministério dos Recursos Naturais e Energia da Suazilândia pretende realizar missão ao Brasil, para conhecer a experiência brasileira no processo de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e em aspectos comerciais relativos a biocombustíveis, uma vez que pretende instituir mistura de 10% de etanol na gasolina em nível nacional. Ao ser informado pela Embaixadora brasileira em Maputo (posto cumulativo com a Suazilândia) da referida missão, o Rei Mswati III reagiu com entusiasmo, e afirmou que terá presente a ida da missão e seus resultados. Na ocasião, o Rei formulou votos por maior presença, cooperação e investimentos brasileiros em seu país.

Séc. XVI	O povo suázi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Séc. XIX	Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836	Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888	Consentimento suázi em estabelecer um governo provisório, formado por representantes do governo britânico, sul-africano e suazi.
1889	Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suázi.
1903	Os suázis passam a ser administrados pelo governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949	Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia pela União-Sul-Africana.
1963	É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suázis.
1967	É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968	A Suazilândia torna-se independente do Governo britânico. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973	Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado.
1986	Ascensão do Rei Mswati III ao trono suázi e introdução de importantes reformas políticas no país.
2006	Promulgação da nova Constituição.
2008	Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição.
2013	Realização de eleições parlamentares

Cronologia das Relações Bilaterais

1978	É estabelecida a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia,

	com residência em Maputo, Moçambique.
1993	O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2009	Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.
2010	O Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participa do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.
2012	O Rei Mswati III visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia	25/01/2008	Aprovado pelo Senado Federal em fevereiro de 2010. Ainda não está em vigor (em processo de ratificação).

Dados Econômico-Comerciais

Tabela 1:

Evolução do Comércio Exterior da Suazilândia[1]
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	808	34,8%	191	4275,8%	999	65,5%	616
2005	858	6,3%	171	-10,9%	1.029	3,0%	688
2006	963	12,2%	178	4,5%	1.141	10,9%	785
2007	936	-2,8%	201	13,0%	1.138	-0,3%	735
2008	1.074	14,7%	307	52,2%	1.381	21,3%	767
2009	906	-15,7%	280	-8,7%	1.185	-14,1%	626
2010	1.923	138,1%	2.200	1048,7%	4.123	312,6%	-276
2011	1.843	-4,2%	1.922	-12,6%	3.765	-8,7%	-79
2012	2.093	13,6%	2.199	14,4%	4.293	14,0%	-106
2013[2]	2.112	0,9%	1.713	-22,1%	3.824	-10,9%	399
Var. % 2005-2014	**161,4%**	**--**	**794%**	**--**	**956%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(2) Última posição disponível em 02/03/2015.
(n.c.) Dado não calculado.

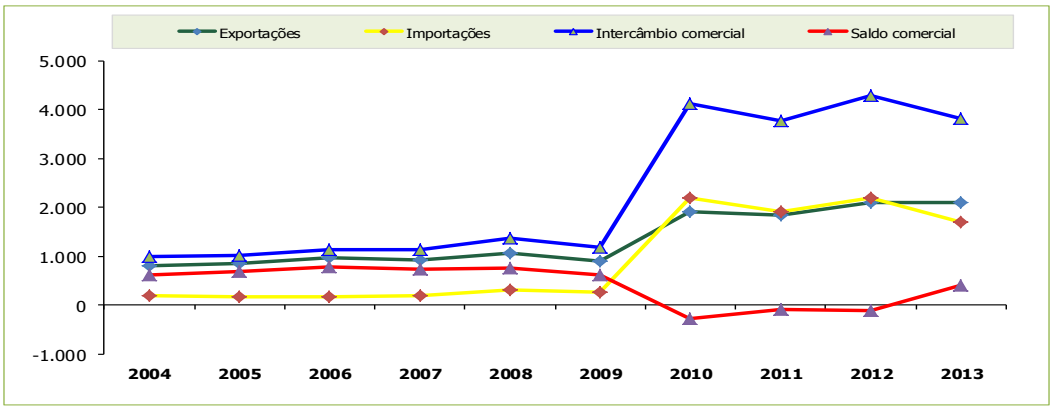


Tabela 2:

Direção das Exportações da Suazilândia[1]
US$ milhões

Descrição	2 0 1 3[2]	Part.% no total
África do Sul	1.166	55,2%
China	115	5,4%
Itália	77	3,6%
Estados Unidos	62	2,9%
Espanha	54	2,6%
Portugal	47	2,2%
Moçambique	40	1,9%
Tanzânia	38	1,8%
Paquistão	36	1,7%
Coreia do Sul	33	1,6%
...		
Brasil (60ª posição)	***0,5***	***0,03%***
Subtotal	**1.669**	**79,0%**
Outros países	**443**	**21,0%**
Total	**2.112**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais destinos das exportações

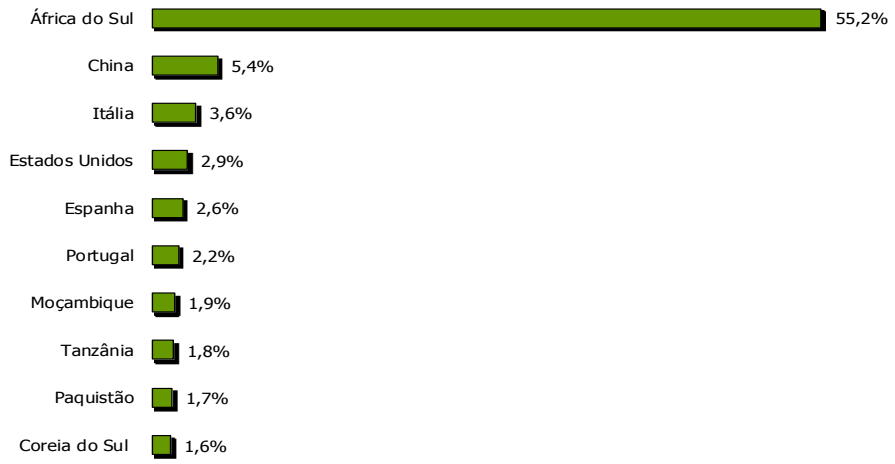


Tabela 3:

Origem das Importações da Suazilândia
US$ milhões

Descrição	2 0 1 3(2)	Part.% no total
África do Sul	1.516	88,5%
Índia	27	1,6%
China	25	1,5%
Estados Unidos	23	1,3%
Tailândia	13	0,8%
Alemanha	10	0,6%
Taiwan	8	0,5%
Egito	8	0,5%
Colômbia	7	0,4%
Japão	6	0,4%
...		
Brasil (31ª posição)	***1***	***0,1%***
Subtotal	**1.644**	**96,0%**
Outros países	**69**	**4,0%**
Total	**1.713**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais origens das importações

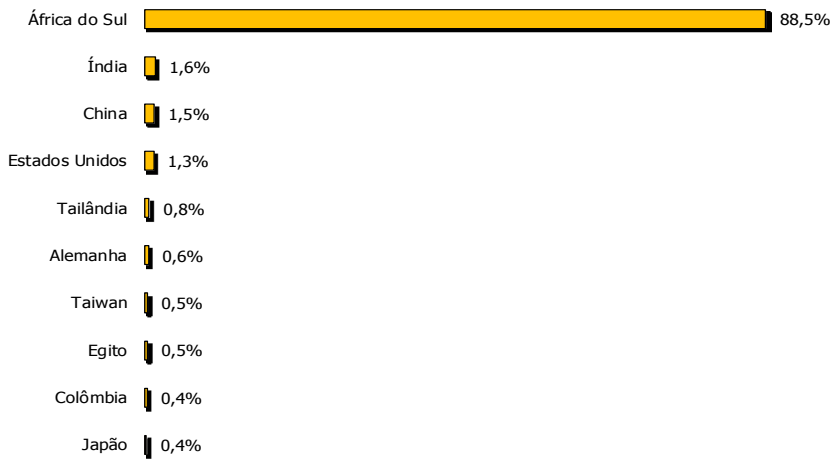


Tabela 4:

Composição das exportações da Suazilândia
US$ milhões

Descrição	2 0 1 3(2)	Part.% no total
Óleos essenciais	493	23,3%
Açúcar	466	22,1%
Diversos inds químicas	212	10,0%
Minérios	115	5,4%
Vestuário exceto de malha	93	4,4%
Máquinas mecânicas	72	3,4%
Vestuário de malha	70	3,3%
Madeira	62	2,9%
Combustíveis	60	2,8%
Químicos orgânicos	56	2,7%
Subtotal	**1.699**	**80,4%**
Outros	**413**	**19,6%**
Total	**2.112**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais grupos de produtos exportados

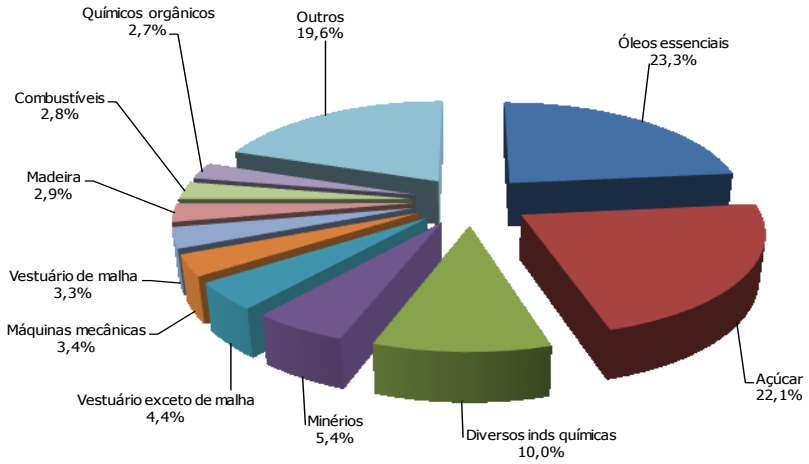


Tabela 5:

Composição das importações da Suazilândia
US$ milhões

Descrição	2 0 1 3(2)	Part.% no total
Combustíveis	317	18,5%
Automóveis	135	7,9%
Máquinas mecânicas	112	6,5%
Plásticos	76	4,4%
Máquinas elétricas	74	4,3%
Óleos essenciais	59	3,4%
Cereais	53	3,1%
Obras de ferro ou aço	45	2,6%
Papel	44	2,6%
Farmacêuticos	35	2,0%
Subtotal	**950**	**55,5%**
Outros	**763**	**44,5%**
Total	**1.713**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais grupos de produtos importados

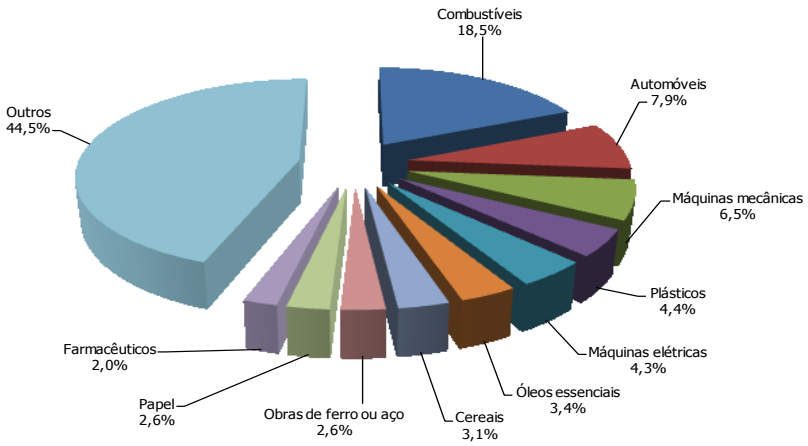


Tabela 6:

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Suazilândia
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	475	-76,9%	***0,00%***	312	7,9%	***0,00%***	788	-66,4%	***0,00%***	163
2006	317	-33,2%	***0,00%***	232	-25,6%	***0,00%***	550	-30,2%	***0,00%***	85
2007	546	72,0%	***0,00%***	425	82,9%	***0,00%***	970	76,6%	***0,00%***	121
2008	2.055	276,7%	***0,00%***	178	-58,1%	***0,00%***	2.234	130,2%	***0,00%***	1.877
2009	874	-57,5%	***0,00%***	1.561	776,0%	***0,00%***	2.434	9,0%	***0,00%***	-687
2010	2.988	242,0%	***0,00%***	19.762	(+)	***0,01%***	22.750	834,6%	***0,01%***	-16.774
2011	3.604	20,6%	***0,00%***	17.390	-12,0%	***0,00%***	20.994	-7,7%	***0,00%***	-13.786
2012	695	-80,7%	***0,00%***	3.691	-78,8%	***0,00%***	4.387	-79,1%	***0,00%***	-2.996
2013	1.363	96,0%	***0,00%***	532	-85,6%	***0,00%***	1.895	-56,8%	***0,00%***	831
2014	527	-61,4%	***0,00%***	359	-32,6%	***0,00%***	885	-53,3%	***0,00%***	168
2015 (jan-fev)	0	#####	**0,00%**	19	-57,4%	**0,00%**	19	-91,7%	**0,00%**	-19
Var. % 2005-2014	**10,8%**		**--**	**14,9%**		**--**	**12,4%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado.

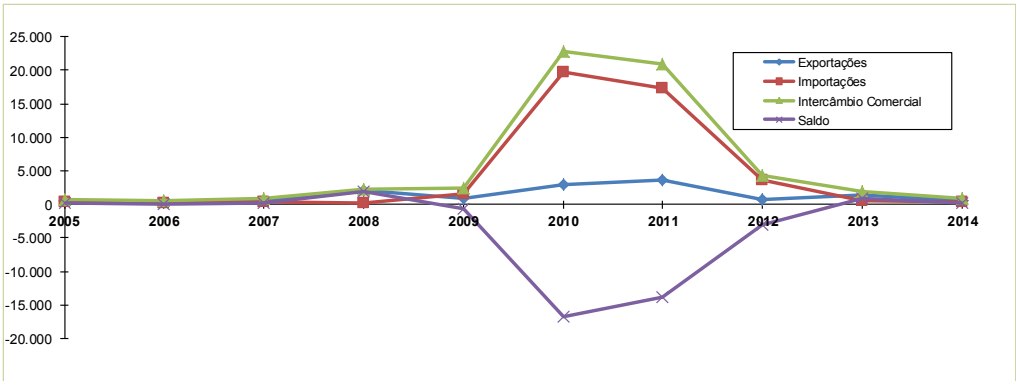


Tabela 7:

Part. % do Brasil no Comércio da Suazilândia
US$ milhões

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Suazilândia (X1)	0,9	3,0	3,6	0,7	1,4	**56,0%**
Importações totais da Suazilândia (M1)	280	2.200	1.922	2.199	1.713	**511,9%**
Part. % (X1 / M1)	**0,31%**	**0,14%**	**0,19%**	**0,03%**	**0,08%**	**-74,5%**
Importações do Brasil originárias da Suazilândia (M2	1,6	19,8	17,4	3,7	0,5	**-65,9%**
Exportações totais da Suazilândia (X2)	906	1.923	1.843	2.093	2.112	**133,2%**
Part. % (M2 / X2)	**0,17%**	**1,03%**	**0,94%**	**0,18%**	**0,03%**	**-85,4%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

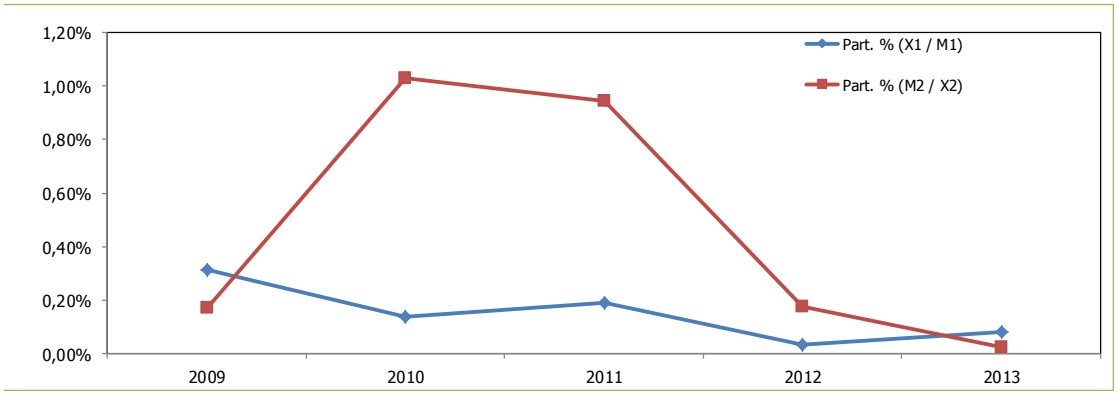
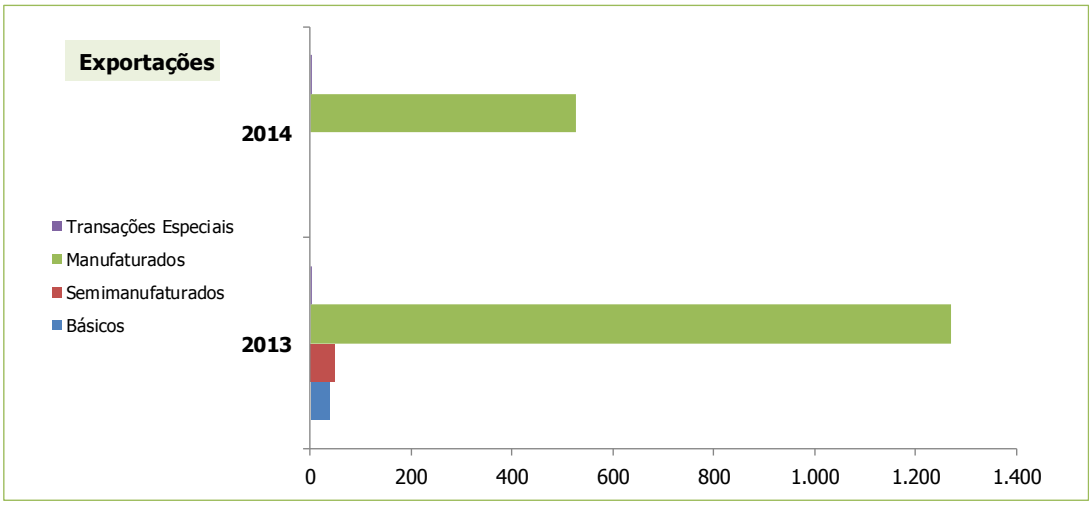


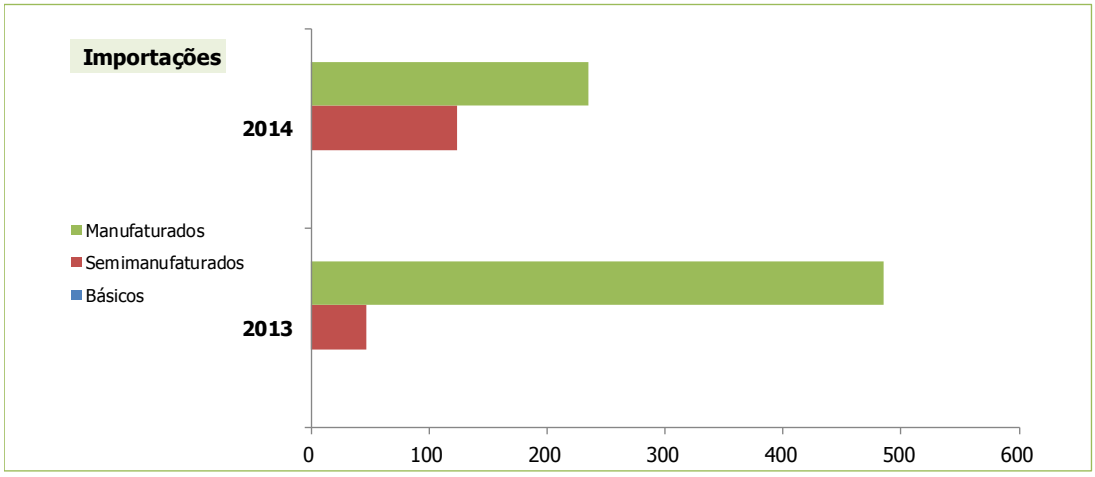
Tabela 8:

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Tabela 9:

Composição das exportações brasileiras para a Suazilândia
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	62	8,9%	520	38,2%	437	83,0%
Calçados	26	3,7%	28	2,1%	39	7,4%
Instrumentos de precisão	16	2,3%	23	1,7%	23	4,4%
Cerâmicos	14	2,0%	41	3,0%	21	4,0%
Máquinas mecânicas	329	47,3%	596	43,7%	5	0,9%
Subtotal	**447**	**64,3%**	**1.208**	**88,6%**	**525**	**99,7%**
Outros produtos	**248**	**35,7%**	**155**	**11,4%**	**2**	**0,3%**
Total	**695**	**100,0%**	**1.363**	**100,0%**	**527**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

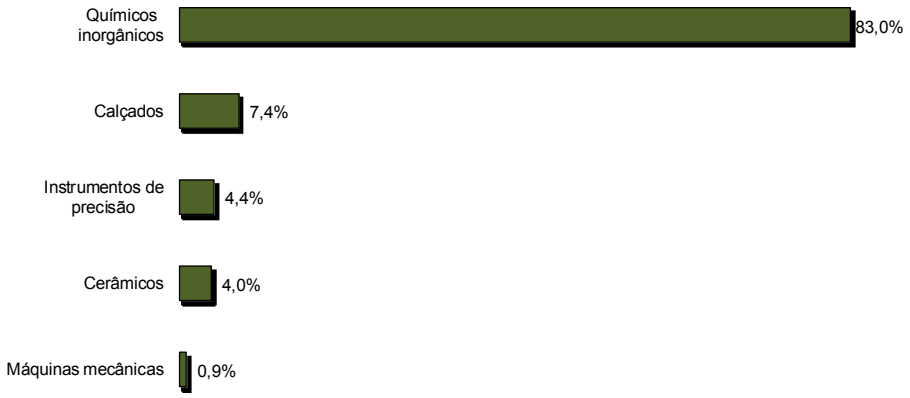


Tabela 10:

Composição das importações brasileiras originárias da Suazilândia
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	230	6,2%	172	32,3%	202	56,3%
Açúcar	0	0,0%	47	8,8%	124	34,6%
Instrumentos de precisão	20	0,5%	196	36,8%	23	6,4%
Máquinas elétricas	3.410	92,4%	67	12,6%	7	2,0%
Subtotal	**3.660**	**99,2%**	**482**	**90,6%**	**356**	**99,2%**
Outros produtos	**31**	**0,8%**	**50**	**9,4%**	**3**	**0,8%**
Total	**3.691**	**100,0%**	**532**	**100,0%**	**359**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

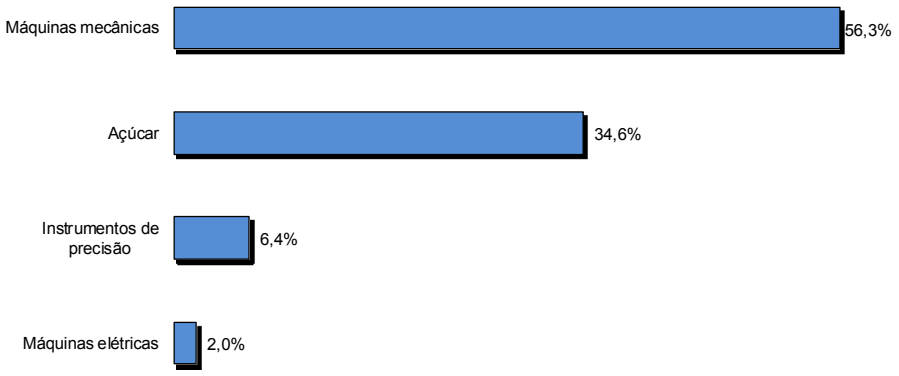


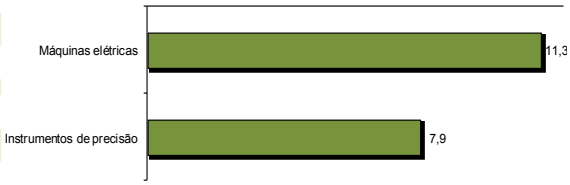
Tabela 11:

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2014 (jan-fev)	Part. % no total	2015 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Químicos inorgânicos	183	97,5%	0	0,0%
Instrumentos de precisão	5	2,4%	0	0,0%
Subtotal	**188**	**99,9%**	**0**	**0,0%**
Outros produtos	**0**	**0,1%**	**0**	**0,0%**
Total	**188**	**100,0%**	**0**	**0,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	11,3	59,0%
Instrumentos de precisão	18,6	41,2%	7,9	40,9%
Subtotal	**18,6**	**41,2%**	**19,2**	**99,9%**
Outros produtos	**26,5**	**58,8%**	**0,0**	**0,1%**
Total	**45,1**	**100,0%**	**19,2**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Tabela 12: Cruzamento da pauta exportadora do Brasil com as importações da Suazilândia

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a demanda importadora da Suazilândia - 2013 - em US$ mil

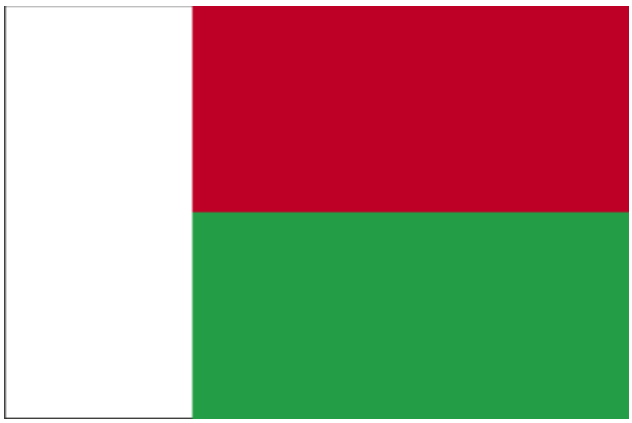
Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Suazilândia	Importações totais da Suazilândia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% das exportações brasileiras para a Suazilândia no total das importações da Suazilândia
Total Geral			**1.363**	**1.712.698**	**242.178.054**	**1.711.335**	**0,1%**
1º	870421	Automóveis, caminhões e autopeças	0	55.805	4.923.708	55.805	**0,0%**
2º	330210	Substâncias odoríferas para as indústrias alimentícias ou de bebidas	0	31.605	37.962	31.605	**0,0%**
3º	300490	Medicamentos	0	23.020	562.106	23.020	**0,0%**
4º	100590	Milho em grão	0	20.966	6.250.565	20.966	**0,0%**
5º	401120	Pneus novos de borracha para automóveis e ônibus ou caminhões	0	19.306	925.067	19.306	**0,0%**
6º	100630	Arroz	0	13.316	188.732	13.316	**0,0%**
7º	490199	Livros, brochuras e impressos semelhantes	0	10.870	17.444	10.870	**0,0%**
8º	880330	Partes de aviões ou helicópteros	0	9.486	430.540	9.486	**0,0%**
9º	390210	Polipropileno	0	9.485	325.993	9.485	**0,0%**
10º	170410	Gomas de mascar, sem cacau	0	8.382	30.374	8.382	**0,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(*) Exclusive petróleo e derivados, por razões específicas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

MADAGASCAR



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE MADAGASCAR	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
GENTÍLICO:	Malgaxe
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km^2
POPULAÇÃO (2013, BM):	22,9 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS:	Malgaxe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões tradicionais (52%); cristianismo (41%); islamismo (7%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, constituído pela Assembleia Nacional (Assemblée Nationale), com 151 assentos e membros eleitos pelo voto popular para mandatos de quatro anos; e pelo Senado (Sénat), com 33 assentos, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, com mandatos de seis anos. O Senado está previsto na Constituição de 2010, porém ainda não foi aprovada legislação regulamentando a sua criação.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Hery Rajaonarimampianina (desde 24 de janeiro de 2014)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Jean Ravelonarivo (desde 14 de janeiro de 2015)
CHANCELER:	Arisoa Lala Razafitrimo (desde 2 de fevereiro de 2015)
PIB:	US$ 11,188 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PPP:	US$ 33,642 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB *PER CAPITA*:	US$ 475,3 (2014, FMI Est.)
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 1.429 (2014, FMI Est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	3,0% (2014); 2,3% (2013); 2,5% (2012); 1,5% (2011)
IDH (2013):	0,498 (155ª posição entre 184 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	64,7 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	64,5% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	8,6% (PNUD, relatório de 2013) 3,8% (Instituto Nacional de Estatística de Madagascar, 2010)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary malgaxe
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Senhora Velotiana Raobelina (Encarregada de Negócios, residente em Washington)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há cidadãos brasileiros registrados

Informação elaborada em 27 de fevereiro pelo TS João Marcelo Costa Melo. Revisada por Pedro Escosteguy

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MADAGASCAR (US$ mil, FOB) – fonte: MDIC									
Brasil → Madagascar	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	6.793	9.438	24.419	21.363	28.156	22.902	35.252	19.189	24.621
Exportações	6.548	9.234	24.074	21.186	27.954	21.901	33.129	18.240	23.970

Cardoso.

Importações	244	204	345	176	202	1.001	2.122	949	651
Saldo	6.303	9.030	23.729	21.009	27.751	20.900	31.006	17.290	23.319

PERFIS BIOGRÁFICOS

Hery RAJAONARIMAMPIANINA
Presidente

Nascido em 6 de novembro de 1958, Hery Rajaonarimampianina tem origem modesta. Nasceu e passou sua infância e juventude no vilarejo de Antsofi-nondry, na comuna de Sabotsy Namehana, situada 15 km ao norte da capital Antananarivo. Em 1982 concluiu mestrado em administração na Universidade de Antananarivo. Mudou-se para o Canadá, onde seguiu seus estudos e obteve diploma de pós-graduação (DEA) em Contabilidade no ano de 1986. Em 1991 retornou a Madagascar e passou a trabalhar como contador. Em Antananarivo, tornou-se diretor de estudos do National Institute for Business Administration and Accounting Science (INSCAE) e Professor-Assistente na Universidade de Antananarivo. Em 1995, fundou a empresa de contabilidade Auditeurs Associes – C.G.A, em Antananarivo, contando com 50 associados e prestando serviços para empresas nacionais e internacionais do setor privado. Em 2009, Rajaonarimampianina assume o cargo de Ministro das Finanças e do Orçamento do governo do ex-presidente Andry Rajoelina, que havia chegado ao poder naquele ano mediante golpe de Estado. Sem apoio da comunidade internacional, em razão da ilegitimidade do governo malgaxe, e em um ambiente econômico global desfavorável, Rajaonarimampianina logrou conter a inflação e manter a estabilidade do Ariary malgaxe, a moeda nacional. Em 2013, com o apoio do então presidente Rajoelina, ele estrutura a coalizão política Hery Vaovao hoan'i Madagasikara (Novas Forças para Madagascar) e concorre à presidência juntamente com outros 32 concorrentes. Ele vence as eleições no segundo turno, com 53,5% dos votos e toma posse em 25 de janeiro de 2014, para um mandato de cinco anos.

Jean RAVELONARIVO
Primeiro-Ministro

Nascido em 17 de abril de 1959, na comuna de Berevo, a oeste da capital, Jean Ravelonarivo é General de Brigada Aérea desde 1º de fevereiro de 2014. Estudou aviação na escola superior de pilotagem de Kirovograd, na antiga União Soviética, onde aprendeu o idioma russo. De volta a Madagascar, concluiu mestrado em Direito Privado na Universidade de Antananarivo e, posteriormente, obteve o diploma do Terceiro Ciclo em Relações Internacionais no Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos, em Paris. Entre os anos de 1997 e 2002, durante o mandato do ex-presidente Didier Ratsiraka, foi Diretor Geral da Sociedade de Equipamentos Imobiliários de Madagascar (SEIMad), empresa criada pelo estado malgaxe em 1964 com o propósito de construir moradias de baixo custo. Posteriormente, abriu sua própria companhia imobiliária, a J.J. Jean Ravelonarivo é também membro ativo do Rotary Club, onde conheceu o atual presidente e tornou-se seu amigo pessoal.

Béatrice Jeanine ATALLAH

Chanceler

Antes de assumir o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros de Madagascar, Béatrice Jeanine Atallah exerceu a função de Presidenta da Comissão Eleitoral Nacional Independente para a Transição (CENIT), que foi responsável por conduzir as eleições presidenciais e legislativas realizadas em 2013, as primeiras após o golpe de Estado de 2009. Béatrice Atallah foi durante 13 anos magistrada da Corte de Apelação do Tribunal de Antananarivo. Entre os anos de 2002 e 2009, fez parte do Conselho Nacional Eleitoral, pelo qual participou de missões de observação de processos eleitorais em diversos países africanos. Desempenhou ainda a função de Encarregada de Missão junto ao Ministério das Finanças e do

Orçamento durante a gestão do então Ministro e hoje Presidente Hery Rajaonarimampianina. Ela possui certificado de estudos Diplomáticos Superiores pelo Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos de Madagascar (CEDS).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo.

O Embaixador Antonio J. M. de Souza e Silva apresentou as cartas credenciais em Antananarivo, em 16 de julho de 2008. Na ocasião, o Presidente malgaxe solicitou envio de missão técnica brasileira a seu país, voltada para a cooperação agrícola.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participaram de curso de treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Durante a crise política vivida por Madagascar entre 2009 e 2013 (ver a seção de política interna), o Brasil, em sintonia com a posição da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), não reconheceu o Governo resultante do golpe de estado de 2009. Dessa forma, missão da ABC que esteve prevista para ocorrer em 2009 não se concretizou. Em setembro de 2009, durante a 64ª Assembleia Geral da ONU, o Brasil, como membro do Comitê de Credenciais, votou contra a realização de discurso do Presidente *de facto*, Andry Rajoelina, no Debate Geral, o que suscitou agradecimentos por parte da liderança da diáspora malgaxe nos EUA.

Com a realização de eleições no final de 2013 e a inauguração de um Governo legítimo e internacionalmente reconhecido em 2014, as relações bilaterais foram normalizadas. Em fevereiro deste ano, o Governo malgaxe manifestou interesse em enviar missão do Ministério da Educação ao Brasil com vistas a manter contatos no Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, de maneira a avançar na formulação de uma política nacional de alimentação escolar.

Assuntos Consulares

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Tendo servido como entreposto comercial para árabes, desde o século VII d.C,. Madagascar passou a servir de entreposto também para europeus, a partir do século XVII, com a França assumindo o controle absoluto sobre o território em 1895-96. Revoltas nacionalistas iniciadas em 1947 provocaram a reforma das instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência, obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo oposicionista Albert Zafy. O novo governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana. Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o prefeito da capital como vencedor. Em julho de 2002, Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional, fugiram do país e exilaram-se na França.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos.

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o Governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a deposição do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma "Autoridade Nacional de Transição" (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo Governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da SADC e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores - os três ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador da SADC. Após diversas tentativas, logrou-se consenso, em 2011, em torno de um "Mapa do Caminho", pelo qual as autoridades transitórias se comprometeram com a criação das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana, bem como com a realização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2012, foram finalmente realizadas no final de 2013, após acordo pela retirada de candidaturas inicialmente apresentadas por Rajoelina, pela esposa de Ravalomanana e por Ratsiraka. Apoiado por Rajoelina, Hery Rajaonarimampianina (sem partido) venceu o segundo turno com 53,3% dos votos, contra 46,5% de Jean-Louis Robinson, apoiado por Ravalomanana. Nas eleições legislativas, o partido de Rajoelina, Miaraka Amin i Prezida Andry Rajoelina (MAPAR), ganhou 49 assentos; o Movimento Ravalomanana, do ex-Presidente deposto, ganhou 20 assentos; e os restantes assentos ficaram distribuídos entre independentes (25), o partido Vondrona Politika (13 assentos) e 25 outros pequenos partidos. Embora os resultados tenham sido contestados por Ravalomanana, as diversas missões internacionais de observação eleitoral (SADC, União Africana, União Europeia) coincidiram na avaliação de que as eleições foram livres, justas e pacíficas. Com o retorno à ordem constitucional, foram retiradas as suspensões que impediam a participação de Madagascar na União Africana e na SADC.

Ao longo do período de exceção, entre 2009 e final de 2013, Madagascar sofreu com a implementação de sanções por parte da comunidade internacional e viu retirados fundos externos que beneficiavam o país. O prolongamento da incerteza institucional levou à acentuada piora dos indicadores econômicos e sociais do país.

Não obstante a realização de eleições reconhecidas internacionalmente, persistem focos de tensão política. Em outubro de 2014, Marc Ravalomanana foi detido em Antananarivo, depois de retornar clandestinamente ao país e convocar conferência de imprensa na qual questionou a legitimidade do Governo eleito. Em março de 2015, Ravalomanana permanecia em detenção domiciliar.

Outro ponto diz respeito à insatisfação do Presidente Rajoelina, que apoiara a candidatura de Rajaonarimampianina em 2013, com a independência assumida pelo seu ex-aliado (e antigo Ministro da Fazenda). Em 2014, Rajoelina frustrou-se ao ser alijado do processo de escolha do Primeiro-Ministro Roger Kolo. Em janeiro de 2015, Rajoelina decidiu contestar judicialmente a nomeação do novo Primeiro-Ministro Jean Ravelonarivo, alegando contradição com o artigo 54 da constituição, que determina que o Primeiro-Ministro seja designado pelo grupo majoritário no Parlamento. Ambos os ex-aliados reivindicam a maioria parlamentar: Rajoelina aponta para coalização de 80 parlamentares construída nos últimos meses; o Presidente, para a Plataforma para a Maioria Presidencial, composta por 112 parlamentares.

Madagascar conta com uma Assembleia Nacional , composta por 151 assentos, com membros eleitos pelo voto popular para mandatos de quatro anos. A constituição de 2010 prevê também um Senado (33 assentos, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, com mandatos de seis anos), mas ainda não foi aprovada legislação regulamentando a criação do Senado.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro,

tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

A política externa do governo do Presidente Marc Ravalomanana buscou reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país chegou a ser um dos maiores recipiendários da "Millenium Challenge Account"). Procurou, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se oficialmente o 14º membro pleno da SADC.

O advento da crise política em 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe, dando início a 5 anos de sanções e intensa participação da União Africana e, sobretudo, da SADC nas negociações com vistas à normalização da política interna no país. As eleições de 2013 levaram ao levantamento de sanções e à retomada da participação nos organismos dos quais o país havia sido suspenso (União Africana, SADC, Organização Internacional da Francofonia). O FMI e a União Europeia retomaram o apoio financeiro ao país em meados de 2014 e os EUA restauraram, a partir de janeiro de 2015, a participação malgaxe no "African Growth and Opportunity Act" (AGOA), programa que oferece acesso preferencial ao mercado norte-americano para países africanos selecionados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conjuntura Econômico-Comercial

A crise política vivida entre 2009 e o final de 2013 restringiu o crescimento econômico do país, que chegou a exibir índice negativo em 2010 (-0,4%). O crescimento de 3% em 2014 reflete o início de uma recuperação após o retorno à normalidade política.

A economia do país é, em larga medida, baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. Os principais produtos agrícolas são arroz e café, seguidos por outras culturas menos relevantes: cana-de-açúcar, mandioca e banana. A produção de arroz no período de 2013 a 2014 foi muito prejudicada pela incidência de pragas, cujo combate vem sendo objeto de apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O país é dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política, no início de 2009, cerca da metade das receitas governamentais

provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado. Espera-se que a restauração do acesso preferencial ao mercado norte-americano em 2015, ao amparo do AGOA, impulsione as exportações de têxteis.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica e, tendo mantido patamares expressivos mesmo ao longo da crise política iniciada em 2009, poderá beneficiar-se de uma recuperação econômica na Europa.

Na indústria de mineração merecem destaque as reservas de níquel, titânio e cobalto. A Mina Ambavoty de níquel refinado e de cobalto, projeto da ordem de US$ 6,3 bilhões, iniciou recentemente suas operações e deverá tornar-se um dos maiores projetos mundiais no setor ao atingir sua capacidade máxima.

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos onshore e offshore, esforço prejudicado, no entanto, pela instabilidade política e incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos. No momento, o grupo austríaco OMV e a norte-americana ExxonMobil desenvolvem atividades de exploração, ao passo que a Madagascar Oil encontra-se em estágio mais avançado, pretendendo iniciar a primeira fase de produção comercial já em 2015.

Comércio

As exportações malgaxes de bens mostraram evolução favorável na última década, considerando que passaram de US$ 836 milhões em 2005, para o patamar de US$ 2,158 bilhões em 2014. Em termos relativos, a expansão observada no período foi de 158%. Os principais destinos para as exportações globais de Madagascar, em 2014, foram: França (22,8% do total); Estados Unidos (8,4%); Bélgica (6,6%); Países Baixos (6,5%); Coreia do Sul (6,3%); China (4,5%); Alemanha (4,4%); África do Sul (4,4%). O Brasil foi o 57º destino para a oferta exportável do país, com participação de 0,03%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global de Madagascar, em 2014: níquel e manufaturas (27,2% do total); artigos de vestuário (20,5%); café e chá (11,5%); pescados (5,1%); minérios (4,5%); obras de metais comuns (4,0%); combustíveis e lubrificantes (3,8%); preparações de carne (2,2%); algodão (2,1%).

No que concerne às importações, Madagascar comprou do mundo, em 2005, US$ 1,686 bilhão. Em 2014, o patamar elevou-se para US$ 3,240 bilhões, um crescimento relativo de 92%. Os principais supridores das importações

malgaxes, em 2014, foram: Emirados Árabes Unidos (17,8% de participação); China (15,5%); Índia (6,2%); França (6,1%); África do Sul (4,6%); Paquistão (4,1%); Bareine (3,7%). O Brasil, com 1,0% de participação, foi o 21º fornecedor de bens para Madagascar. Os principais grupos de produtos da importação global do país, em 2014, foram: combustíveis e lubrificantes (22,3% do total geral); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (7,5%); veículos e autopeças (5,3%); cereais (5,2%); máquinas e instrumentos elétricos (4,7%); cimento (4,7%); lã (3,9%); produtos farmacêuticos (3,1%); manufaturas de plástico (3,1%); ferro fundido, ferro ou aço (2,6%).

Vale ressaltar que a balança comercial do país é tradicionalmente deficitária. Nessas condições, em 2014, o déficit de Madagascar em suas transações comerciais de bens somou US$ 1,082 bilhão, com redução de 13,2% em relação a 2012.

Relações Comerciais Bilaterais

De 2005 a 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e Madagascar cresceu 94%, evoluindo de US$ 12,7 milhões, para US$ 24,6 milhões. Em 2014, o intercâmbio registrou novo aumento de 28,3% em comparação com 2013. O crescimento do comércio entre os dois países, em 2014, deu-se, principalmente, pelo aumento das exportações, uma vez que as importações brasileiras originárias de Madagascar têm pouca representatividade no total das trocas comerciais entre os dois países. O saldo comercial é, portanto, tradicionalmente favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram: US$ 31,0 milhões (2012); US$ 17,3 milhões (2013); e US$ 23,3 milhões (2014). Em 2014, o superávit com Madagascar foi 34,8% superior àquele apurado em 2013.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para Madagascar cresceram 91%, de US$ 12,6 milhões em 2005, para US$ 23,9 milhões em 2014. Vale notar que, no último ano da série, quando as vendas registraram crescimento de 31,4% em relação ao ano anterior, essa dinâmica pode ser explicada, principalmente, pelo crescimento das vendas de açúcar (valor de US$ 20,1 milhões; incremento de 37,7%), principal produto exportado pelo Brasil para o parceiro africano em 2014 (valor de US$ 20,3 milhões; equivalentes a 84,7% do total). Além do açúcar, as vendas brasileiras para Madagascar em 2014 foram marcadas pelos seguintes produtos: farelo de soja (valor de US$ 763 mil; ou 3,2%); pneus novos de borracha (valor de US$ 321 mil; ou 1,3%); caramelos, confeitos, dropes, pastilhas e produtos semelhantes sem cacau (valor de US$ 295 mil; ou 1,2%); e tratores (valor de US$ 286 mil; ou 1,2% do montante total). No primeiro bimestre

de 2015, as exportações retraíram-se em 38,6% comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No que se refere às importações, de 2005 a 2014 as compras brasileiras originárias de Madagascar apresentaram crescimento de 356%, evoluindo de US$ 143,0 mil, em 2005, para US$ 651,0 mil, em 2014. Em 2014, todavia, as importações brasileiras registraram uma queda de 31,4% em relação ao ano anterior. Esse decréscimo deveu-se, principalmente, à queda nas aquisições de níquel e suas obras. Entre janeiro e fevereiro de 2015, as importações cresceram 700,0% (valor de US$ 424 mil) motivadas pelas aquisições de ferro fundido, ferro e aço. Os principais produtos importados do parceiro africano pelo Brasil em 2014 foram: *(i)* vestuário e seus acessórios (valor de US$ 422,1 mil; equivalentes a 64,8% do total); *(ii)* produtos químicos orgânicos (valor de US$ 65,0 mil; ou 9,9%); *(iii)* óleos essenciais e resinoides (valor de US$ 43,0 mil; ou 6,6%); *(iv)* pedras preciosas, exceto diamantes (valor de US$ 36,0 mil; ou 5,5%); *(v)* obras de couro (valor de US$ 33,0 mil; ou 5,1% do montante total adquirido).

A partir do cruzamento estatístico entre as pautas exportadora brasileira e importadora malgaxe, em 2014, é possível identificar oportunidades para as exportações brasileiras em diversos segmentos do setor produtivo nacional. Com base no Sistema Harmonizado (SH6), os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local, em princípio, são os seguintes: *(i)* arroz; *(ii)* medicamentos; *(iii)* açúcar; *(iv)* automóveis para transporte de mercadorias; *(v)* barras de ferro ou aço, laminadas; (*vi)* óleo de dendê; *(vii)* torneiras e válvulas para canalizações; *(viii)* massas alimentícias, não cozidas; *(ix)* óleo de soja em bruto; *(x)* preparações alimentícias para animais.

Investimentos Brasileiros

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1880-1905	França consolida seu domínio sobre Madagascar.
1910-20	Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946	Madagascar se torna Território Ultramarino.
26/06/1960	Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975	O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeado República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito presidente.
1992	Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993	Albert Zafy eleito presidente.
1996	Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à presidência.
Maio de 2001	Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001	Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.
Fevereiro de 2002	Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002	A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002	Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002	O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004	O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006	Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007	O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Março de 2009	Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).
Out/Dez de 2013	Realização de eleições presidenciais e legislativas
Janeiro de 2014	Inauguração do mandato do Presidente Hery Rajaonarimampianina

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Outubro de 1996	Estabelecimento de relações bilaterais. Brasil passa a manter Embaixada cumulativa com a missão em Maputo.
Janeiro de 2009	O Governo brasileiro não reconhece Governo instalado após golpe de estado.
Janeiro de 2014	Relações normalizadas, após a inauguração de Governo legítimo.

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Madagascar.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Tabela 1

Evolução do Comércio Exterior de Madagascar
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	0,84	-80,9%	1,69	-61,5%	2,52	-81,6%	-0,85
2006	1,01	20,6%	1,76	4,4%	2,77	9,8%	-0,75
2007	1,34	33,2%	2,45	38,9%	3,79	36,9%	-1,10
2008	1,67	24,1%	3,85	57,5%	5,52	45,6%	-2,18
2009	1,10	-34,3%	3,16	-18,0%	4,26	-22,9%	-2,06
2010	1,08	-1,3%	2,55	-19,4%	3,63	-14,7%	-1,46
2011	1,47	76,0%	2,96	75,4%	4,43	75,6%	-1,49
2012	1,22	-16,8%	2,66	-10,1%	3,88	-12,3%	-1,43
2013	1,84	50,1%	3,09	16,0%	4,92	26,8%	-1,25
2014	2,16	17,4%	3,24	5,0%	5,40	9,6%	-1,08
Var. % 2004-2013	**158,2%**	**--**	**92,2%**	**--**	**114,1%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(n.c.) Dado não calculado.

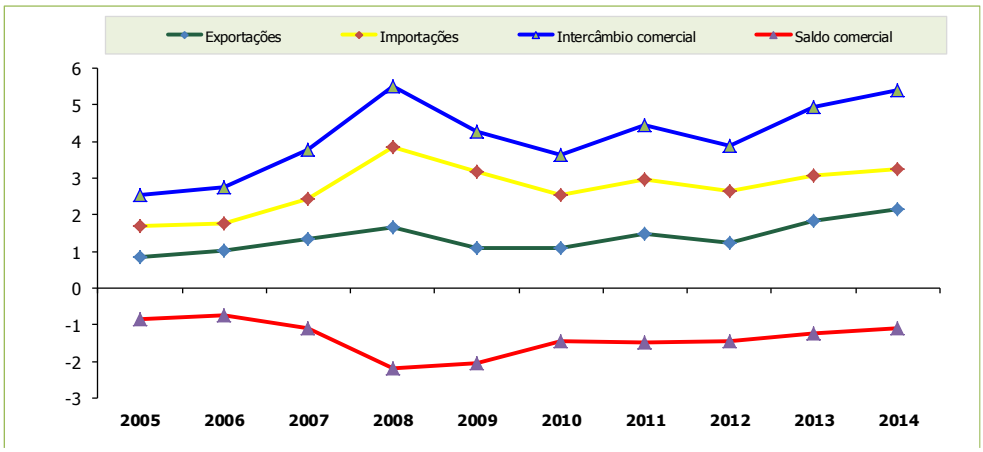


Tabela 2

Direção das Exportações de Madagascar US$ milhões		
Descrição	**2 0 1 4**	**Part.% no total**
França	491	22,8%
Estados Unidos	182	8,4%
Bélgica	142	6,6%
Países Baixos	141	6,5%
Coreia do Sul	136	6,3%
China	98	4,5%
Alemanha	96	4,4%
África do Sul	95	4,4%
Canadá	69	3,2%
Índia	66	3,1%
...		
Brasil (57ª posição)	***1***	***0,03%***
Subtotal	**1.517**	**70,3%**
Outros países	**641**	**29,7%**
Total	**2.158**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais destinos das exportações

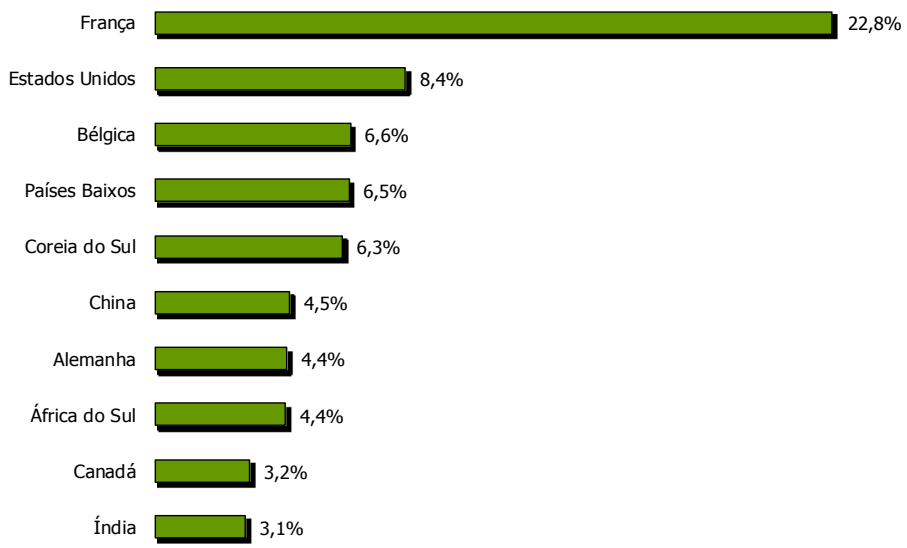


Tabela 3

Origem das Importações de Madagascar US$ milhões		
Descrição	**2 0 1 4**	**Part.% no total**
Emirados Árabes Unidos	576	17,8%
China	502	15,5%
Índia	202	6,2%
França	198	6,1%
África do Sul	150	4,6%
Paquistão	132	4,1%
Bareine	121	3,7%
Maurício	108	3,3%
Estados Unidos	104	3,2%
Alemanha	90	2,8%
...		
Brasil (21ª posição)	***33***	***1,0%***
Subtotal	**2.216**	**68,4%**
Outros países	**1.024**	**31,6%**
Total	**3.240**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais origens das importações

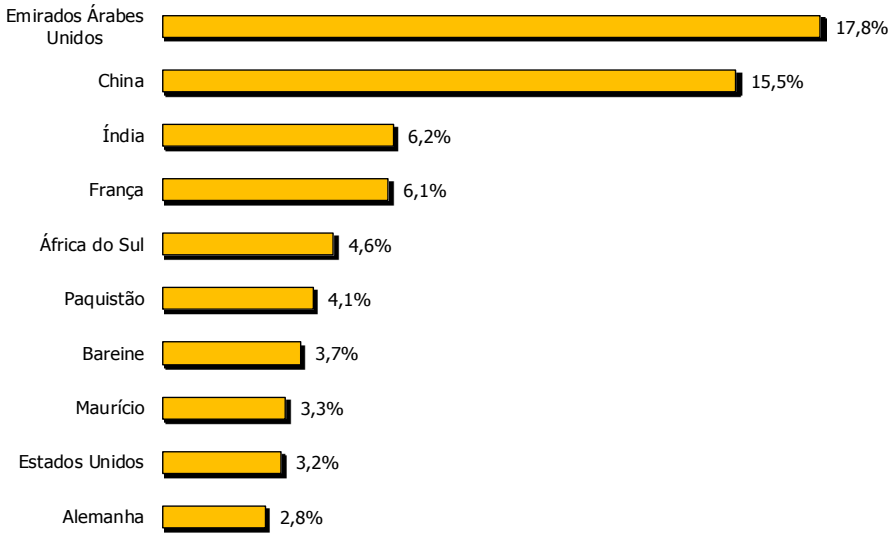


Tabela 4

Composição das exportações de Madagascar US$ milhões		
Descrição	**2 0 1 4**	**Part.% no total**
Níquel	586	27,2%
Café	248	11,5%
Vestuário exceto de malha	238	11,0%
Vestuário de malha	206	9,5%
Pescados	109	5,1%
Minérios	98	4,5%
Obras de metais comuns	86	4,0%
Combustíveis	81	3,8%
Preparações de carnes	48	2,2%
Algodão	45	2,1%
Subtotal	**1.745**	**80,9%**
Outros	**413**	**19,1%**
Total	**2.158**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

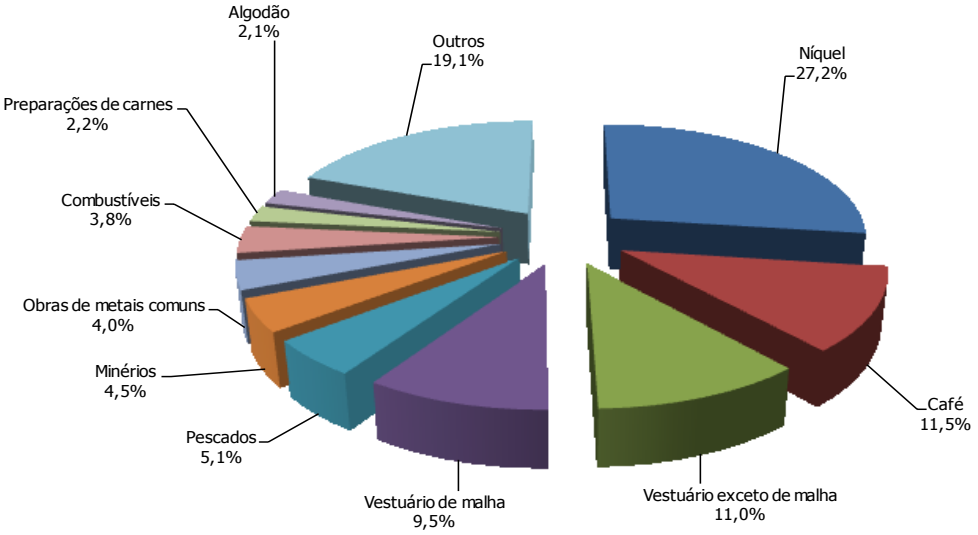


Tabela 5

Composição das importações de Madagascar US$ milhões		
Descrição	**2 0 1 4**	**Part.% no total**
Combustíveis	721	22,3%
Máquinas mecânicas	243	7,5%
Automóveis	171	5,3%
Cereais	167	5,2%
Máquinas elétricas	151	4,7%
Sal, enxofre, terras, cimento	151	4,7%
Lã	126	3,9%
Farmacêuticos	102	3,1%
Plásticos	100	3,1%
Ferro e aço	84	2,6%
Subtotal	**2.016**	**62,2%**
Outros	**1.224**	**37,8%**
Total	**3.240**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos importados

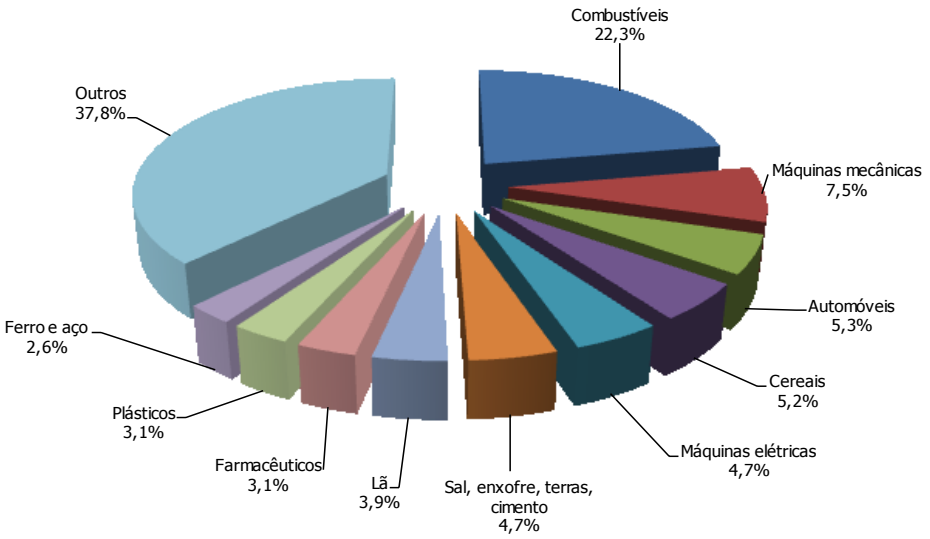


Tabela 6

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Madagascar
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	12.583	0,5%	***0,01%***	143	-32,6%	***0,00%***	12.726	-0,1%	***0,01%***	12.440
2006	6.548	-48,0%	***0,00%***	245	71,3%	***0,00%***	6.793	-46,6%	***0,00%***	6.304
2007	9.235	41,0%	***0,01%***	204	-16,5%	***0,00%***	9.439	38,9%	***0,00%***	9.030
2008	24.074	160,7%	***0,01%***	345	69,1%	***0,00%***	24.420	158,7%	***0,01%***	23.729
2009	21.187	-12,0%	***0,01%***	177	-48,7%	***0,00%***	21.364	-12,5%	***0,01%***	21.010
2010	27.954	31,9%	***0,01%***	203	14,4%	***0,00%***	28.157	31,8%	***0,01%***	27.752
2011	21.901	-21,7%	***0,01%***	1.001	394,4%	***0,01%***	22.903	-18,7%	***0,00%***	20.900
2012	33.130	51,3%	***0,01%***	2.123	112,0%	***0,00%***	35.253	53,9%	***0,01%***	31.007
2013	18.240	-44,9%	***0,01%***	949	-55,3%	***0,00%***	19.190	-45,6%	***0,00%***	17.291
2014	23.970	31,4%	***0,01%***	651	-31,4%	***0,00%***	24.622	28,3%	***0,01%***	23.319
2015 (jan-fev)	2.356	-38,6%	**0,01%**	424	700,8%	**0,00%**	2.780	-28,5%	**0,00%**	1.931
Var. % 2005-2014	**90,5%**		**--**	**356,0%**		**--**	**93,5%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado.

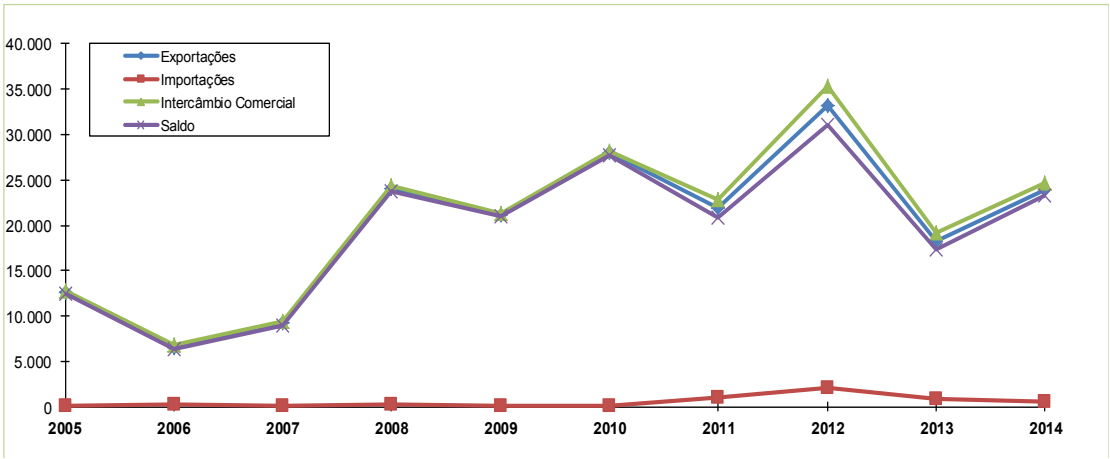


Tabela 7

Part. % do Brasil no Comércio de Madagascar US$ mil						
Descrição	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Var. % 2010/2014**
Exportações do Brasil para Madagascar (X1)	28,0	21,9	33,1	18,2	24,0	**-14,3%**
Importações totais de Madagascar (M1)	2.957	2.659	3.085	3.240	2.158	**-27,0%**
Part. % (X1 / M1)	**0,95%**	**0,82%**	**1,07%**	**0,56%**	**1,11%**	**17,5%**
Importações do Brasil originárias de Madagascar (M2)	0,2	1,0	2,1	0,9	0,7	**221,5%**
Exportações totais de Madagascar (X2)	1.472	1.225	1.838	2.158	3.240	**120,2%**
Part. % (M2 / X2)	**0,01%**	**0,08%**	**0,12%**	**0,04%**	**0,02%**	**46,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

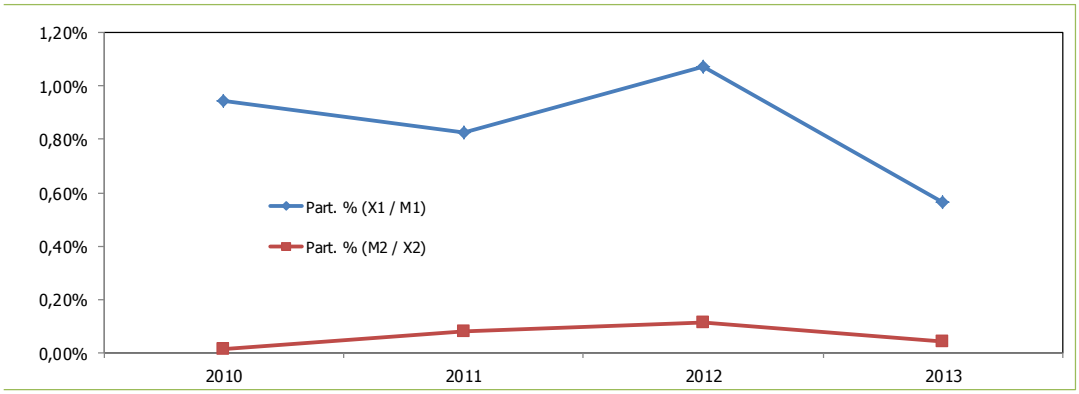
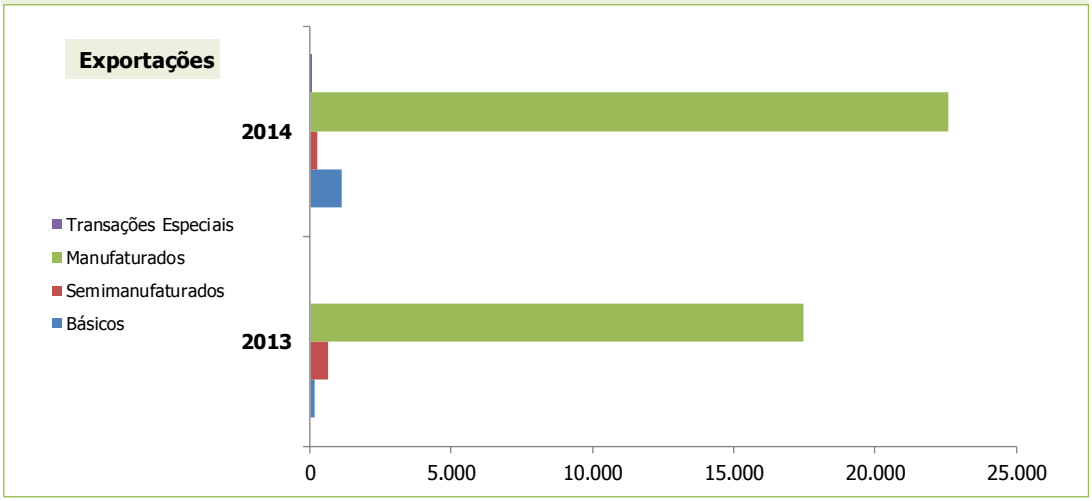


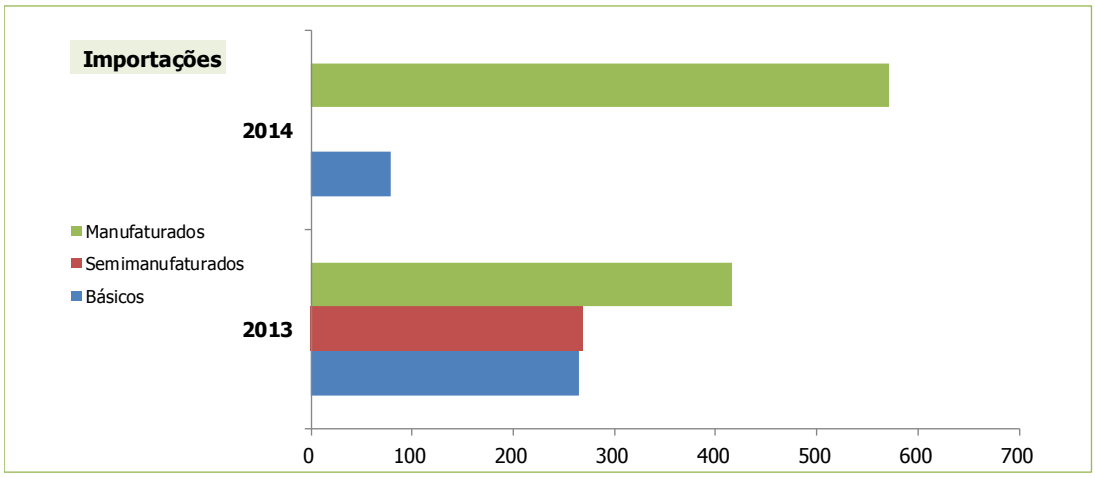
Tabela 8

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Tabela 9

Composição das exportações brasileiras para Madagascar
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	24.737	74,7%	15.814	86,7%	20.730	86,5%
Farelo de soja	0	0,0%	32	0,2%	889	3,7%
Borracha	362	1,1%	595	3,3%	568	2,4%
Cerâmicos	75	0,2%	85	0,5%	391	1,6%
Automóveis	414	1,2%	217	1,2%	295	1,2%
Subtotal	**25.588**	**77,2%**	**16.743**	**91,8%**	**22.873**	**95,4%**
Outros produtos	**7.542**	**22,8%**	**1.497**	**8,2%**	**1.097**	**4,6%**
Total	**33.130**	**100,0%**	**18.240**	**100,0%**	**23.970**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

Tabela 10

Composição das importações brasileiras originárias do Madagascar
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Vestuário exceto de malha	149	7,0%	117	12,3%	290	44,5%
Vestuário de malha	48	2,3%	78	8,2%	133	20,4%
Químicos orgânicos	0	0,0%	129	13,6%	65	10,0%
Óleos essenciais	25	1,2%	27	2,8%	43	6,6%
Ouro e pedras preciosas	26	1,2%	23	2,4%	36	5,5%
Obras de couro	0	0,0%	1	0,1%	33	5,1%
Café	500	23,6%	199	21,0%	22	3,4%
Soja em grãos	10	0,5%	20	2,1%	15	2,3%
Matérias para entrançar	10	0,5%	8	0,8%	7	1,1%
Tecidos especiais	11	0,5%	1	0,1%	6	0,9%
Subtotal	**779**	**36,7%**	**603**	**63,5%**	**650**	**99,8%**
Outros produtos	**1.344**	**63,3%**	**346**	**36,5%**	**1**	**0,2%**
Total	**2.123**	**100,0%**	**949**	**100,0%**	**651**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

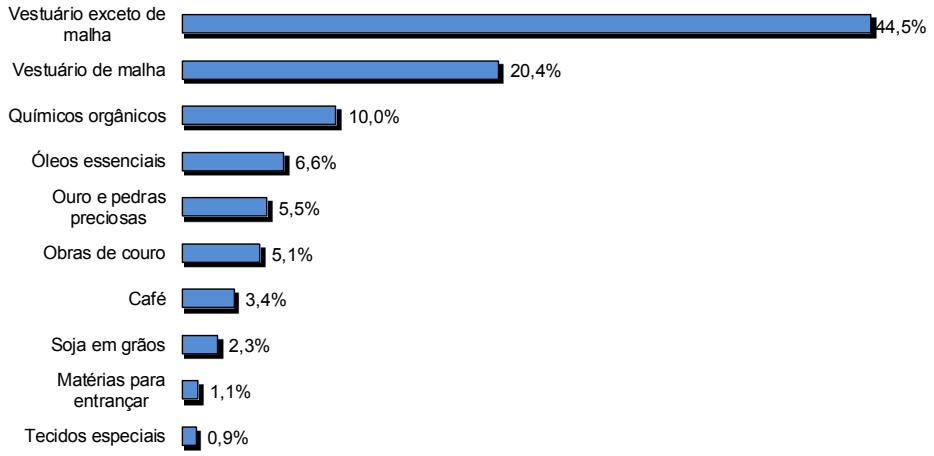
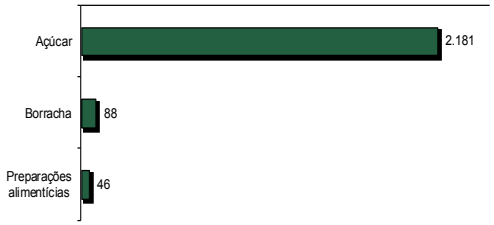


Tabela 11

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

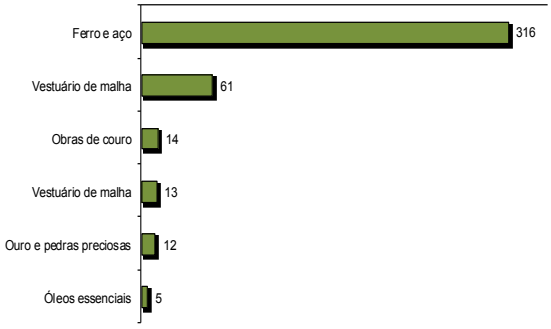
DESCRIÇÃO	2014 (jan-fev)	Part. % no total	2015 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Açúcar	3.696	96,4%	2.181	92,6%
Borracha	0	0,0%	88	3,7%
Preparações alimentícias	0	0,0%	46	2,0%
Subtotal	**3.696**	**96,4%**	**2.315**	**98,3%**
Outros produtos	**138**	**3,6%**	**41**	**1,7%**
Total	**3.834**	**100,0%**	**2.356**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Ferro e aço	0	0,0%	316	74,5%
Vestuário de malha	12	22,6%	61	14,4%
Obras de couro	0	0,0%	14	3,3%
Vestuário de malha	13	24,5%	13	3,1%
Ouro e pedras preciosas	1	1,9%	12	2,8%
Óleos essenciais	7	13,2%	5	1,2%
Subtotal	**33**	**62,3%**	**421**	**99,2%**
Outros produtos	**20**	**37,7%**	**3**	**0,8%**
Total	**53**	**100,0%**	**424**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Aviso nº 228 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PUBLICADO NO DSF DE ___/6/2015

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
EMBAIXADORA LIGIA MARIA SCHERER

Cumpro com prazer o dever de apresentar o relatório de gestão em Maputo, onde tive o privilégio de representar o Brasil de 9 de novembro de 2012 ao presente. Repassarei cenário das relações bilaterais nesse período, em seus aspectos mais determinantes, e indicarei as dificuldades, mas, sobretudo, os desafios e as oportunidades para fortalecermos mais ainda essas relações. Esta reflexão é importante, ademais, no ano em que comemoraremos, em 15 de novembro próximo, o quadragésimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas com Moçambique.

MOÇAMBIQUE

2. A agenda bilateral com Moçambique distingue-se pela densidade dos interesses recíprocos. País africano de língua portuguesa, Moçambique sobressai-se como o primeiro destino da cooperação sul-sul brasileira. Alguns dos projetos aqui implementados são pioneiros e situam-se entre os de maior vulto já concebidos pelo Brasil. A agenda bilateral singulariza-se, também, pelos investimentos brasileiros realizados, com destaque para a mineradora Vale, e pelos financiamentos públicos a projetos de grande impacto socioeconômico.

3. O caráter estratégico das relações bilaterais revela-se, ademais, pela frequência de visitas de alto nível. A Presidenta Dilma Rousseff visitou Moçambique, em outubro de 2011, em sua primeira viagem à África. O ex-Presidente Lula visitou três vezes o país - em 2003, 2008 e 2010 - e uma quarta vez - em 2012 - como ex-Presidente. O Vice-Presidente Michel Temer veio a Maputo em julho de 2012, no contexto da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O atual Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, visitou o Brasil ainda como candidato, em agosto de 2014. Há indicações de que tencionaria visitar o Brasil este ano. O ex-Presidente Armando Guebuza também visitou o País três vezes - em 2007, 2009 e 2012 (esta no contexto da Rio+20).

4. Em minha gestão, Moçambique recebeu a visita do ex-Chanceler Antonio Patriota, em julho de 2013, e de Vossa Excelência, em março de 2015, na primeira viagem de Vossa Excelência, de cunho bilateral, fora do continente sul- americano. Em 2013 e em 2014, também realizaram visitas ao país, algumas delas no contexto da presidência moçambicana da CPLP: o Ministro do Turismo, a Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para Mulheres, o Ministro da Defesa, os Secretários-Executivos dos Ministérios de Minas e Energia e do Trabalho e Emprego e o ex-Procurador-Geral da República. Em 2015, vieram a Maputo o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, para a posse do Presidente Nyusi, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Está confirmada, para o dia 8 de julho, a vinda do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias para participar de cerimônia de entrega de máquinas agrícolas, juntamente com o Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) moçambicano, no âmbito do Programa Mais Alimentos

África. Em todas as visitas havidas, foi reiterado o interesse de Moçambique por maior presença e cooperação do Brasil, no conjunto das matérias tratadas.

5.Na esfera parlamentar, seria importante estimular o estreitamento das relações. Em minha gestão, visitou o Brasil missão da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades, em 11 e 12 de junho de 2013. Recentemente, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade manifestou interesse em enviar missão ao Brasil, no período de 5 a 11 de setembro próximo, para manter conversações com as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa do Congresso Nacional. Por sua vez, a Presidente da Assembleia da República, Verônica Macamo, demonstrou interesse em visitar o Brasil. Sugiro pudesse ser o assunto oportunamente retomado. Sugiro, igualmente, pudesse ser organizada missão parlamentar brasileira a Moçambique.

6.A densidade da relação bilateral tem-se traduzido, ademais, em reiterados apoios do Governo moçambicano a candidaturas brasileiras em organismos internacionais, a exemplo das candidaturas do Professor José Graziano da Silva a Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Embaixador Roberto Azevêdo a Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

7.Em minha gestão, a Embaixada acompanhou com atenção a situação política em Moçambique. Em setembro de 2014, Governo e Renamo, o principal partido da oposição, assinaram o Acordo sobre a Cessação das Hostilidades Militares, que colocou fim a quase dois anos de tensão militar. O ápice dos incidentes ocorreu em outubro de 2013, quando tropas do Governo ocuparam a principal base militar da Renamo. Na ocasião, o Governo brasileiro emitiu Nota em que demonstrou "preocupação" com o ocorrido e defendeu o diálogo entre as partes.

8.Em 15 outubro de 2014, realizaram-se, pela quinta vez nos últimos 21 anos, eleições presidenciais e legislativas em Moçambique. O candidato da Frelimo, Filipe Nyusi, foi eleito Presidente com 57% dos votos para um mandato de cinco anos. O partido obteve, ainda, maioria na Assembleia da República, com 144 dos 250 deputados. Em novembro de 2013, realizaram-se as quartas eleições autárquicas.

9.O Brasil participou como observador nos pleitos de 2013 e 2014. Em 2014, integrou a missão de observação eleitoral da CPLP e, em outubro de 2013, designou observadores bilaterais.

COOPERAÇÃO

10. O marco legal da cooperação com Moçambique data de 1981. Diante da necessidade de atualizá-lo, negociou-se e acordou- se novo Acordo de Cooperação Técnica entre os Governos dos dois países. Vossa Excelência assinou o Acordo em 30/3/2015, em Maputo. Será relevante acompanhar sua tramitação no Congresso, com vistas à sua entrada em vigor no menor prazo possível.

11.O Brasil desenvolve em Moçambique cerca de quarenta projetos de cooperação, nas áreas de agricultura e segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, formação profissional, ciência, tecnologia e inovação, previdenciária, jurídica e esportiva. O

elevado número - 81 - de missões coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vindas a Moçambique, durante minha gestão, comprova mais uma vez a densidade dessa cooperação.

12. A magnitude e o pioneirismo da cooperação com Moçambique fazem com que aqui enfrentemos especiais desafios, sobretudo com relação a quatro projetos: o ProSAVANA, a Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos, o Centro de Formação Profissional e a Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.

AGRICULTURA

13. O Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), programa trilateral entre Brasil, Moçambique e Japão, tem por objetivo aperfeiçoar e modernizar a agricultura no Corredor de Nacala (norte do país), para aumentar a produtividade e a diversificação da produção agrícola. Contempla o fortalecimento da agricultura familiar. Fundamenta-se no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário de Moçambique 2011 - 2020 (PEDSA), de cuja elaboração a sociedade civil moçambicana participou. Sustenta-se sobre três pilares: Investigação (com a participação da EMBRAPA), Extensão e Modelos e Plano Diretor. Inspirou-se no Programa de Cooperação Brasil-Japão para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), mas não o replica.

14. O ProSAVANA é objeto de campanha contrária a sua implementação, movida por organizações não-governamentais moçambicanas, brasileiras, japonesas e de outros países. As ONGs alegam que o Programa prejudicará os pequenos agricultores e favorecerá a monocultura extensiva. A primeira versão do Plano Diretor do ProSAVANA, submetida recentemente a consulta pública, foi alvo de contundentes críticas. Não obstante, os três Governos envolvidos têm reafirmado sua disposição a prestar as informações e os esclarecimentos necessários sobre o Programa e a aprimorar os canais de diálogo com a sociedade civil. O Governo moçambicano tem, reiteradamente, confirmado seu interesse no êxito do Programa. Para o Brasil, será importante voltar a contar com representação da ABC - interrompida por força das restrições orçamentárias vigentes - na Coordenação do ProSAVANA em Maputo (onde estão representados o MASA e a Agência Japonesa de Cooperação (JICA)).

15. Ainda no domínio da agricultura, o Brasil executa projetos de especial relevância em Moçambique. Destaque-se o acima referido Programa Mais Alimentos África, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com componentes de capacitação e de mecanização, este com financiamento do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). Devem ser também ressaltados: o PAA África (Purchase from Africans for Africa), voltado à agricultura familiar, com a participação da FAO, do Programa Mundial de Alimentação (PMA) e da cooperação britânica (Department for International Development - DFID); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE), que também envolve o PMA; e o Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro, que abrange Moçambique e Maláui e é financiado com recursos provenientes do contencioso com os Estados Unidos na OMC. No que respeita o PRONAE, o principal desafio consiste na insuficiência de recursos financeiros para expandir programa de vital importância: em Moçambique, cerca de metade da população infantil sofre de desnutrição alimentar. Permito-me sugerir especial atenção a esse projeto.

EDUCAÇÃO

16. Na área educacional, o projeto da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique (UAB-Moçambique) tem tido de superar dificuldades para sua execução. Compreende formação em Pedagogia, Matemática, Biologia e Administração Pública. Reúne, do lado brasileiro, o Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), de Juiz de Fora (UFJF) e Fluminense (UFF) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB). As universidades moçambicanas envolvidas - Pedagógica (UP) e Eduardo Mondlane UEM) - ressentem-se das oscilações havidas na implementação do projeto. Permanece como desafio buscar maior coordenação entre as entidades brasileiras envolvidas com vistas às necessárias correções de rumo e aos ajustes no projeto.

17. Por outro lado, o consagrado Programa de Estudante- Convênio, em nível de graduação e pós-graduação (PEC-G e PEC- PG), já há muitos anos forma moçambicanos no Brasil. Muitos deles ocupam posições de relevo no Governo e em outras esferas da vida do país. A Procuradora-Geral da República, o Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano e seu antecessor imediato, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Formação Profissional e o Ministro da Cultura e Turismo, entre outras autoridades, beneficiaram-se do Programa. Registro, a propósito, comentário que me fez recentemente o Professor Brazão Mazula, primeiro Presidente da Comissão Nacional de Eleições e ex-Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Mestre e Doutor em Educação e Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP): "o Brasil permanece na mente e no coração dos moçambicanos que lá estudaram. O vínculo que se cria é indelével". Busquei ampliar, por meio de maior e melhor divulgação do Programa, a ida de estudantes moçambicanos para nossas Universidades. Deixo como sugestão perseverar nesse esforço.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

18. Na área da capacitação profissional, o grande desafio é a implementação do projeto do estabelecimento do Centro de Formação Profissional. Concebido nos moldes do SENAI brasileiro, a pedido expresso do Governo moçambicano, o Centro deverá ser instalado em Maputo para atender demandas de capacitação de mão-de-obra. Foram executadas as atividades do projeto que não dependiam da construção do Centro. Contudo, as obras de construção encontram-se paralizadas, por força das restrições orçamentárias atuais. Foram tentadas, inconclusivamente, fontes alternativas para financiar a obra. Em várias ocasiões e níveis, representantes do Governo moçambicano têm confirmado a prioridade atribuída à cooperação brasileira para a formação profissional local e recordado ao Governo brasileiro o compromisso da implantação do Centro.

SAÚDE

19. No setor da saúde, o principal projeto de cooperação brasileiro é a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos. Trata-se de iniciativa única no mundo, com forte impacto social e político. A instalação da Fábrica iniciou-se em 2010 e tem sido executada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). A capacitação dos

técnicos moçambicanos é feita por Farmanguinhos. O Governo brasileiro já dispendeu cerca de US$ 12 milhões na iniciativa; a Vale Moçambique contribuiu com US$ 4,25 milhões para a reabilitação do edifício que abriga a Fábrica. O Governo moçambicano adquiriu o terreno para sua instalação. O grande desafio para o funcionamento e a produção da Fábrica, contudo, é sua sustentabilidade financeira, em situação de carências orçamentárias do Governo moçambicano. Para enfrentar esse desafio, estão sendo examinadas modalidades de parcerias. Seriam bem-vindas, nesse quadro, trocas de visitas entre os Ministros da Saúde do Brasil e de Moçambique.

PRESENÇA ECONÔMICA

20. É permanente o acompanhamento pela Embaixada dos financiamentos e investimentos de origem brasileira em Moçambique. Os investimentos brasileiros no país são considerados os mais expressivos, tanto pelo volume quanto por seu impacto econômico-social. A mineradora Vale lidera esses investimentos, que poderão alcançar a cifra de US$ 10 bilhões, com a exploração da mina carbonífera de Moatize e a construção de via férrea no Corredor de Nacala e de terminal de carvão. Em seu conjunto, os investimentos e financiamentos brasileiros, efetuados e previstos, deverão superar os US$ 10 bilhões.

21. Esse cenário de significativa presença econômica brasileira tem como pano de fundo a pujança do crescimento econômico de Moçambique e as oportunidades que oferece. Moçambique tem crescido em média 7,5%, ao ano, nas duas últimas décadas. Sucessivos governos moçambicanos têm enfrentado a tarefa de tornar esse crescimento mais inclusivo. O setor agrícola, em que o Brasil atua com projetos de cooperação e em que prevê investimentos e financiamentos significativos, é considerado chave para a redução da pobreza, tendo em conta que mais de 70% da população moçambicana é rural. Nesse contexto, o Governo brasileiro tem sido instado pelo Governo moçambicano não só a continuar a colaborar com o setor, mas também a nele aumentar sua presença. O projeto do Fundo Nacala, com financiamento previsto do BNDES, poderá aportar substantivo impulso ao desenvolvimento agrícola do país. Sugiro acompanhamento estreito dos projetos no setor e constante estímulo à prospecção de novas oportunidades.

22. Outros importantes financiamentos brasileiros, com crédito do BNDES referem-se (a) à construção do Aeroporto Internacional de Nacala, inaugurado em dezembro de 2014, e da Zona Franca Industrial de Nacala e à implementação do sistema de transporte público - BRT - em Maputo (Odebrecht); (b) à construção da Barragem de Moamba Major (Andrade Gutierrez e Fidens). São desafios, nesse contexto, tanto o limite de endividamento moçambicano quanto as garantias financeiras exigidas do Governo local para a aprovação dos empréstimos públicos brasileiros.

23. Ademais da presença de empresas brasileiras de grande porte, são diversas as oportunidades para as pequenas e médias empresas brasileiras. Entre os setores para a internacionalização dessas empresas incluem-se indústrias de transformação, agroprocessamento, materiais de construção, indústria moveleira, setores financeiro e de seguros. De novembro de 2012 a hoje o Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada apoiou 36 missões empresariais, de distintos setores e dimensões (duas em 2012; onze em 2103, dezessete em 2014, seis em 2015). O Brasil tem participado com regularidade da Feira Internacional de Maputo (FACIM), realizada anualmente em fins

de agosto e inícios de setembro. A presença de empresas brasileiras na FACIM, entretanto, tem sido modesta. Seria necessário suporte financeiro mais decidido, como por exemplo o apoio da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), para elevar o padrão do empresariado brasileiro nessa importante mostra.

24. Por iniciativa do Brasil, foram propostos à negociação e, durante a visita de Vossa Excelência a Maputo, em março passado, assinados, instrumentos internacionais com o propósito de incentivar os investimentos brasileiros no país, quais sejam: o Acordo para a Cooperação e a Facilitação de Investimentos (ACFI), este assinado conjuntamente com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos; e Protocolo para a Facilitação da Concessão de Vistos de Negócios. O ACFI assinado com Moçambique foi o primeiro da série que segue o novo modelo de acordos de investimentos concebido pelo Brasil. Será importante acompanhar sua deliberação no âmbito do Congresso Nacional.

25. De outra parte, sob a égide do Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos, de natureza prática e operacional, já foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pelo instrumento. O encontro foi elogiado pelos participantes brasileiros e moçambicanos. A segunda reunião do Grupo está prevista para o segundo semestre deste ano. Sugiro atenção prioritária a esse Memorando, por sua efetiva capacidade de mobilização de parcerias econômicas entre os dois países. O Protocolo sobre Vistos, por sua vez, aguarda trâmites internos do Executivo moçambicano para entrar em vigor, processo que tem sido acompanhado pela Embaixada.

26. Em 2013, a Embaixada consultou sobre a possibilidade de o Brasil propor a Moçambique a negociação de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação. A Receita Federal mostrou-se relutante e a proposta não foi apresentada. Para o fomento de investimentos de pequenas e médias empresas brasileiras em Moçambique, o Acordo poderia ser muito benéfico, já que essas empresas normalmente não têm estrutura para abrir filiais em países com os quais Moçambique tem Acordo para de lá dirigirem seus investimentos.

27. O intercâmbio comercial bilateral cresceu 162% entre 2005 e 2014. Em 2013, as trocas alcançaram US$ 148,6 milhões, impulsionadas por aquisição de maquinário para projetos brasileiros. Em 2014, o intercâmbio decresceu para US$ 74,1 milhões; espera-se que em 2015 torne a crescer, diante de outro ciclo de implementação de projetos com importação de máquinas brasileiras (Moamba Major, Mais Alimentos etc). Tanto o volume quanto a pauta das trocas bilaterais situam-se aquém de seu potencial, o que inspira os esforços do Governo, como a assinatura do ACFI e do MdE acima citados, para divulgar oportunidades de comércio com o país e para promover parcerias produtivas entre empresas dos dois países.

ENERGIA

28. No setor de energia, há grande potencial para cooperação com o Brasil. Há conversações em torno de visita do Ministro dos Recursos Minerais e Energia ao Brasil, idealmente ainda este ano, que será importante continuar a acompanhar. A Eletrobras e a Camargo Corrêa tem interesse no projeto da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, com capacidade de geração de 1.500 MW, e no da correspondente linha de transmissão. São aguardadas definições do Ministério de Recursos Minerais e Energia sobre a formação

de novo consórcio para o projeto. Estima-se oportuna visita de representante da Eletrobras para fortalecer o interesse brasileiro nesse empreendimento, bem como em outros do setor. Sugiro a realização de seminário por ocasião dessa visita, como forma de melhor apresentar a interlocutores moçambicanos a experiência da Eletrobras.

29. Com vistas não só a dar seguimento a tratativas em curso, mas também a aprofundar a presença brasileira em Moçambique, no campo de energias renováveis, o Brasil apresentou projeto de Memorando de Entendimento sobre Energias Renováveis. O Memorando foi assinado por ocasião da visita de Vossa Excelência a Maputo, em março passado. Note-se que, conforme estudo da Fundação Getúlio Vargas sobre a viabilidade da produção de biocombustíveis em Moçambique, seria necessário utilizar somente 0,8% das terras aráveis do país para suprir a demanda interna por etanol para cumprir a meta de mistura de 10% na gasolina. Sugiro vinda de missão para retomar entendimentos nesse setor, já na vigência do novo Memorando de Entendimento e eventualmente, caso renovado, no âmbito do Protocolo de Intenções entre a Petrobras Biocombustíveis e a moçambicana Petromoc.

DEFESA

30. A área da defesa possui significativo potencial de aprofundar-se, quer bilateralmente, quer no âmbito da CPLP. Destaque-se, a propósito, que o Acordo de Cooperação na Área da Defesa deverá entrar em vigor no plano internacional no próximo dia 29 de junho. A visita do então Ministro da Defesa, Celso Amorim, em março de 2014, deu novo impulso a atividades de cooperação em curso e propiciou a abertura de novas possibilidades nesse domínio. O Vice-Ministro da Defesa de Moçambique, por sua vez, visitou o Brasil, em abril de 2015, durante a Feira Internacional de Defesa e Segurança (LAAD).

31. Tema pendente desde 2009, cuja conclusão repercutiria muito positivamente nas relações bilaterais, é a doação para a Força Aérea moçambicana das três aeronaves T-27 (Tucanos), ora sob exame pelo Congresso Nacional. Já para a Marinha moçambicana o Brasil formalizou a doação, em janeiro de 2015, de Sistema de Simulação de Manobras Navais. Na área de capacitação, são muito apreciados os cursos de formação oferecidos, em instituições acadêmicas militares brasileiras, a membros das três Forças moçambicanas. De novembro de 2012 até o presente, foram enviados para cursos no Brasil 16 militares moçambicanos. Desses, apenas 3 ainda não concluíram os estudos. No mesmo período, concluíram cursos no Brasil 25 militares moçambicanos que haviam sido enviados antes de novembro de 2012. Seria muito apreciada a ampliação dessa modalidade de cooperação. Na esfera comercial, o Ministério da Defesa de Moçambique avalia a aquisição de três aeronaves A-29 (Super Tucanos).

32.Ressalto que o Governo moçambicano prevê, em seu Plano Econômico e Social para 2015, a abertura de Adidância de Defesa no Brasil. Apraz-me assinalar a competência e a dedicação dos Adidos e seus Auxiliares que aqui serviram durante minha gestão: Coronel Luiz Antonio Fortes, Coronel Julio Teodorico Nascimento Netto, Sub-Tenente Valdir Martins Sebastiani e Sub-Tenente Anderson Silva Machado.

CULTURAL

33.As atividades culturais constituem valioso instrumento de aproximação do Brasil com Moçambique, nação com que temos fortes laços históricos e de sangue. A existência do Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM), desde 1989, tem contribuído para promover a visibilidade da cultura brasileira no país e para estimular atividades que realcem as convergências entre as duas culturas. Ao longo de minha gestão, foram promovidas diversas atividades no CCBM. Dentre elas, destaco, em 2014, a Semana Cultural Brasil-Moçambique, em que se realizou show do renomado cantor Stewart Sukuma, o VIII Curso de Literatura Brasileira, com a participação do premiado escritor Mia Couto, e o Ciclo de Palestras "Moçambiques Lá e Cá", organizado em parceria com a Universidade de São Paulo.

34.É grande o interesse moçambicano pelas manifestações artísticas e literárias brasileiras. A Embaixada tem procurado atender a essa demanda, na máxima medida possível, dentro do quadro atual de restrições orçamentárias. Destaco, nesse esforço, a inauguração da Biblioteca Infantil do CCBM, em março passado, e a vinda, em maio último, da escritora brasileira Ana Paula Maia para participar da I Feira Internacional do Livro de Maputo. Importa, ainda, assinalar a criação de Leitorado brasileiro em Moçambique, tendo o Leitor José Eduardo Marco Pessoa iniciado recentemente suas atividades junto à prestigiosa Universidade Eduardo Mondlane. A comemoração dos 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas oferece oportunidade de especial visibilidade para a realização de eventos culturais. Seria interessante estimular a ida de artistas e escritores daqui ao Brasil, para que a cultura moçambicana se torne mais conhecida em nosso país, o que deixo como sugestão.

COMUNIDADE BRASILEIRA

35.A Embaixada ampliou seu cadastro dos brasileiros residentes em Moçambique. Hoje há mais de 4.000 mil nacionais matriculados no Setor Consular do Posto. Cerca de 1.500 vivem no interior do país, com concentrações em Tete, Nampula, Nacala e Beira. O perfil dos brasileiros é diversificado. Há número significativo ligado aos empreendimentos econômicos brasileiros e de religiosos. A Embaixada fez aproximadamente 20.000 atendimentos a brasileiros em 2014. Cumpre pena em Moçambique uma brasileira, a quem a Embaixada presta assistência consular.

36.Os brasileiros residentes em Moçambique puderam votar nas eleições presidenciais de 2014, nas duas seções eleitorais que funcionaram no Centro Cultural Brasil-Moçambique, na cidade de Maputo. Dos 614 eleitores então inscritos, 295 votaram no primeiro turno e 286 compareceram no segundo turno. Houve, ainda, entrega de requerimentos de justificativa eleitoral aos interessados no local de votação. A Embaixada tem procurado estimular os brasileiros residentes em Moçambique a transferir seu título eleitoral, com vistas a regularizar sua situação eleitoral e possibilitar que votem nas próximas eleições.

37.Foram planejados, mas não se realizaram, consulados itinerantes às áreas de maior presença de brasileiros. Cogitou-se, ademais, a indicação de Cônsules Honorários nessas áreas, para auxiliar a identificar as necessidades dos brasileiros e a atendê-las. Será importante também procurar reativar o Conselho de Cidadãos / da Cidadania do Posto. Menciono essas iniciativas a título de sugestões.

38.Ainda com relação à comunidade brasileira em Moçambique, será importante assinar o Acordo de Segurança Social entre os dois países, cujas negociações foram concluídas em 2011. Por ocasião da visita de Vossa Excelência em março passado, o lado brasileiro propôs assiná-lo. O lado moçambicano, entretanto, manifestou preferir finalizar a negociação dos textos do Ajuste Administrativo e dos respectivos formulários complementares antes de proceder à assinatura do ato. Missão do Ministério da Previdência Social recentemente vinda a Maputo acordou com o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social negociar, em setembro próximo, em Brasília, os textos pendentes, com vistas a concluí-las com a brevidade possível e, desse modo, reunir as condições para a assinatura do Acordo. Uma vez assinado, será relevante acompanhar sua tramitação no Congresso. O Acordo permitirá que cidadãos de ambos os países recebam benefícios previdenciários independentemente do país onde tenham realizado suas contribuições.

CPLP, GRULAC, BRICS

39.Permito-me deixar como sugestão a promoção de encontros regulares da CPLP, do GRULAC e do BRICS. Da CPLP, possuem Embaixadas em Maputo, além do Brasil, Angola, Portugal e Timor-Leste. Os cinco países do BRICS aqui têm Embaixada. Tomei a iniciativa de incentivar reuniões, em geral almoços de trabalho, dos dois agrupamentos, mas em ambos os casos os encontros não se incorporaram à rotina dos Chefes de Missão envolvidos. Com a abertura da Embaixada da Argentina em Maputo e a chegada este ano do Encarregado de Negócios, conformar-se-ia, informalmente, o Grupo da América Latina e do Caribe (GRULAC). Além do Brasil, aqui possuem Embaixadas Cuba e Venezuela. É de interesse e utilidade a troca de informações e de percepções, nesses diferentes foros, sobre temas da atualidade política e econômica moçambicana.

SUAZILÂNDIA

40.Apresentei as cartas credenciais ao Rei Mswati III da Suazilândia em 12 de junho de 2014. Retornei ao país em fevereiro, para a abertura da sessão legislativa de 2015, e em abril passado, para as comemorações do aniversário do Monarca.

41.Em seu discurso ao Parlamento, o Rei Mswati III identificou medidas que considera importantes para aumentar a eficiência e a produtividade no campo: a oferta subsidiada de insumos, sementes, fertilizantes, a mecanização, a diversificação das culturas (além das já existentes de cana- de-açúcar e milho). Nessas três ocasiões em que visitei o país, ouvi do próprio Monarca, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional e do Ministro da Agricultura, claro interesse em investimentos brasileiros e em estabelecer cooperação com o Brasil.

42.Mencionaram-se, nessas conversas, os setores agrícola e pecuário, de pesca e piscicultura, de energia, de saúde, de turismo e esportivo. Podem ser estendidas vantagens fiscais para empresas que se constituírem na Suazilândia. O acesso privilegiado aos mercados também moçambicano e sul-africano constitui atrativo. Essas tratativas preliminares não tiveram, entretanto, continuidade. Sugeriria que missão de prospecção de investimentos, dirigida a Moçambique ou à África do Sul, possa estender-se à Suazilândia.

43.Na área de energia renováveis, parecia iminente o início de cooperação, com o envio de missão do Governo e da Real Corporação de Açúcar da Suazilândia, ao Brasil, em junho corrente, para conhecer a experiência brasileira de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e aspectos comerciais relativos a biocombustíveis. A Suazilândia planeja instituir a mistura de 10% de etanol na gasolina. Com essa medida, visa reduzir a dependência do combustível importado da vizinha África do Sul e a diminuir emissões de CO2. A missão, contudo, foi postergada, a pedido da parte suázi. Seria interessante que a Embaixada mantivesse periodicamente contato com o Ministério dos Recursos Naturais e Energia suázi com o objetivo de agendar, tão logo possível, a ida da missão ao Brasil.

44.O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil a Suazilândia, assinado em janeiro de 2008, foi aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 2009. Sugeriria fosse o assunto retomado junto à Chancelaria suázi com vistas a confirmar sua entrada em vigor, o que dará alento à cooperação com o país.

45.O comércio bilateral com a Suazilândia é modesto. Entre 2005 e 2014 cresceu 12,4%, de US$ 788 mil para US$ 885 mil. Em 2014, as trocas recuaram 53,3%, em comparação ao ano anterior, principalmente pela menor exportação brasileira ao mercado suázi. O Brasil é deficitário no comércio com a Suazilândia, de onde importa processadores, controladores e circuitos integrados digitais, entre outros produtos. Espera- se que a entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU), já aprovado pelo Congresso Nacional em 2010, estimule o comércio bilateral.

46.A localização geográfica da Suazilândia, entre Moçambique e a África do Sul, atrai turistas brasileiros que viajam na região. Mais recentemente, chegou ao conhecimento da Embaixada a presença de brasileiros, religiosos, no país. Por esses motivos, bem como para melhor explorar oportunidades para comércio e investimentos na Suazilândia, dei início a contatos com vistas a propor a nomeação de Cônsul Honorário no país. Sugeriria pudesse ser dada continuidade a essa iniciativa.

47.A Embaixada mantém estreito contato com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional suázi no tocante a candidaturas brasileiras para organizações internacionais. Destaque-se, muito recentemente, o apoio da Suazilândia à reeleição do Professor José Graziano como Diretor-Geral da FAO.

MADAGASCAR

48.Com referência a Madagascar, somente com o fim da suspensão do país da União Africana (UA), em 27 de fevereiro de 2014, à luz dos resultados das eleições realizadas no país em finais de 2013, o Brasil retomou a normalidade das relações diplomáticas. A suspensão do país, tanto da UA quanto da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), decorreu, como se recorda, do golpe de estado havido em 2009, em que o Presidente Marc Ravalomanana foi deposto e assumiu o poder de fato Andry Rajoelina.

49.A Senhora Presidenta da República dirigiu, na ocasião, mensagem de congratulações ao Presidente de Madagascar Hery Rajaonarimampianina pelo retorno do país à ordem

democrática, em que reafirmou o desejo de fortalecer a amizade e a cooperação entre os dois países.

50.Há significativo potencial para desenvolver as relações bilaterais com Madagascar. Mais recentemente, o país manifestou interesse em cooperação em agricultura e alimentação escolar. Poder-se-ia propor a negociação de acordo de cooperação técnica entre os dois países.

51.No que respeita o comércio bilateral, verificou-se crescimento de 94%, entre 2005 e 2014, passando de US$ 12,7 milhões para US$ 24,6 milhões. O Brasil é superavitário nessas trocas, sobretudo pelas vendas de açúcar. Seria oportuno considerar o envio de missão para prospectar oportunidades comerciais e de investimento.

52. No que tange a comunidade brasileira, muito recentemente chegou ao conhecimento da Embaixada a presença de dois nacionais em Madagascar. Como o país é também destino turístico de certa importância, e tendo em conta o potencial de serem ali exploradas oportunidades econômicas, poder-se-ia cogitar de nomear Cônsul Honorário no país.

AGRADECIMENTOS

53.Ao concluir, quero manifestar meu reconhecimento e minha gratidão aos diplomatas que comigo serviram em Maputo. Sua competência, sua dedicação e sua visão da importância das relações, muito especialmente com Moçambique, foram determinantes para o bom cumprimento de minha missão. Nomeio-os, iniciando pelos que hoje exercem outras funções no exterior ou na Secretaria de Estado: Embaixador Nei Futuro Bitencourt, então Ministro-Conselheiro, Conselheiro Paulo Gapindaia Joppert, Conselheiro João Marcelo Montenegro Pires, Secretário André Rosa Bueno e Secretário Everaldo Cunha Porto. Nomeio meus atuais colaboradores, com quem meu sucessor terá o privilégio de contar: Ministro-Conselheiro Daniel Barra Ferreira, Conselheiro Leandro de Oliveira Moll, Secretário Matheus Machado de Carvalho e Secretário Bruno Neves Silva. Sou muito grata, igualmente, aos funcionários do Posto: Assistente de Chancelaria Sandra Reis dos Santos e Auxiliar de Apoio Vicente de Paula, ambos hoje com outras atribuições; Assistente de Chancelaria e Vice-Cônsul Maria Cristina dos Santos, Arquivista Ivete Rozolen Ferreira da Silva, Agente Administrativa Mirian de Fátima Silva de Almeida Ganoza, Agente de Vigilância Cláudio Brandão Lisboa, Agente de Portaria Jorge Barros de Miranda, Motorista Oficial José Teixeira Cardoso. Recebi também, sempre, a contribuição eficiente e cordial dos Auxiliares locais da Embaixada.

54.Encerro minha gestão agradecida e honrada pela oportunidade de servir o Brasil em Moçambique e de contribuir para o estreitamento das relações bilaterais com este grande país, bem como de empreender esforços para a aproximação do Brasil com a Suazilândia e com Madagascar.

3

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 41, de 2015, da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor* **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA***, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos*.

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA***, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).*

A Mensagem Presidencial (nº 190, de 28 de maio de 2015) que submete as referências do Indicado é encaminhada pela Exposição de Motivos Nº00233/2015 MRE.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Indicado ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1981 por concurso direto, tendo ingressado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), do mesmo Instituto, em 1992 e no Curso de Altos Estudos (CAE) em 2000, onde defendeu a tese *O Papel do Brasil na Construção de uma Visão Sul Americana de Defesa*.

Destacam-se, entre os importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty na

Esplanada, os cargos de assistente da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (1983-1984); de assessor do Departamento de Promoção Comercial (1984-1985); de Chefe do Setor de Controle de Exportação de Material de Emprego Militar (1985-1987); de Subchefe da Divisão de Visitas (1993-1995); e de Assessor Especial do Ministro da Defesa (1995-2000).

Nas missões permanentes no exterior, destacam-se a Missão junto à OEA (1987-1990 e 2002-2006); a Embaixada em Bogotá (1990-1993); a Embaixada em Assunção (2006-2008); a Embaixada em Paramaribo (2008-2012); e a Embaixada em Porto Príncipe, onde se encontra lotado até o momento.

Em razão de sua destacada atuação, foi laureado com a Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, grau de Oficial (1996); a Ordem do Libertador, Venezuela, grau de Oficial (1996); a Ordem ao Mérito, Itália, grau de Oficial (1997); a Ordem Nacional do Mérito, França, grau de Cavaleiro (1997); a Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, grau de Comendador (1998); a Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Comendador (2000); a Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, grau de Comendador (2002); a Ordem do Mérito Militar, Brasil, grau de Grande-Oficial (2009); a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz (2010); a Ordem da Palma, Suriname, grau de Grande-Colar (2012); e a Ordem do Mérito Naval, grau de Grande Oficial (2013).

A OEA é a sucessora das Conferências Pan-Americanas e da União Pan-Americana (1910), sendo a mais antiga organização regional em operação na atualidade. Sua finalidade é a construção de uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência entre seus membros. A Organização congrega hoje 35 Estados independentes, 67 Estados Observadores e 1 Bloco Observador, a União Europeia. A OEA se constitui, de acordo com o Relatório encaminhado a esta Casa Parlamentar pela Chancelaria, no principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério, com destaque para o seu sistema regional de proteção da pessoa humana, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil é membro ativo da Organização e signatário da quase totalidade de seus acordos

Encontra-se em pauta o tema da reforma da OEA, encaminhado por documento consignado pelo seu Secretário-Geral, o qual reitera os pilares da Organização: democracia, direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional. A avaliação, todavia, é de que o escopo variado e amplo de seus mandatos, em contradição com o esgotamento de seus recursos orçamentários, indica a inviabilização da Organização, que passa a não cumprir suas tarefas essenciais. A próxima Assembleia Geral da OEA, a ocorrer dias 15 e 16 de junho do corrente ano, pautará o presente e o futuro da Organização.

É o que cabe aduzir no âmbito deste Relatório.

3

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3

RELATÓRIO DE GESTÃO
MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
MINISTRO BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, ENCARREGADO DE NEGÓCIOS, A.I.

Tendo em mente o encaminhamento ao Senado Federal de mensagem que submeteu o nome do Ministro de Primeira Classe José Luiz Machado e Costa para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, apresento relatório ostensivo a ser enviado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal. De conformidade com o solicitado, a estrutura do texto contempla as principais negociações havidas e as dificuldades encontradas, desde a partida do último Representante Permanente, Embaixador Ruy Casaes, em junho de 2012, assim como sugestões para o próximo Chefe desta Missão.

2. As informações aqui compiladas estão organizadas em função dos quatro pilares temáticos da OEA (democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional):

I - PILAR DE DEMOCRACIA (TEMAS POLÍTICOS E JURÍDICOS)

a) VII CÚPULA DAS AMÉRICAS

3. A Cúpula das Américas, apesar de não configurar uma instância formal da OEA, é organizada pelo país anfitrião com apoio da instituição hemisférica, que exerce o papel de secretaria-executiva. A mais recente edição do evento, que ocorre a cada três anos, foi a VII Cúpula das Américas, realizada em abril de 2015 no Panamá, sob o tema "Prosperidade com Equidade: o desafio da cooperação nas Américas". O encontro foi histórico por ter reunido, pela primeira vez, os 35 países da região, com a participação inédita de Cuba.

4. À semelhança do ocorrido nas duas Cúpulas anteriores, mais uma vez não foi possível alcançar-se consenso sobre a declaração final. O Panamá, na qualidade de anfitrião, apresentara documento intitulado "Mandatos de Ação", que continha compromissos em nove eixos temáticos: educação, saúde, energia, meio ambiente, migração, segurança, governabilidade democrática, participação cidadã e cooperação hemisférica.

5. Não obstante, as negociações lograram alcançar acordo em 90% dos mandatos propostos (42 de 48). Dessa forma, o documento final foi transformado em declaração do Presidente do Panamá, que se comprometeu a encaminhar os mandatos acordados aos demais organismos internacionais pertinentes.

6. A próxima Cúpula das Américas deverá ser sediada no Peru, em 2018.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Nº 1055
fls. 28

b) PARTICIPAÇÃO DE CUBA

7. A presença de Cuba na VII Cúpula e o início de tratativas para a normalização das relações com os Estados Unidos geraram expectativas de renovação do diálogo interamericano. Recorde-se que, na Cúpula de Cartagena (2012), vários países - inclusive o Brasil - indicaram sua disposição de não participar da próxima edição do evento, no Panamá, caso Cuba não fosse convidada.

8. Da perspectiva da OEA, a reintegração de Cuba às suas atividades ainda é incerta, apesar de estar autorizada desde 2009, quando se reverteu a suspensão daquele país da Organização, ocorrida em 1962. O novo Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, anunciou em sua posse interesse em trabalhar pela reintegração de Cuba à Organização.

c) ELEIÇÕES PARA SECRETÁRIO-GERAL (SG) E SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (SGA) DA OEA

9. O chileno José Miguel Insulza concluiu seu mandato como Secretário-Geral da OEA (SGOEA) no dia 25 de maio, após dez anos à frente da Organização. O ex-Chanceler uruguaio Luis Almagro assumiu a Secretaria-Geral no dia seguinte. Almagro concorreu como candidato único, após as desistências das candidaturas guatemalteca (Eduardo Stein) e peruana (Diego García-Sayán). Foi eleito com 33 votos e 1 abstenção. O Brasil apoiou sua candidatura desde o início.

10. A Secretaria-Geral Adjunta, por sua vez, será assumida pelo atual Representante Permanente de Belize junto à OEA, Embaixador Néstor Mendez. Sua posse deve ocorrer em 10 de julho, quando se encerra o mandato do atual SGA, Albert Ramdin, que também completará dez anos no cargo. Por 24 votos a 10, Mendez venceu o candidato da Guiana.

d) VISÃO ESTRATÉGICA DA OEA

11. O debate sobre a Visão Estratégica da OEA é atualmente um dos principais temas da Organização, a qual vive uma severa crise financeira, decorrente, em parte, de problemas de gestão e, em grande medida, da falta de engajamento político de seus Estados membros.

12. Aprovada pela Assembleia-Geral Ordinária (AGOEA) de 2014, a declaração da "Visão Estratégica da OEA" consolida o conceito de quatro pilares (democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional) e ressalta que "a OEA é o fórum hemisférico de caráter político integrado por todos os países das Américas que, em condições de igualdade e de maneira interdependente, fortalece a democracia, promove e protege os direitos humanos, incentiva o desenvolvimento integral, e fomenta a segurança multidimensional, em benefício do bem-estar com justiça e inclusão social dos povos das Américas".

13. Do mesmo modo, a Assembleia Geral aprovou os "Objetivos Estratégicos" e encomendou a elaboração de plano estratégico quadrienal para os pilares da OEA, bem como para a gestão administrativa, a ser apresentado à AGOEA em 2016.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSC nº 41/15
fls. 29

e) REUNIÕES DE CONSULTA DE CHANCELERES

14. A OEA realizou, desde 2012, duas Reuniões de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores. A 27ª Reunião, em ago/2012, tratou da ameaça britânica de invasão da Embaixada do Equador em Londres para retirada de Julien Assange, ex-editor chefe do Wikileaks. Apesar da polarização do debate, conseguiu-se aprovar resolução focada na questão da inviolabilidade das representações diplomáticas e oficinas consulares, com reservas de Canadá e EUA.

15. Por sua vez, a 28ª Reunião tratou, em jul/2014, da reestruturação da dívida soberana argentina e a questão dos "fundos abutres". O encontro logrou aprovar por consenso declaração sobre o tema, em apoio à Argentina, novamente com reservas de Canadá e EUA. O debate salientou os riscos da decisão do juiz norte-americano Thomas Griesa em favor dos chamados "fundos abutres" para a estabilidade financeira argentina e para os mecanismos de reestruturação de dívidas soberanas.

f) HAITI

16. A OEA estabeleceu um Grupo de Amigos do Haiti, coordenado pelo Secretário-Geral Adjunto, com resultados práticos irrelevantes. A Organização também tem oferecido cooperação ao país caribenho no processo de cadastramento civil, por meio do Programa de Universalização da Identidade Civil nas Américas (PUICA). A exemplo das eleições anteriores, a OEA pretende realizar Missão de Observação Eleitoral (MOE) no Haiti com vistas a acompanhar as próximas eleições locais, legislativas e presidenciais.

g) SITUAÇÃO POLÍTICA NA VENEZUELA

17. Desde fins de 2013, quando se agravou a situação político-social na Venezuela, o tema gerou diversos comunicados do então SGOEA, José Miguel Insulza, expressando preocupação e exortando todas as partes ao diálogo.

18. O Conselho Permanente (CP), por sua vez, discutiu o tema formalmente em março de 2014, por solicitação do Panamá. Na oportunidade, foi aprovada declaração intitulada "Solidariedade e Apoio à Institucionalidade Democrática, ao Diálogo e à Paz na República Bolivariana da Venezuela". Apenas Canadá, Estados Unidos e Panamá foram contra o teor do documento, por defenderem a adoção de termos mais duros contra as violações de direitos humanos na Venezuela. Em nova sessão do CP, ainda em março, os panamenhos trouxeram a deputada venezuelana oposicionista Maria Corina Machado. Incluída como membro da delegação do Panamá, a deputada venezuelana fez pronunciamento na reunião.

19. No início de 2015, a situação na Venezuela gerou temores de que pudesse contaminar negativamente a VII Cúpula das Américas, no Panamá. Em sessão extraordinária do CP, em março de 2015, que recebeu a Chanceler venezuelana Delcy Rodríguez, a questão da Ordem Executiva norte-americana foi objeto de intenso debate.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Fls. 30

As intervenções foram quase unânimes em expressar preocupação com a linguagem utilizada pelo Decreto Executivo e enfatizar a importância do diálogo entre os dois Estados e também entre todos os atores venezuelanos.

h) RUPTURA DA ORDEM DEMOCRÁTICA NO PARAGUAI

20. O processo de destituição do Presidente Fernando Lugo no Paraguai foi acompanhado atentamente pela OEA. Desde o início da crise política, em junho de 2012, o CP reuniu-se para deliberar sobre o assunto. Os diferentes pontos de vista, por parte dos Estados-membros, acerca do "juízo político" ocorrido no Paraguai, deixaram evidente a dificuldade para eventual obtenção de consenso na OEA. A decisão de suspender o Paraguai, tomada pelos Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL e da UNASUL, não conseguiu ser replicada na OEA.

21. O SGOEA decidiu, sem que houvesse mandato dos Estados para tal, liderar uma "missão de coleta de dados", integrada também pelos Representantes Permanentes (RPs) de Canadá, EUA, Haiti, Honduras e México. No retorno de Assunção, Insulza emitiu relatório em que questionava a constitucionalidade do "juízo", porém apontando para a "normalidade política, social e econômica" naquele país.

22. O relatório do SGOEA apontou também a necessidade de se garantir a legitimidade do processo eleitoral de abril de 2013 naquele país. Nesse sentido, definiu envio de Missão de Observação Eleitoral (MOE) ao Paraguai, com o consentimento do governo paraguaio.

i) REUNIÕES DE MINISTROS DE JUSTIÇA OU OUTROS MINISTROS E PROCURADORES-GERAIS DAS AMÉRICAS (REMJA)

23. O Brasil tem demonstrado grande interesse na cooperação jurídica na OEA. Além de ter sediado a 8ª REMJA em 2010, o País sediou a 2ª reunião (2005) e a 6ª reunião (2014) do GT das REMJA sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal. Nesta última oportunidade, foi lançada nova etapa do desenvolvimento da Rede de Cooperação Jurídica em Matéria Penal. Em fev/2015, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, reuniu-se com o Secretário de Assuntos Jurídicos da OEA, Jean Michel Arrighi. Na ocasião, repassaram os temas da cooperação jurídica entre a OEA e o Brasil e reafirmaram interesse em estreitar essa cooperação.

j) MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO (MESICIC)

24. Desde o início de 2012, ocorreram seis reuniões semestrais do Comitê de Peritos do MESICIC em Washington. Nesse período, foi realizada a Quarta Rodada de Análise do Mecanismo (inaugurada em 2012 e concluída em mar/2015), com visitas "in loco" aos Estados Membros para avaliação de seus sistemas de combate à corrupção e da aplicação dos dispositivos da Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 1996.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSC nº 41/15
fls. 31

25. O início formal da Quinta Rodada ocorrerá em reunião da Conferência dos Estados Partes, a ser convocada pelo Brasil em sua qualidade de atual presidente.

k) COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA (CJI)

26. A CJI, no Rio de Janeiro, é o único órgão da OEA com sede no Brasil. Conta com 11 membros eleitos pela Assembleia Geral da OEA, dentre os quais o Embaixador João Clemente Baena Soares, que presidiu a CJI de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

27. A Comissão serve de corpo consultivo à OEA em assuntos jurídicos e promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional.

II - PILAR DE DIREITOS HUMANOS

a) O PROCESSO DE REFLEXÃO SOBRE O FORTALECIMENTO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

28. O Brasil reconhece o papel histórico do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) na defesa dos direitos fundamentais no continente. As mudanças ocorridas no hemisfério, no entanto, deixaram claro que esse patrimônio poderia e deveria ser aperfeiçoado, para adaptar-se às condições de uma região na qual o Estado de Direito passou a ser a regra, não a exceção. Foi com o espírito de preservar as conquistas alcançadas e de adaptar o funcionamento do Sistema Interamericano à nova realidade regional que o Brasil
engajou-se no processo de reflexão sobre o fortalecimento do SIDH, instaurado a partir de julho de 2011. Inicialmente, alguns países receavam que o resultado final seria o enfraquecimento do Sistema, e em especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Entretanto, o processo foi bem-sucedido e o SIDH saiu dele fortalecido. Neste exercício, foi de extrema importância o diálogo entre todos os atores - os Estados, a CIDH e os usuários do SIDH.

29. Desde seus primórdios, a CIDH teve significativo papel na promoção e proteção dos direitos humanos na região. Cabe notar, no entanto, que clamores por reparos à atuação da CIDH se observavam há tempos. Com o intuito de aprimorar o funcionamento da Comissão e de fortalecer o SIDH como um todo, os Estados membros da OEA criaram, em julho de 2011, o "Grupo de Trabalho Especial de Reflexão sobre o Funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos".

30. O GT foi encarregado de elaborar um conjunto de recomendações para subsidiar o processo de reforma, que culminou com a realização de Assembleia Geral Extraordinária em março de 2013, ocasião em que se chegou a um consenso. A CIDH procurou atender à maioria das 67 recomendações feitas pelos Estados-membros - 53 delas dirigidas à CIDH, 13 aos próprios Estados e 1 ao Secretário-Geral da OEA. Aquela Assembleia, no entanto, não exauriu o debate sobre o tema do constante

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSC nº 41/15
fls. 32

aperfeiçoamento dos instrumentos legais, políticos e institucionais dedicados à garantia e ao respeito aos direitos humanos no plano interamericano.

31. As principais posições defendidas pelo Brasil durante o processo de reflexão para o fortalecimento do Sistema buscaram conferir maior previsibilidade, transparência, eficácia e adesão ao SIDH.

b) CONFERÊNCIAS DAS PARTES DO PACTO DE SÃO JOSÉ

32. No decorrer do processo de fortalecimento do SIDH, os países da ALBA (particularmente Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua) defenderam reformas profundas no Sistema Interamericano, entre as quais a mudança de sede da CIDH para um Estado parte da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José). A proposta de mudança de sede gerou grande polarização durante o processo de fortalecimento no âmbito do Conselho Permanente da OEA, e continua a gerar divergências.

33. Quatro conferências, que reuniram apenas os países-membros do Pacto de São José, foram realizadas até o momento (Guayaquil, março/2013; Cochabamba, maio/2013; Montevidéu, janeiro/2014; e Pétion-Ville, maio/2014). Além da proposta de mudança de sede, as reuniões versaram sobre temas como a universalização do SIDH e o equilíbrio financeiro entre as Relatorias da Comissão Interamericana.

34. Em Guayaquil, os países concordaram em "considerar a conveniência de que a sede da CIDH fosse transferida para Estado que tenha aderido à CADH". Em Cochabamba, os Estados decidiram avançar essa discussão, por meio da criação de Grupo de Trabalho Aberto, liderado pelo Uruguai e pelo Equador, com mandato para identificar desafios orçamentários, regulamentares e operacionais da referida transferência, assim como o eventual impacto sobre os países menores do continente. Durante a terceira conferência, em Montevidéu, decidiu-se aprofundar os estudos preliminares referentes aos desafios à eventual mudança de sede, bem como empenhar esforços em prol da universalização do sistema interamericano de direitos humanos. O relatório apresentado durante a IV Reunião registra o oferecimento de Costa Rica, Haiti, Panamá, Peru e República Dominicana de sediar a CIDH, caso tal mudança fosse aprovada. As estimativas do custo de transferência foram calculadas em US$ 1,4 milhão, dos quais cerca de US$ 200 mil caberiam ao Brasil. O argumento político central é o de que seria desejável que a CIDH estivesse sediada em país parte da Convenção Americana de Direitos Humanos. Os Estados Unidos, como é sabido, não ratificaram o Pacto de São José.

35. Ao longo desse processo, o Brasil não se opôs ao debate sobre a questão da mudança de sede da CIDH, mas considerou que o tema deveria ser discutido no âmbito da Assembleia Geral da OEA, que é o fórum apropriado para a consideração da questão. O País defendeu também que qualquer discussão sobre a mudança de sede deve levar em conta os custos financeiros e políticos que eventual decisão nesse sentido possa acarretar. Indicou, ademais, ser necessário amplo apoio dos Estados membros para que se realize tal mudança. Do ponto de vista brasileiro, o tema da universalização da Convenção Americana tem maior relevância que a mudança de sede. Com relação à atuação das Relatorias, o Brasil é favorável à busca de maior equilíbrio entre as atividades de todas elas, e à recomendação de que a CIDH defina, em diálogos com os

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
INF nº 41/15
fls. 33

Estados, estratégicas de mobilização de recursos necessários ao funcionamento de relatorias subfinanciadas, em atenção ao princípio de indivisibilidade e interdependência entre os direitos humanos.

c) O CASO BELO MONTE

36. Em março de 2011, sete ONGs acionaram a CIDH em virtude de alegadas violações de direitos humanos que estariam ocorrendo na região de Altamira/PA, em decorrência da execução das obras relativas ao projeto da Usina de Belo Monte.

37. Os peticionários ingressaram na CIDH com um pedido de concessão de medidas cautelares, atendido em abril de 2011. As medidas solicitavam, entre outras ações, a suspensão imediata do processo de licenciamento do projeto da hidrelétrica de Belo Monte e a interrupção de todas as obras, até que fossem observadas determinadas condições.

38. Em julho de 2011, à luz da reação do Governo brasileiro e das críticas generalizadas por parte dos Estados, a CIDH modificou o objeto das medidas cautelares, reconhecendo que as questões relativas à consulta prévia e ao consentimento informado dos povos indígenas transcendiam o âmbito do procedimento daquelas medidas. O novo escopo das cautelares não mais contemplava a paralização das obras de Belo Monte.

39. De fato, de acordo com a avaliação brasileira, as medidas cautelares extrapolavam os limites aplicáveis ao mandato da CIDH. O País alegou que não haviam sido considerados pela Comissão os critérios fundamentais para a concessão das medidas, quais sejam "urgência", "gravidade" e "irreparabilidade dos danos".

d) O BRASIL E O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS - PANORAMA ATUAL

40. O Governo brasileiro deixou claro seu compromisso com a promoção e a defesa dos direitos humanos e com o fortalecimento do próprio Sistema Interamericano. Uma das manifestações concretas de tal compromisso foi o lançamento de candidaturas para importantes cargos no SIDH de expoentes brasileiros com larga trajetória na defesa dos direitos humanos no Brasil. O Juiz Roberto de Figueiredo Caldas foi eleito à Corte Interamericana em 2012 e o Comissário Paulo de Tarso Vannuchi à CIDH, em 2013.

41. No contexto do atual estreitamento das relações do Brasil com o Sistema Interamericano, verifica-se também a intensificação da cooperação com a Corte IDH e com a Comissão Interamericana por meio de uma série de atividades, tais como:

- a realização em Brasília, em nov/2013, de sessão extraordinária da Corte IDH, nas instalações do Supremo Tribunal Federal. O evento constituiu oportunidade para estimular o diálogo entre os membros da Corte IDH e dos tribunais superiores brasileiros, assim como para promover a difusão de conhecimento junto a operadores do direito, a servidores públicos, a organizações não governamentais e a representantes da academia acerca da atuação da Corte Interamericana;

Comissão de Relações Exteriores
fls. 354

- o apoio prestado pela CIDH ao trabalho de pesquisa realizado pela Comissão Nacional da Verdade. Em maio de 2014, as Comissões firmaram memorando de entendimento que previa a disponibilização, por parte da CIDH, de documentos relevantes à investigação e esclarecimento de graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil e em outros países da América do Sul, entre 1964 e 1985. Em junho, pesquisadores da CNV foram recebidos na sede da CIDH, onde puderam acessar os arquivos referentes a casos tramitados. Posteriormente à publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, a CIDH emitiu comunicado à imprensa no qual reconheceu os esforços do Governo brasileiro para o esclarecimento das graves violações de direitos humanos, considerados relevante contribuição ao fortalecimento do Estado democrático de direito no Brasil e nas Américas;

- a tradução, ao português, das principais decisões da Corte Interamericana, de modo a contribuir para que a jurisprudência daquela Corte seja mais conhecida no País. O projeto de cooperação entre o Ministério da Justiça e a Corte IDH para a tradução ao português de parte significativa de sua jurisprudência foi concluído em out/2014. O projeto foi negociado e financiado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e executado em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores. Seu custo total foi superior a US$ 300 mil. Resultou na publicação de sete volumes temáticos de sentenças da Corte Interamericana, dedicados aos seguintes tópicos: 1) Direito à vida, anistias e direito à verdade; 2) Direitos dos povos indígenas; 3) Direitos econômicos, sociais e culturais e discriminação; 4) Direito à integridade pessoal; 5) Direito à liberdade pessoal; 6) Liberdade de expressão; e 7) Migração, refúgio e apátridas. Foram publicados 2.000 exemplares de cada caderno temático, para divulgação em âmbito nacional. A tradução da jurisprudência da Corte IDH está disponível em sua página web e nos sítios eletrônicos de órgãos do Governo brasileiro. A SNJ/MJ e a Fundação Alexandre de Gusmão (vinculada ao Itamaraty) já disponibilizaram os cadernos temáticos `online`;

- a realização da "I Reunião Técnica de Representantes das Procuradorias Gerais dos Estados sobre o Cumprimento de Acordos Extrajudiciais, Recomendações e Sentenças do Sistema Interamericano de Direitos Humanos", ocorrida em Brasília, em dez/2014. Trata-se de um marco na coordenação entre União e Estados para o efetivo cumprimento das decisões da Corte e da Comissão. O evento foi realizado por iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e contou com a colaboração e participação do Ministério das Relações Exteriores, da Advocacia-Geral da União, da CIDH e da Corte IDH;

- a realização, em parceria entre a SDH/PR e o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), do 21º Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente (Brasília, dez/2014). O evento teve caráter de Conferência Especializada Interamericana. Tratou-se do encontro de mais alto nível em matéria de infância e adolescência na região, em que foram discutidos avanços, desafios e esforços governamentais para a prevenção, combate e sanção à violência contra a criança e o adolescente;

- a realização, em Brasília, em fevereiro de 2015, de evento organizado pelo Superior Tribunal Militar, com a presença da maior parte dos membros da Corte IDH e da CIDH. O objetivo do evento foi discutir o papel das Justiças Militares no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
ASF
41/15
fls. 35

e) PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES RECENTES NO ÂMBITO DO SIDH

42.Concluíram-se, mais recentemente, no âmbito da OEA, as seguintes convenções:

- Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos dos Idosos (aprovada na Assembleia Geral de junho de 2015);

- Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância (aprovada na Assembleia Geral de 2013);

- Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância (também aprovada na AG de 2013).

f) SECRETARIA DE ACESSO A DIREITOS E EQUIDADE

43. Na proposta de reforma apresentada pelo novo Secretário-Geral Luis Almagro, a ser aprovada pela XLV Assembleia-Geral, em jun/2015, está prevista a criação da Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade, que será encarregada precipuamente da promoção dos direitos humanos. A ex-Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, foi recentemente indicada para ocupar o cargo.

III - PILAR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

a) ESTRUTURA

44. "Desenvolvimento Integral" é o termo genérico dado a uma série de políticas exercidas conjuntamente para fomentar o desenvolvimento sustentável nos países do continente. Como um dos pilares da OEA, o Desenvolvimento Integral abrange campos como econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico.

b) REUNIÕES MINISTERIAIS

45. Entre junho de 2012 e abril de 2015, foram realizadas as seguintes Reuniões Ministeriais Interamericanas: Trabalho (Colômbia-2013); Turismo (Barbados-2014, Honduras-2013 e Equador-2012); Cultura (Haiti-2014); Ciência e Tecnologia (Guatemala-2015); e Educação (Panamá-2015 e Suriname-2012). Houve ainda reunião de Altas Autoridades em Portos (Peru-2012, Colômbia-2013 e na sede da OEA-2014); o Foro Interamericano de Competitividade (Trinidad e Tobago-2014); e o IV Diálogo Interamericano de Altas Autoridades de Micro, Pequenas e Médias Empresas (sede da OEA-2015 e Brasil-2013).

c) TRABALHO

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSF nº 41/15
fls. 26

46. No que respeita ao tema `trabalho`, cabe registrar que o Brasil foi sede da III Conferência Global contra o Trabalho Infantil (CGTI), realizada em out/2013, em Brasília. No evento foram discutidos os avanços na redução dos índices de trabalho infantil no hemisfério, a institucionalização de uma agenda integrada contra o trabalho infantil e a implementação de estratégias para a eliminação de tal prática.

d) REDES

47. Os Estados membros têm favorecido a formação de redes como instrumentos eficientes para o intercâmbio de boas práticas, a divulgação de programas públicos e a articulação regional. Exemplos importantes são a Rede Interamericana para a Administração Laboral (RIAL), a Rede Interamericana de Educação Docente (RIED), a Rede Interamericana de Proteção Social (RIPSO), a Rede Interamericana de Competitividade (RIAC) e a Rede Consumo Seguro e Saúde (RCSS), todas criadas com apoio brasileiro.

e) REDE CONSUMO SEGURO E SAÚDE (RCSS)

48. Entre todas as redes existentes na OEA, o Brasil tem sido mais ativo no que concerne à RCSS. A Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (SENACON), a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) vêm trabalhando de forma articulada com a Missão do Brasil junto à OEA para levar adiante as atividades no âmbito daquela Organização. A RCSS é responsável por monitorar a segurança dos produtos disponíveis no mercado do continente por meio da participação de autoridades hemisféricas de proteção ao consumidor, de vigilância sanitária, de regulação setorial, aduanas, setor privado e associações de consumidores.

49. Realizou-se no Brasil, em set/2014, a I Reunião Plenária da RCSS, ocasião na qual o Brasil assumiu a presidência do Comitê de Gestão para o período 2014-2015, conduzida pela Secretária Nacional do Consumidor, Juliana Pereira. Foram aprovados o Plano de Ação 2014-2015 e o projeto de resolução que regulamentou o Fundo Voluntário de Contribuição para a Rede.

50. Conjuntamente à Reunião Plenária, realizou-se o III Seminário Internacional sobre Consumo Seguro e Saúde, organizado pelos órgãos brasileiros, com apoio da OEA e a participação de dezesseis países. O evento contou com peritos dos Estados Unidos, Austrália, OCDE e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O Seminário procurou facilitar o compartilhamento de informações sobre produtos de consumo defeituosos ou perigosos, com vistas ao estabelecimento de base de dados única sobre os "acidentes de consumo", conceito que as agências nacionais vêm tratando de desenvolver.

51. O Brasil vem apoiando a recente implementação do Sistema Interamericano de Alertas Rápidos (SIAR), plataforma que propicia a troca de informações entre as agências especializadas de proteção ao consumidor no continente.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Nº 1
fls. 37

f) EDUCAÇÃO E BOLSAS DE ESTUDO

52. O Programa de Parcerias para Educação e Capacitação (PAEC, na sigla em espanhol) da OEA oferece oportunidades de bolsas de estudo, com o apoio de instituições acadêmicas das Américas.

53. Nesse contexto, está inserido o programa de bolsas do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), associação de mais de 50 instituições de ensino superior, privadas e públicas, formada em 2008, com o objetivo de promover a integração educacional internacional por meio do intercâmbio estudantil e da mobilidade docente.

54. Desde o início da primeira edição, em 2011, o Programa OEA-GCUB já beneficiou mais de 500 estudantes de 24 países com estudos de Mestrado e Doutorado nas universidades brasileiras. É o maior programa de bolsas promovido pela OEA.

55. No ciclo 2014-2015, a parceria está oferecendo mais de 500 bolsas num universo de mais de 5.000 candidaturas. Os programas oferecidos pelo GCUB cobrem diversos campos de estudo, atividades de pesquisa de última geração e desenvolvimento de tecnologias de ponta adequadas às realidades e necessidades da América Latina e Caribe. Nessa última edição do Programa, estão sendo oferecidas, pela primeira vez, bolsas na área de saúde, com ênfase na pesquisa - graças ao Acordo de Cooperação assinado entre a OEA e a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), em fev/2014.

g) ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS)

56. O Brasil fez parte do Comitê Executivo da OPAS no período 2011-2014 e ocupa atualmente uma das três vagas do Conselho Executivo da OMS para a região (2013-2016), junto com a Argentina e o Suriname. O Representante brasileiro é o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Dr. Jarbas Barbosa.

57. O Brasil tem apoiado consistentemente as atividades da OPAS. Entre as principais contribuições, destacam-se o apoio aos Planos Regional e Global de Doenças Crônicas Não Transmissíveis; às ações de vigilância das hepatites; e às ações de controle e eliminação das doenças negligenciadas transmissíveis e outras infecções relacionadas à pobreza na região da América Latina e Caribe.

58. Em mar/2014, o Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fundação Oswaldo Cruz foi designado Centro Colaborador da OPAS para Saúde Global e Cooperação Sul-Sul; e em ago/2014, o Instituto Pasteur de São Paulo foi designado Centro Colaborador da OPAS em Raiva, por um período de quatro anos.

h) CARTA SOCIAL DAS AMÉRICAS e PLANO DE AÇÃO DA CARTA SOCIAL

59. A Carta Social das Américas foi aprovada pela XLII Assembleia-Geral em 2012, após um período de negociação de sete anos. É vista como instrumento complementar à

Carta Democrática Interamericana, refletindo a visão de que não existe democracia sem desenvolvimento e igualdade social.

60. Em setembro de 2012, foi constituído o Grupo de Trabalho conjunto do Conselho Permanente e do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral para elaborar um projeto de Plano de Ação do referido documento, o qual concluiu seus trabalhos em fevereiro de 2015. O XLV Período Ordinário de Sessões da AGOEA deverá aprovar o documento.

61. O Brasil teve ativa participação em ambas as negociações e a adoção desses instrumentos nos últimos três anos demonstra o compromisso dos Estados Membros com a agenda social da região e reforça o pilar de desenvolvimento integral na OEA.

i) MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMEs)

62. O Brasil tem sido atuante nas discussões sobre micro, pequenas e médias empresas. O País sediou, em Brasília, em nov/2013, o III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades para MPMEs, com o tema "Políticas Públicas para Promover a Internacionalização das MPMEs". O evento foi organizado pela Secretaria-Executiva de Desenvolvimento Integral da OEA e pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE), com assistência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

63. O IV Diálogo Interamericano de Altas Autoridades de MPMEs foi realizado em Washington, em abr/2015, e contou com a participação de representante da SMPE. Por sua atuação no tema, o Brasil foi indicado para presidir Grupo de Trabalho, ainda a ser criado formalmente, sobre internacionalização de MPMEs.

j) TELECOMUNICAÇÕES

64. A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) propicia aos Estados-membros coordenarem posições regionais em diversos organismos em que se discute o tema telecomunicações, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (STDU) da ONU.

65. O mandato do brasileiro Clóvis Baptista como Secretário-Executivo da CITEL será encerrado em 30 de junho de 2015, após quinze anos à frente daquela Secretaria. Seu sucessor será escolhido pelo novo Secretário-Geral da OEA entre os seguintes candidatos: Oscar Giovanni Léon Suarez (Colômbia), Salma Letícia Jalife (México) e Sócrates Elias Martinez de Moya (República Dominicana).

66. Governança da internet deverá ser o tema a dominar a pauta de discussões na CITEL em 2015. Como se sabe, realizar-se-á no Brasil, em nov/2015, o Fórum de Governança da Internet.

k) COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Fls. 39

67. A Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) atua tanto no apoio à implementação de políticas sobre direitos das mulheres nos Estados Membros da OEA quanto na incorporação da perspectiva de gênero nas mais variadas áreas de competência da Organização. A Comissão tem empreendido grandes esforços e obtido significativos resultados na transversalização do tema dentro do Sistema Interamericano, na divulgação de instrumentos internacionais e no intercâmbio de boas práticas entre os Estados Membros.

68. No âmbito regional, são reconhecidos os avanços do Brasil no tema de proteção dos direitos da mulher, em especial no combate à violência contra a mulher, objeto da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - "Convenção de Belém do Pará". Nos relatórios das peritas independentes do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), as referências ao País são geralmente positivas.

l) COMISSÃO DE ASSUNTOS MIGRATÓRIOS (CAM)

69. A Comissão de Assuntos Migratórios (CAM) é um foro de discussão sobre o vínculo entre migração e desenvolvimento. Em que pese a relevância do tema, no entanto, não tem contado com recursos suficientes para suas atividades.

70. Desde 2009 vem sendo desenvolvido o projeto "Sistema Contínuo de Informação sobre Migração Internacional nas Américas" (SICREMI). Esse projeto tem suscitado interesse no Brasil por gerar um produto relevante e inédito com informações sobre fluxo migratório na região.

71. A temática migratória encontra na OEA espaço propício para debate por conjugar países de origem, trânsito e destino de migrantes. Questões migratórias de grande repercussão política na região são acompanhadas diretamente pelo Conselho Permanente: (a) em out/2013, o CP debateu a decisão da Corte Constitucional da República Dominicana que ameaçava retirar a nacionalidade de dominicanos descendentes de haitianos que viviam no país há vários décadas. O tema tem gerado sérias divergências entre o Haiti e a República Dominicana. Em dezembro do mesmo ano, a CIDH realizou visita a São Domingos para discutir com o governo local a situação daqueles cidadãos dominicanos; (b) da mesma forma, em jul/2014, o CP recebeu os Presidentes de Guatemala, El Salvador e Honduras para tratarem dos problemas relacionados ao fluxo migratório para os Estados Unidos de crianças não acompanhadas. Os quatro países lançaram recentemente o "Plano da Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte", em que o Executivo norte-americano comprometeu-se a contribuir com US$ 1 bilhão. Esta oferta está sob análise do Capitólio.

m) DESASTRES E COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

72. A OEA conta com um Programa de Gestão de Risco e Adaptação à Mudança do Clima e uma Rede Hemisférica de Mitigação de Desastres (RIMD), mas o principal

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSC nº
fls. 40

mecanismo de coordenação de assistência humanitária em casos de desastres dá-se por meio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

73. Em out/2014, reuniu-se pela primeira vez o Grupo de Amigos da Mitigação de Desastres e Mudança do Clima, sob a presidência do Secretário-Geral Adjunto da OEA, Albert Ramdin. O Grupo pretende ser um foro de diálogo e avaliação sobre o tema, bem como de intercâmbio de informações e boas práticas.

IV - PILAR DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

a) SECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL (SSM)

74. Segundo proposta do Secretário-Geral da OEA Luis Almagro, esta Secretaria será dividida em duas: uma de Segurança Hemisférica e outra de Fortalecimento da Segurança Multidimensional.

b) DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (DSP)

75. A Diretora do Departamento de Segurança Pública, a brasileira Paulina Duarte (ex-SENAD), vem desenvolvendo projetos na área de capacitação das forças policiais, por meio de cursos presenciais e à distância, realização de seminários regionais de boas práticas e formação de rede de contato entre as forças policiais dos Estados membros.

c) COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS (CICAD)

76. Em set/2014, foi realizado, na Cidade da Guatemala, o "XLVI Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA sobre o Problema Mundial das Drogas nas Américas". Na oportunidade, foi aprovada resolução com mandato para o desenvolvimento de um novo Plano de Ação 2016-2020, que apoiará a Estratégia Hemisférica sobre Drogas da CICAD. O documento deverá ser concluído até o final de 2015, de modo a contribuir para a Sessão Especial da Assembleia-Geral da ONU sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS-2016).

77. Ainda no âmbito da CICAD, caberia registrar as seguintes iniciativas:

- Informe sobre o Problema das Drogas nas Américas

78. Durante a Sexta Cúpula das Américas (Cartagena, abr/2012), os Chefes de Estado e de Governo deram mandato à OEA para preparar estudo sobre o problema das drogas nas Américas, com o objetivo de realizar ampla análise das políticas sobre a matéria levadas a cabo na região, bem como de destacar os pontos fortes e as debilidades na implementação das referidas políticas, além de sugerir novos enfoques no combate ao problema.

79. Em maio de 2013, foi apresentado o resultado do referido estudo, denominado "Informe sobre o Problema das Drogas nas Américas". O documento obteve

repercussão internacional e gerou polêmica ao sugerir novos caminhos para o tratamento do tema. O informe encontra-se dividido em 2 partes: "Informe Analítico" - que define o problema, explica como foram realizadas as análises e examina as razões das diferentes políticas de combate ao consumo de drogas aplicadas pelos Estados nas últimas décadas - e "Informe de Cenários" - que apresenta quatro situações possíveis, que poderiam ser desenvolvidas nas Américas, do presente até 2025, dependendo das decisões dos Estados da região.

80. O Brasil reconhece a importância de se ter um estudo atual e abrangente, que contemple as diferentes realidades dos Estados membros e proponha alternativas às políticas de drogas vigentes, utilizando um enfoque múltiplo e flexível que leve em consideração as particularidades de cada país. O País considera que as políticas sobre drogas devem ter ênfase nas perspectivas de saúde pública, além de contar com base científica.

- Grupo de Especialistas em Redução da Demanda

81. Foi realizada, em mai/2014, "Reunião do Grupo de Especialistas em Redução da Demanda", que deu início formalmente aos trabalhos do Brasil na condição de Coordenador Pro Tempore do referido grupo. O encontro debateu o desenvolvimento de estratégias de capacitação dos profissionais de saúde e assistência nas Américas, para a promoção do tratamento e da reinserção social de usuários.

- Grupo de Peritos para o Controle da Lavagem de Ativos (LAVEX)

82. O LAVEX constitui foro hemisférico de debate, análise e formulação de conclusões na luta contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Foi realizada, em Washington, em mai/2014, a XXXVIII Reunião dos Subgrupos de Trabalho de Cooperação Internacional e Confisco de Bens, e de Unidades de Inteligência Financeira e Organismos de Investigação Criminal do LAVEX. O Brasil exerce, atualmente, a Presidência do Grupo de Peritos.

- Outras iniciativas

83. Foi realizado em São Paulo, em abr/2014, "Seminário sobre Cocaínas Fumáveis nos Países do Cone Sul", que contou com a participação da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD) e da OEA. Em maio de 2014, o Brasil assinou acordo com a CICAD para implementação do "Projeto sobre Bens Apreendidos e Confiscados" (Projeto BIDAL).

d) COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO (CICTE)

84. Durante o XIII Período Ordinário de Sessões do CICTE (mar/2013), discorreu-se sobre a importância da incorporação das normas internacionais contra terrorismo e lavagem de ativos nos ordenamentos internos dos Estados. O Brasil não possui legislação específica que trate de terrorismo e de seu financiamento. A não-tipificação desse delito no código penal brasileiro tem gerado grande pressão internacional sobre o Brasil.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSF nº
Fls. 47

e) JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA (JID)

85. O Brasil tem apoiado a JID pela contribuição que o órgão vem prestando à promoção dos programas de cooperação entre os países das Américas e ao fomento do diálogo sobre temas de grande sensibilidade na área da defesa. Não compartilha, entretanto, a ideia de transformar-se a JID em secretaria permanente da Conferência de Ministros de Defesa das Américas. Na avaliação brasileira, a linha de ação mais adequada seria dar ênfase aos foros regionais, como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), e impulsionar a OEA na direção de oferecer as complementações e os reforços necessários para incrementar a cooperação em defesa, sem a pretensão de coordenar outras instituições.

86. A partir de jun/2015, o Diretor-Geral da Secretaria da JID passou a ser o Major Brigadeiro do Ar Mauricio Ribeiro Gonçalves.

f) TRÁFICO DE PESSOAS

87. Nos últimos dois anos, o Brasil teve papel de grande destaque em relação ao tratamento do tráfico de pessoas na OEA, não somente pelo grande interesse do País em estabelecer mecanismos de cooperação hemisférica, mas também pela eficácia de suas ações no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

88. Em dezembro de 2014, realizou-se em Brasília a IV Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas, oportunidade em que foram aprovados "o Segundo Plano de Trabalho para Combater o Tráfico de Pessoas no Hemisfério Ocidental 2015-2018" e a "Declaração Interamericana de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Declaração de Brasília". Esses textos trazem um novo paradigma e diversos avanços no tratamento do assunto na OEA, com maiores compromissos assumidos pelos Estados Membros e a incorporação de temas afetos a atenção às vítimas, perspectiva de gênero, cooperação internacional, intercâmbio de boas práticas e colaboração com a sociedade civil, além do incentivo à conscientização dos agentes públicos e da população em geral.

V - TEMAS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS

a) ESCALA DE QUOTAS DOS ESTADOS MEMBROS

89. A mais recente metodologia de cálculo das quotas de contribuição dos Estados Membros ao Fundo Ordinário da OEA foi estabelecida por Resolução de 2007. A última revisão das quotas foi realizada, em 2014, pela Assembleia Geral em Assunção.

90. A quota definida para o Brasil foi de 12,427%, com validade para o triênio 2015-2017, e passou a ser de US$ 10.289.300,00. Com isso, o País tornou-se o segundo maior contribuinte da Organização, superando o Canadá, considerando-se que o orçamento regular da OEA totaliza, para o próximo ano, cerca de US$ 84 milhões. Atualmente, temos um débito de pouco mais de US$ 18 milhões com a Organização.

VI - SUGESTÃO AO NOVO REPRESENTANTE PERMANENTE

91. Uma das principais tarefas do novo Representante Permanente do Brasil junto à OEA será manter o alto nível de articulação do País naquele foro hemisférico. A disposição ao diálogo é característica que tem marcado a atuação brasileira em relação aos demais Estados membros, aos diferentes organismos que compõem o Sistema Interamericano e às organizações da sociedade civil, particularmente atuantes na área de direitos humanos.

92. O Brasil é um dos raros países na OEA a dispor de trânsito desimpedido em todos os grupos regionais e a manter interlocução constante com todos os demais Estados membros. Esta situação decorre, em parte, da própria credibilidade do País, cuja postura é identificada como equilibrada e cooperativa.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSF
nº 41,15
fls. 44

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 41, DE 2015

(Nº 190/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Os méritos do Senhor José Luiz Machado e Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

00001.001867/2015-67

EM nº 00233/2015 MRE

Brasília, 22 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA*
CPF.: 077.127.660-53
ID.: 8152 MRE

1952	Filho de Manuel Antonio da Costa e Clóris Machado e Costa, nasce em 31 de janeiro, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1981	CPCD - IRBr
1992	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBr, O Papel do Brasil na Construção de uma Visão Sul Americana de Defesa
Cargos:	
1982	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1994	Primeiro-Secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2011	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1983-84	Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica, assistente
1984-85	Departamento de Promoção Comercial, assessor
1985-87	Setor de Controle de Exportação de Material de Emprego Militar, Chefe
1987-90	Missão junto à OEA, Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1990-93	Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
1993-95	Divisão de Visitas, Subchefe
1995-2000	Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
2000-02	Ministério da Defesa, Assessor Especial do Ministro
2002-06	Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2006-08	Embaixada em Assunção, Ministro-Conselheiro
2008-12	Embaixada em Paramaribo, Embaixador
2012-	Embaixada em Porto Príncipe, Embaixador
Condecorações:	
1996	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1996	Orden del Libertador, Venezuela, Oficial
1997	Ordine Al Merito, Itália, Oficial
1997	Ordre Nationale du Mérite, França, Cavaleiro
1998	Orden de Isabel la Católica, Espanha, Comendador
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2009	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande-Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
2012	Ordem da Palma, Suriname, Grande-Colar
2013	Ordem do Mérito Naval, Grande-Oficial

Publicações:

1999 Balanço Estratégico na América do Sul, in Revista Política Externa

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OEA

INFORMAÇÕES OSTENSIVA
Maio de 2015

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	
CIDADE SEDE	Washington, DC, EUA
FUNDAÇÃO	5 de maio de 1948
PAÍSES MEMBROS	Todos os 35 países das Américas são membros da OEA. Embora seja um dos 35 membros, Cuba atualmente não participa das atividades da Organização.
IDIOMAS OFICIAIS:	Espanhol, francês, inglês e português
ÓRGÃOS PRINCIPAIS:	Assembleia Geral, Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores, Conselho Permanente, Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
SECRETÁRIO-GERAL	José Miguel Insulza (Chile)
SECRETÁRIO-GERAL ELEITO	Luis Leonardo Almagro Lemes (Uruguai)
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	Albert Ramdin (Suriname)
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO ELEITO	Néstor Mendez (Belize)
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	449
ORÇAMENTO TOTAL DA ORGANIZAÇÃO (2014)	US$ 83 milhões em contribuições regulares dos Estados-membros e cerca de US$ 78,8 milhões relativos a doações para fundos específicos.
CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA (2014)	US$ 8,1 milhões (até 2014); US$ 10.289.700, a partir de 2015

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOSÉ MIGUEL INSULZA
SECRETÁRIO-GERAL DA

OEA

José Miguel Insulza (Santiago, 2/6/1943) foi eleito Secretário-Geral da OEA em maio de 2005 e reeleito em maio de 2010. É diplomado em Direito pela Universidade do Chile, fez estudos de pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e mestrado em Ciências Políticas na Universidade de Michigan. Atuou como assessor político do Ministério das Relações Exteriores do Chile e como Diretor da Academia Diplomática chilena.

Participou ativamente do Governo de Unidade Popular de Salvador Allende. Após o golpe de 1973, exilou-se em Roma (1974-1980) e no México (1981-1988). Regressou ao Chile em 1988 e filiou-se à Concertação de Partidos pela Democracia. Foi Ministro das Relações Exteriores durante a presidência de Eduardo Frei (1994-2000) e ocupou os cargos de Ministro do Interior e de Vice-Presidente da República no governo de Ricardo Lagos (2000-2006).

LUIS ALMAGRO
SECRETÁRIO-GERAL, ELEITO, DA OEA

Luis Leonardo Almagro Lemes nasceu no departamento de Paysandú, Uruguai, em 1º de junho de 1963. Graduou-se em Direito pela Universidade da República, em 1987 e iniciou sua carreira no serviço diplomático uruguaio em 1988. Em 2005, foi nomeado Diretor da Assessoria Internacional do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca, na gestão do então Ministro José Mujica.

De 2007 a 2010, ocupou o posto de Embaixador do Uruguai na China, tendo defendido a assinatura de um acordo comercial entre a China e o Mercosul. Com a posse do Governo do Presidente José Mujica, em 2010, Almagro assumiu a chefia da Chancelaria uruguaia em 1/3/2010, tendo exercido o cargo até março de 2015. O Secretário-Geral eleito tomará posse do cargo em 25 de maio, quando expira o mandato de Insulza.

ALBERT RAMDIN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA OEA

Albert Ramchand Ramdin (Suriname, 27/2/1958) é o atual Secretário Geral Adjunto da OEA. Possui graduação pela Universidade de Amsterdã e pós-graduação pela Universidade Livre, com especialização em problemas sociais e econômicos das economias menores da América Latina e do Caribe. Foi designado Representante Permanente do Suriname junto à OEA em 1997, tendo presidido o Conselho Permanente (janeiro-março de 1998) e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (1999). Em 1999, ingressou na Secretaria da CARICOM como Secretário-Geral Adjunto para Relações Exteriores e Comunitárias. Entre 2001 e 2005, ocupou o cargo de Assessor do Secretário-Geral da OEA. Foi eleito Secretário-Geral Adjunto da OEA em junho de 2005 e reeleito em 2010.

NÉSTOR MENDEZ
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO, ELEITO, DA OEA

Diplomata de carreira, o belizenho Néstor Mendez é o Embaixador de Belize junto à OEA, nos EUA, desde 2008. Antes disso, serviu no Alto Comissariado de Belize para o Reino Unido e na Embaixada na Guatemala. Integra a equipe negociadora do diferendo entre Belize e Guatemala. É formado em Administração de Empresas, em Belize, e em Estudos de Diplomacia, por Oxford, e tem mestrado em relações internacionais pela George Washington University. Anteriormente, serviu no Alto Comissariado de Belize em Londres. O Secretário-Geral Adjunto assumirá o cargo em 7 de junho, quando expira o mandato de Ramdin.

INFORMAÇÕES GERAIS

Sucessora das Conferências Pan-Americanas e da União Pan-Americana (1910), a Organização dos Estados Americanos (OEA) é a mais antiga organização regional em operação atualmente.

A OEA tem por finalidade construir uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência de seus membros. A estrutura da Organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns estão estabelecidos na Carta da OEA, aprovada na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em maio de 1948 (a Carta entrou em vigor em dezembro de 1951).

Vinte e um países se reuniram em Bogotá, em 1948, para a assinatura da Carta da OEA. Os 21 membros originais eram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Os seguintes países se tornaram membros da OEA posteriormente à criação da Organização: Barbados (1967), Trinidad e Tobago (1967), Jamaica (1969), Granada (1975), Suriname (1977), Domínica (1977), Santa Lúcia (1979), Antígua e Barbuda (1981), São Vicente e Granadinas (1981), Bahamas (1982), São Cristóvão e Névis (1984), Canadá (1990), Belize (1991) e Guiana (1991).

A Carta da OEA, adotada em 1948, foi o resultado de um longo processo de negociação iniciado em 1945. Vários nomes foram originalmente propostos para a nova instituição: "União", "Comunidade Regional" e "Organização". Depois que esta última denominação foi escolhida, discutiu-se o uso de "Estados", "Nações" ou "Repúblicas." A palavra "Repúblicas" não foi escolhida para não excluir outras formas de governo que pudessem existir na região e "Nações" foi descartada por ser mais um conceito cultural ou sociológico do que jurídico. Assim, escolheu-se o nome que conhecemos hoje: "Organização dos Estados Americanos".

Estabeleceu-se também a relação da nova organização com o sistema universal (Nações Unidas), criado três anos antes. O Artigo 1º da Carta estipula: "Dentro das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional", segundo as disposições do Capítulo VIII (Acordos Regionais) da Carta das Nações Unidas, e como tal participou de atividades relacionadas com a paz e a segurança da região, de modo especial e mais recentemente em vários momentos da história do Haiti, quando as duas organizações realizaram missões conjuntas.

A Carta de 1948 foi posteriormente emendada pelo Protocolo de Buenos Aires, assinado em 1967 e que entrou em vigor em fevereiro de 1970; pelo Protocolo de Cartagena das Índias, assinado em 1985 e que entrou em vigor em 1988; pelo Protocolo de Manágua, assinado em 1993 e que entrou em vigor em janeiro de 1996; e pelo Protocolo de Washington, assinado em 1992 e que entrou em vigor em setembro de 1997.

Hoje, a OEA congrega os 35 Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério. Além disso, a Organização concedeu o estatuto de observador permanente a 67 Estados e à União Europeia.

Com relação à participação de Cuba na Organização, em 3 de junho de 2009, os Ministros de Relações Exteriores das Américas adotaram a Resolução AG/RES.2438 (XXXIX-O/09), a qual determina que a Resolução de 1962, que excluiu o Governo de Cuba de sua participação no sistema interamericano, cessa seu efeito na Organização dos Estados Americanos (OEA). A resolução de 2009 declara que a participação da República de Cuba na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado por solicitação do Governo de Cuba, e de acordo com as práticas, propósitos e princípios da OEA. Cuba, no entanto, não toma parte das atividades da OEA e declarou, naquela oportunidade, não ter intenção de retornar.

O recente anúncio histórico de normalização das relações entre Cuba e EUA, realizado pelos Presidentes Raúl Castro e Barack Obama, após cinco décadas de animosidade, e a participação de Cuba na VII Cúpula das Américas, ocorrida em 10 e 11 de abril no Panamá, poderão contribuir para facilitar a retomada da participação de Cuba nos trabalhos da OEA e em outros mecanismos a ela vinculados. Em dezembro de 2014, o Conselho Permanente da OEA aprovou declaração na qual manifesta "sua profunda satisfação com a decisão anunciada [do processo de normalização das relações EUA-Cuba], reitera o compromisso das Américas com o diálogo entre Estados soberanos e expressa seu apoio à implementação das medidas em favor da completa normalização das relações bilaterais".

Da perspectiva da OEA, no entanto, a participação de Cuba nas atividades da Organização ainda é incerta. O Brasil defende a continuidade de uma agenda positiva entre a OEA e Cuba, com visas à plena reintegração daquele país ao sistema interamericano.

Para atingir seus objetivos mais importantes, a OEA baseia-se em seus principais pilares que são a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento.

A OEA também atua como secretaria de várias reuniões ministeriais, em particular reuniões de Ministros da Justiça, Ministros do Trabalho, Ministros da Ciência e Tecnologia e Ministros da Educação das Américas.

A Assembleia Geral é a instância suprema da OEA. Trata-se de órgão plenário que se reúne em sessões ordinárias anuais e, em circunstâncias especiais, em sessões extraordinárias, sempre em nível de Ministro das Relações Exteriores. Entre as sessões da Assembleia Geral da OEA, os trabalhos são conduzidos pelo Conselho Permanente e pelo Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, bem como pelas diversas Comissões que fazem parte da estrutura da entidade.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

A atuação do Brasil no âmbito interamericano tem como base os princípios da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, fundamentos enunciados pela Constituição Federal. Nesse sentido, o Governo brasileiro tem buscado promover a boa convivência entre os países americanos e o aumento da

qualidade de vida dos cidadãos das nações das Américas, com foco na defesa dos direitos humanos e da democracia e na erradicação da fome e da miséria.

O Brasil é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas. Entre as mais importantes, estão a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (e Protocolos Adicionais), a Carta Democrática Interamericana, a Carta Social das Américas, o Tratado Americano de Soluções Pacíficas e a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas de Intolerância Correlatas.

O compromisso brasileiro com o Sistema Interamericano é ilustrado também pelo fato de o Brasil ter nacionais em algumas das mais altas posições da OEA e de outras instituições interamericanas. Podem ser citados como exemplos o Comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos Paulo Vannuchi (desde janeiro de 2014), que foi Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no Governo Lula; o Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos Roberto de Figueiredo Caldas (desde janeiro de 2013); o Secretário-Geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), Embaixador Luis Filipe de Macedo Soares (desde janeiro de 2014); e a Diretora do Departamento de Segurança Pública da OEA, Paulina Duarte. Por fim, é digno de nota que um dos principais órgãos da OEA, a Comissão Jurídica Interamericana, tenha sede no Rio de Janeiro.

A atuação brasileira recente foi instrumental para a adoção, em 2013, de dois novos tratados regionais de direitos humanos, de cujas negociações foi o principal promotor: a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas de Intolerância Correlatas e a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância.

O Brasil participou ativamente das discussões e deliberações para o aperfeiçoamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), iniciadas em 2011 e concluídas em 2013 (com a Assembleia Geral Extraordinária da OEA, realizada em março de 2013, em Washington), cujo resultado final foi positivo, em especial ao tornar os critérios aplicados às medidas cautelares emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) mais bem definidos, objetivos e transparentes. A atuação brasileira contribuiu para que as posições extremadas fossem deixadas de lado e se pudesse chegar a um texto mais equilibrado.

O Brasil preza a independência da CIDH e quer que a Comissão e a Corte Interamericanas incidam eficazmente sobre os problemas que todos os países da região enfrentam no campo dos direitos humanos; quer também reforçar a importância de que todos os países da região assumam as mesmas obrigações perante um Sistema que zele por sua aplicação de forma equitativa.

Brasília sediou dois importantes eventos no calendário de reuniões do sistema interamericano em 2013, ambos realizados em estreita coordenação com as autoridades brasileiras competentes: o III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades de Micro, Pequenas e Médias Empresas (11 e 12 de novembro); e o 49º

Período Extraordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (11 a 14 de novembro).

O Brasil participou ativamente, em nível de Vice-Ministro das Relações Exteriores, da XLIV Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em junho de 2014, em Assunção, cujo tema central foi "Desenvolvimento com Inclusão Social". Naquela oportunidade, o Brasil logrou reeleger seus dois candidatos, a saber, o Embaixador João Clemente Baena Soares, para a Comissão Jurídica Interamericana (CJI), e o Dr. Pedro Dallari, para o Centro de Estudo da Justiça das Américas (CEJA).

O documento central da XLIV Assembleia Geral, intitulado "Declaração de Assunção sobre Desenvolvimento e Inclusão Social", que elenca uma série de compromissos adotados pelos Estados membros no combate à pobreza e inclusão social, foi aprovado por consenso.

Brasília foi sede, em dezembro de 2014, do XXI Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente, cujo status foi elevado ao de Conferência Especializada pela Assembleia Geral da OEA, por proposta brasileira.

REFORMA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A reforma da OEA vem sendo discutida pelos Estados-membros há alguns anos, embora poucas medidas concretas tenham sido implementadas. Nesse contexto, o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, apresentou, ao final de 2011, documento de sua autoria chamado "Uma Visão Estratégica da OEA", cujo objetivo aparente foi introduzir plano de reforma da Organização. Nova versão do texto foi circulada em 22 de janeiro de 2013.

Os elementos principais da "Visão" são a reiteração de que os "pilares" da OEA – democracia, direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional – são os temas que constituem a essência da Organização; a avaliação de que o número demasiado de mandatos (incluindo para temas não prioritários), aliado ao esgotamento dos recursos orçamentários, estaria impedindo a Organização de cumprir com suas tarefas essenciais; e a opinião de que os recursos do Fundo Ordinário deveriam ser utilizados somente para o cumprimento das tarefas fundamentais da Organização, o que não incluiria o financiamento de órgãos descentralizados, como a Junta Interamericana de Defesa (JID) e o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente. A partir de 4 de outubro de 2013, o documento passou a ser discutido por Grupo de Trabalho do Conselho Permanente da OEA.

O Governo brasileiro continua a atribuir destacada relevância à Organização dos Estados Americanos. Considera, contudo, que esta deve adaptar-se à atual realidade internacional e regional, marcadas pela maior simetria nas relações entre os Estados do continente, pela emergência de mecanismos sub-regionais de integração inexistentes à época da criação da Organização (Mercosul, UNASUL, CELAC, CARICOM, entre outros) e pelo aumento do protagonismo de países como o

Brasil. Nesse sentido, o Brasil favorece ampla reforma da Organização que oriente o foco de suas ações para a promoção eficaz de seus pilares fundamentais (democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança). A estrutura da instituição deve ser racionalizada para atender de modo consistente aos mandatos da Assembleia Geral, para evitar a dispersão de esforços e de recursos financeiros e materiais em temas e projetos não afetos a algum dos quatro pilares e para atender às prioridades da Organização e do conjunto de seus Estados-membros.

A XLVII Assembleia Geral Extraordinária da OEA, celebrada em Washington, em setembro de 2014, adotou Resolução intitulada "ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DA VISÃO ESTRATÉGICA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)".

Este documento aprovou os objetivos estratégicos para o fortalecimento institucional, para a gestão administrativa e para cada um dos pilares definidos na Visão da Organização, que abrangem os seguintes temas: fortalecimento institucional; matéria administrativa; democracia; direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional.

A Resolução encarregou, ainda, o Conselho Permanente, de elaborar, juntamente com a Secretaria-Geral, um plano estratégico quadrienal para os quatro pilares da Organização, bem como desenvolver ferramentas de melhora da gestão e estabelecer mecanismos de avaliação do cumprimento desses objetivos, com vistas à apresentação à Assembleia Geral da OEA em seu período ordinário de 2016.

Muitas das propostas apresentadas no documento original do Secretário-Geral merecem ter sua análise aprofundada, de modo a contribuir para a elaboração do Plano Estratégico Integral até 2016. O mérito do processo sobre visão estratégica até o momento reside em ter reunido em um único documento as principais fortalezas e necessidades da Organização, separadas por cada um de seus pilares. A definição de temas prioritários por pilares poderá impactar positivamente a alocação dos recursos da OEA. O *momentum* gerado com as discussões ocorridas deve dar margem a que se passe à fase de iniciativas concretas, com a revisão dos órgãos da OEA, de modo a eliminar a duplicidade de funções entre estes e proporcionar coordenação mais estreita entre a OEA e os diversos organismos regionais e sub-regionais, alguns dos quais inexistentes quando da criação da Organização.

CÚPULA DAS AMÉRICAS

O processo das Cúpulas das Américas foi criado por iniciativa dos EUA para facilitar a conformação de uma Área de Livre Comércio nas Américas (ALCA). A primeira cúpula foi realizada em Miami (1994) e revelou a falta de consenso em relação ao projeto da ALCA que foi abandonado na Cúpula de Mar del Plata (2005). Desde então, há uma certa indefinição sobre o propósito do mecanismo, constituindo oportunidade que poderia ser explorada.

Neste contexto, interessa ao Brasil a utilização dos foros interamericanos para repercutir suas políticas públicas exitosas com vistas a ilustrar o papel indutor do estado como agente para o desenvolvimento. A reflexão sobre a experiência brasileira pode ser útil para favorecer, no plano das normas e valores interamericanos, uma visão de solidariedade continental mais sintonizada com as necessidades sociais das Américas.

O Brasil favorece nesse processo a reflexão sobre temas que contribuam para a consolidação de agenda positiva e de caráter transversal para o continente, como o desenvolvimento integral e o combate à fome e à pobreza extrema. É de interesse brasileiro demonstrar disposição de participar de forma construtiva de projeto de desenvolvimento regional que inclua as nações mais industrializadas do continente. Neste sentido, é importante buscar sensibilizar os EUA e também o Canadá para a necessidade de maior engajamento daqueles países com a região, com ênfase em questões relativas à superação da pobreza e na construção de um futuro próspero para as Américas.

O Brasil defende que as Cúpulas se consolidem como instância que defina, no mais alto nível, linhas de ação que orientem o sistema interamericano, como um todo, e a OEA, em particular. Ressalte-se que, embora a Cúpula das Américas não seja formalmente uma instância superior da OEA – a instância máxima da OEA segue sendo a Assembleia Geral –, os Estados membros da Organização, confirmaram, recentemente, no âmbito do processo de Visão Estratégica, o entendimento de que as Cúpulas das Américas devem representar aporte significativo aos trabalhos da OEA.

A Cúpula das Américas realiza-se de três em três anos. A VII Cúpula das Américas realizou-se na Cidade do Panamá, entre 10 e 11 de abril de 2015. A Cúpula teve como tema central "Prosperidade com Equidade: o desafio da cooperação nas Américas". Teve valor histórico e simbólico, já que, pela primeira vez, estiveram reunidos todos os 35 países da região.

De interesse hemisférico e transversal a toda a região, inclusive para os países do norte, o assunto é particularmente oportuno em momento em que, a despeito da estabilidade e crescimento econômico, a erradicação da pobreza extrema com inclusão social ainda representa um dos maiores desafios que se impõe à região. A escolha do tema, portanto, reflete a preocupação e o compromisso com a cooperação para o desenvolvimento e a inclusão social dos povos da Américas, objetivos compartilhados plenamente por todos os países do Hemisfério.

Com o processo de normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba, abre-se a perspectiva de que os Chefes de Estado e de Governo da região possam conferir maior relevo ao tratamento das questões sociais e investir esforços num projeto de desenvolvimento regional que inclua as nações mais industrializadas do continente. A estratégia brasileira de desenvolvimento social e as políticas públicas adotadas nos últimos 12 anos, que incluíram a apreciação do salário mínimo, a geração de empregos formais, a universalização dos serviços públicos básicos e os

programas de transferência de renda condicionada, credenciam o Brasil a desempenhar papel construtivo nesse processo.

XLV ASSEMBLEIA GERAL DA OEA (WASHINGTON, 15 E 16 DE JUNHO DE 2015)

Com a desistência do Haiti de sediar a XLV Assembleia Geral da OEA, o encontro será realizado na sede da Organização, nos próximos dias 15 e 16 de junho. O tema central do encontro será "Presente e Futuro da Organização dos Estados Americanos". A perspectiva é de que os Estados membros discutam o tema, indicando suas perspectivas acerca da OEA e do que esperam da nova gestão, tendo em vista o início do mandato de Luis Almagro, em 26/05. Será uma boa oportunidade para orientar mais diretamente e aprofundar o debate sobre o processo de reforma da Organização.

TRATAMENTO DA SITUAÇÃO DA VENEZUELA NA OEA

O Conselho Permanente da OEA se reuniu em 6 e 7 de março de 2014 e aprovou Declaração ressaltando o respeito ao princípio da não intervenção e o compromisso com a defesa da institucionalidade democrática e do Estado de Direito. Apoiou as iniciativas e esforços pelo diálogo entre governo e setores políticos e sociais do país, com pleno respeito às garantias constitucionais dos atores democráticos. Previu também relatórios posteriores a serem oferecidos pela Venezuela.

Em consonância com os comunicados adotados pelos Ministros da UNASUL em Quito, em 14 de março, o Brasil ressalta que o fato de os países da região não adotarem sanções unilaterais lhes confere ainda maior legitimidade ao rechaçar tais medidas. Seria incoerente que os Estados Unidos considerassem a Venezuela como uma ameaça, enquanto seus vizinhos não só discordam dessa avaliação como convivem em paz com a Venezuela. O Brasil saúda os comunicados da reunião de Quito, ressaltando o fato de os doze Chanceleres terem comparecido ao evento, mesmo convocado com pouca antecedência. Destaque-se o papel da UNASUL na promoção do diálogo interno na Venezuela, em especial à visita da Comissão de Chanceleres (Brasil, Colômbia e Equador) a Caracas em 6 de março.

Realizou-se, no dia 19 de março, nova reunião do Conselho Permanente da OEA, convocada a pedido da Chanceler da Venezuela (que esteve em Washington para Assembleia da OEA). A despeito de haver repudiado a Ordem Executiva, decretada pelo Governo norte-americano, que classificou a Venezuela como ameaça à segurança nacional, a Chanceler venezuelana discursou em tom moderado.

O Representante interino dos EUA na OEA, por sua vez, garantiu que seu país não prepara invasão militar e tampouco procura desestabilizar o Governo

venezuelano. Asseverou, ainda, que a Ordem não é prelúdio de medidas mais severas. O Governo brasileiro entende que a linguagem da Ordem poderia dar margem a interpretações equivocadas e mantém o compromisso com a busca pelo entendimento entre as forças políticas venezuelanas sem sanções unilaterais ou ingerência externa.

ACORDOS INTERNACIONAIS ENTRE O BRASIL E A OEA EM VIGOR

Acordo	Data de celebração	Situação
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretária-Geral da Organização dos Estados Americanos para a implementação do Projeto "Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas na Área Saneamento Básico – Projeto Interáguas/Saneamento"	07/12/2012	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretária-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica Triangular em Terceiros Países	07/06/2010	Vigente
Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto "Administração e Certificação Escolar para o Desenvolvimento e Credenciamento de Competências de Trabalho ao Nível de Segundo Grau (Sub-região Mercosul)"	30/07/2008	Vigente
Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto "Fortalecimento dos Sistemas de Acreditação dos Países da América Através da IAAC (Cooperación Inter-Americana de Acreditación) como Veículo para Facilitar o Comércio Internacional e na Região"	30/07/2008	Vigente
Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto "Capacitação de Docentes e Gestores Escolares de Educação Profissional e Tecnológica"	30/07/2008	Vigente
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a OEA	23/05/2006	Vigente

Convênio de Cooperação Técnica para a Automatização do Voto na República Dominicana	22/11/2005	Vigente
Convênio De Cooperação Técnica para a Automatização do Voto na República de Honduras	14/10/2005	Vigente
Convênio de Cooperação Técnica para a Realização de um Plano Piloto de Automatização do Voto na República do Panamá (Convênio Suplementar número 04)	03/03/2005	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo entre o Brasil e a OEA de 23/02/88, para a Realização de Estudos no Âmbito do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani	20/12/2002	Vigente
Protocolo de Intenções para o Estabelecimento de Mecanismo de Cooperação Sul-Sul	21/10/2002	Vigente
Convênio de Cooperação técnica entre o TSE do Brasil e a Secretaria-Geral da OEA para a Realização de Projetos Piloto de Automatização do Voto	17/07/2002	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, para Execução dos Projetos Alto Paraguai e São Francisco (ANA/GEF/PNUMA/OEA)	20/06/2001	Vigente
Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades	23/02/1988	Vigente
Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica para o Controle da Erosão no Noroeste do Estado do Paraná	21/05/1971	Vigente
Convênio para a Instalação de um Escritório Sub-Regional do Centro Interamericano de Promoções de Exportações em São Paulo	28/01/1970	Vigente
Convênio para o Estabelecimento, em Fortaleza, do Centro de Treinamento Econômico Regional (CETREDE)	03/02/1964	Vigente

Aviso nº 234 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

PUBLICADO NO DSF DE ___/6/2015